



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



JESUITAS

A desigualdade no século XXI A desconstrução do mito da meritocracia



Capa - Arte Fernando Dupont. Com fotos, no sentido horário, de Thomas Hawk - The Strip, Las Vegas, Estados Unidos / Lecerle - Dharavi, Bombaim, Índia / Leonardo Rizzi - Cusago di Sotto, Trezzano sul Naviglio, Itália / Brett Davies - Mahalakshmi, Bombaim, Índia. Licenciamento Creative Commons.

Luiz Gonzaga

Belluzzo:

A pulsão de vida do capitalismo é sua pulsão de morte: a acumulação

Gaël

Giraud:

A ecologia econômica como alternativa às desigualdades

Roberto

Romano:

O direito à igualdade como o direito à felicidade

EMAI

Agemir Bavaresco e Danilo Vaz-Curado:

Hegel. Sistema, método e estrutura

Maurício Ferreira:

A flexibilização da existência e do conhecimento

Conjuntura da Semana:

A desigualdade social brasileira no contexto mundial contemporâneo

A desigualdade no século XXI. A desconstrução do mito da meritocracia

A desigualdade sobrevive. Aliás, o mundo contemporâneo tem testemunhado o aceleramento dos níveis globais de desigualdade. Em síntese, é isso que demonstra o livro do economista francês **Thomas Piketty**, *O Capital no Século XXI (Le capital au XXIe Siècle*, Paris: Seul, 2013). Ao analisar historicamente o capitalismo e desconstruir o mito da meritocracia, Piketty desafia a narrativa de que o liberalismo poderia resultar em uma sociedade mais igualitária. É diante deste horizonte, onde, via de regra, o fascínio com o aumento da renda é confundido com justiça social, que a **IHU On-Line** apresenta o debate sobre a desigualdade no século XXI.

Luiz Gonzaga Belluzzo, professor doutor titular do Instituto de Economia da Unicamp, debate a problemática da desigualdade e considera que “a acumulação de riqueza no capitalismo não se faz ao largo dos critérios meritocráticos”.

O economista, professor e jesuíta francês **Gaël Giraud**, diretor de pesquisa do Centre national de la recherche scientifique – CNRS, membro do Centro de Economia da Sorbonne e da Escola de Economia de Paris, sustenta que a ecologia econômica – que não é nem marxista nem neoliberal – pode se tornar uma via promissora no debate sobre a desigualdade.

Roberto Romano, professor de Filosofia na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, argumenta que o direito à igualdade é um direito à felicidade e traça um perfil sobre a emergência dos conceitos de igualdade no ocidente, debatendo os desafios a esta questão a partir da filosofia política.

Joseph McCartin, especialista em trabalho nos Estados Unidos e diretor da Kalmanovitz Initiative for Labor and the Working Poor na Universidade de Georgetown, comenta a desigualdade nos EUA e debate sobre mito neoliberal da liberdade.

Para o professor de Ciências Políticas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp/FFC **Marcos Del Roio**, o fascismo contemporâneo está manifesto na ditadura imposta pelas grandes corporações.

Flávio Comim, professor de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e professor visitante da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, amplia o debate sobre as condições da desigualdade, abrangendo aspectos que vão da economia à educação, da questão de gênero ao acesso à saúde.

Por sua vez, **Antonio David Cattani**, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS aborda a conjuntura socioeconômica da América Latina na perspectiva da construção da equidade social.

André Luiz Olivier, professor no curso de Direito e de Relações Internacionais da Unisinos, comenta a construção da igualdade e da justiça desde o paradigma jurídico-filosófico.

Complementam esta edição a entrevista dos filósofos **Agemir Bavaresco**, professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS, e **Danilo Vaz-Curado**, professor da Universidade Católica de Pernambuco – Unicap, sobre a obra de **Charles Taylor**, *Hegel. Sistema, método e estrutura* (São Paulo: É Realizações, 2014).

Já a entrevista com **Maurício Ferreira**, professor e coordenador do Curso de Pedagogia da Unisinos, debate as práticas de poder nas relações de trabalho, as implicações entre educação e atividade profissional, as estratégias neoliberais de governamento e a *economia da educação*.

A recente publicação da Conjuntura da Semana sob o título “A desigualdade social brasileira no contexto mundial contemporâneo”, produzida em parceria entre o Instituto Humanitas Unisinos – IHU, os colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT e por Cesar Sanson, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, é sintetizada nesta edição.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas
Unisinos

UNISINOS

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.
E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista
semanal do Instituto
Humanitas Unisinos – IHU
ISSN 1981-8769.

IHU On-Line pode ser
acessada às segundas-feiras,
no sítio www.ihu.unisinos.br.

Sua versão impressa circula às
terças-feiras, a partir das 8h,
na Unisinos.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio
Neutzling (inacio@unisinos.br).
Redação: Inácio Neutzling,
Andriolli Costa MTB 896/MS
(andriolibc@unisinos.br),
Luciano Gallas MTB 9660
(lucgallas@unisinos.br),
Márcia Junges MTB 9447
(mjunges@unisinos.br),
Patrícia Fachin MTB 13.062
(prfachin@unisinos.br) e
Ricardo Machado MTB 15.598
(ricardom@unisinos.br).
Revisão: Carla Bigliardi

Colaboração: César Sanson,
André Langer e Darli Sampaio,
do Centro de Pesquisa e Apoio
aos Trabalhadores – CEPAT, de
Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência
Experimental de Comunicação
da Unisinos – Agexcom.

Editoração: Rafael Tarcísio
Fornack

Atualização diária do sítio:
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,
Fernando Dupont, Suélen
Farias, Julian Kober, Nahiene
Machado e Larissa Tassinari

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Luiz Gonzaga Belluzzo** – A pulsão de vida do capitalismo é sua pulsão de morte: a acumulação
- 11 **Gaël Giraud** – A ecologia econômica como alternativa às desigualdade
- 15 **Flávio Comim** – O conseqüente casamento entre a desigualdade e a pobreza
- 18 **Roberto Romano** – O direito à igualdade como o direito à felicidade
- 25 **André Luiz Olivier da Silva** – Igualdade e justiça, uma construção constante
- 30 **Joseph McCartin** – A “redescoberta” da desigualdade diante do mito neoliberal da liberdade
- 33 **Marcos Del Roio** – O fascismo liberal do século XXI
- 38 **Antonio David Cattani** – A mitificação da riqueza e a desigualdade no contexto latino-americano
- 41 **Baú da IHU On-Line**

DESTAQUES DA SEMANA

- 43 **Destques On-Line**
- 44 **Conjuntura da Semana** – A desigualdade social brasileira no contexto mundial contemporâneo
- 47 **Agemir Bavaresco e Danilo Vaz-Curado** – Hegel. Sistema, método e estrutura

IHU EM REVISTA

- 52 **Maurício Ferreira** – A flexibilização da existência e do conhecimento
- 58 **Publicação em destaque** – Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo
- 59 **Retrovisor**



twitter.com/_ihu



<http://bit.ly/ihuon>



www.ihu.unisinos.br

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

A pulsão de vida do capitalismo é sua pulsão de morte: a acumulação

Professor Luiz Gonzaga Belluzzo debate o livro de Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*, tendo como paradigma o contexto global e brasileiro

POR RICARDO MACHADO

A pulsão de vida do capitalismo é sua pulsão de morte: a acumulação. É nesse sentido que o professor doutor Luiz Gonzaga Belluzzo, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**, sustenta que Thomas Piketty, em *O Capital no Século XXI – Le capital au XXI^e Siècle* (Paris: Seuil, 2013), cuja versão em português está na pré-ven- da e deve ser lançada ainda no segundo semestre de 2014, apresenta um argumento claro sobre a ineficiência do capitalismo para combater a desigualdade. “As alterações no desenvolvimento do capitalismo levaram a uma série de relações, dentre estas variáveis, que na verdade não dão dinamismo ao capitalismo. Ele demonstrou uma coisa muito importante, que a acumulação de riqueza no capitalismo não se faz ao largo dos critérios meritocráticos que muitos alegam ao justificar as diferenças de renda e riqueza. Ao contrário, uma boa parte da riqueza acumulada é gerada na herança. Isso é muito importante, pois pouca gente tinha formulado”, sustenta. “Em geral, os ideólogos do capitalismo dizem que ‘quem acumulou riqueza é porque mereceu’. Não, nada disso. Boa parte de quem acumulou renda o fez porque herdou. Isso permite que eles poupem mais e, desse modo, acumulem mais riqueza financeira ou material”, complementa.

Além disso, Belluzzo lembra que as conquistas dos trabalhadores dentro do capitalismo não se originaram por conta do sistema, mas por meio das lutas sociais das próprias pessoas. A temática, entretanto, não se reduz ao aspecto econômico. “Eu falei do Wright Mills, mas podia ter falado de Adorno, de Marcuse, em teóricos que viam a desigualdade não somente do ponto de vista econômico, para mostrar que em uma sociedade democrática era preciso que os homens tivessem acesso igual à educação, à cultura. Essa dimensão de desigualdade, nos últimos anos, foi muito maltratada, porque é preciso ter igual acesso à

comunicação para que se possa exigir dos meios de comunicação que sejam corretos no fornecimento da informação”, avalia.

Ao pensar sobre a realidade nacional, Belluzzo argumenta que no Brasil a desigualdade tem raízes distintas das observadas nos Estados Unidos ou na Europa. “Nós jamais tivemos um estado de bem-estar, ao contrário, temos uma desigualdade estrutural e secular que agora está começando a ser corrigida na margem porque se está mudando a desigualdade dentro da escala de salários”, pontua. Ao projetar o futuro, o professor chama atenção para o conservadorismo que ainda permanece no país. “Aqui as elites não estão dispostas a ceder nada. É uma luta política que vai levar anos, e o pouco que se conseguiu avançar já produziu uma revolta e uma indignação despropositada e assustadora, alegando-se que quem recebe Bolsa Família é vagabundo. Isso é tão pouco no que representa o total de gastos do governo e é tão importante para as famílias que recebem, apesar de ser pouco, que eu tenho a impressão de que o grau de crueldade das pessoas é muito maior do que a gente pode imaginar”, reflete.

Luiz Gonzaga Belluzzo é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo – USP, mestre em Economia Industrial pelo Instituto Latino-Americano de Planificação-Cepal e doutor em Economia pela Universidade de Campinas – Unicamp. Foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e, atualmente, é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. É autor, entre outros, de *O capital e suas metamorfoses* (São Paulo: Unesp, 2013), *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global* (Campinas: Facamp, 2009) e de *Temporalidade da Riqueza – Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo* (Campinas: Oficinas Gráficas da UNICAMP, 2000).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como os conceitos de desigualdade e igualdade são tratados a partir da perspectiva econômica?

Luiz Gonzaga Belluzo – Este é um tema permanente na literatura econômica. Por exemplo, o economista John R. Commons¹ escreveu um livro sobre distribuição de renda no início do século XX. Sendo ele um institucionalista, cuidou de assuntos que relacionavam o bem-estar das pessoas à teoria econômica. Ele sofreu perseguições ideológicas nos Estados Unidos por conta do que era considerado inapropriado como tema de economia. Estava-se em pleno domínio da teoria neoclássica, que considerava esse tema da desigualdade irrelevante, entre eles, Robert Lucas². No entanto, este tema foi tratado quase que marginalmente dentre os temas da teoria econômica. Porém, o que aconteceu no século XX, no entreguerras, de 1918 a 1939, com a Grande Depressão e no pós-guerra, suscitou a preocupação com as condições de vida das classes não proprietárias e estudos sobre distribuição de renda; um deles é de Simon Kuznets³, estudo este em que Piketty comenta sobre um momento no qual a distribuição de renda estava melhorando, em que ele “criou” uma lei que descrevia a evolução do padrão de distribuição de renda: no início dos processos de desenvolvimento do capitalismo a desigualdade aumenta, mas retrocede à medida que a economia cresce. O livro de Karl Polanyi⁴,

A Grande Transformação (Lisboa: Edições 70, 2012), escrito em 1944, não é propriamente sobre distribuição, mas trata do assunto, pois refere-se à pobreza, à posição das pessoas na pirâmide de renda e do funcionamento do mercado autorregulado, concentrador de renda e de riqueza. Polanyi é um pensador que fala sobre as condições de vida dos trabalhadores submetidos às instabilidades de mercado autorregulado.

Estes foram temas marcantes no pós-guerra por conta de todas as políticas de bem-estar social. A literatura rooseveltiana, nos Estados Unidos, levava em conta essa questão da pobreza, da inclusão, da desigualdade, etc. Houve um esforço do *New Deal*⁵ para reduzir as desigualdades, e o próprio Roosevelt⁶ tratou disso em vários discursos, e em quase todos eles, nos anos 1930 e 1940, falou sobre a desigualdade. Este tema voltou a ser importante no pós-guerra, cujas políticas sociais e econômicas tinham a ver com o desemprego e a desigualdade.

O que acontece a partir dos anos 1980, e é isso que Piketty mostra, é que houve um período, dos anos 1930 aos 1970, em que ocorreu uma redução da desigualdade causada por vários fatores. Piketty aponta que as duas guerras causaram uma redução no poder da riqueza em determinar as posições ativas da distribuição de renda. A partir dos anos 1980, as políticas ditas reaganianas e thatcherianas, ou se preferir neoliberais, mudaram completamente as orientações da política econômica. Inclui-se com a defesa da desigualdade, pois como as economias perderam vigor nos anos

1970 era preciso desbloquear as coalizões que bloqueavam o desenvolvimento do capitalismo, defendido por Margaret Thatcher⁷ e Ronald Reagan⁸. Era preciso acabar com tudo aquilo e liberar as forças de mercado para que a criatividade dos indivíduos tornasse mais dinâmico o movimento, baseado na teoria do gotejamento. Mas o que é essa teoria? É a ideia de que se precisava reduzir a carga tributária, que tinha sido elevada no pós-guerra, justamente, para permitir a redistribuição de renda, era preciso desonerar os ricos dos pesos dos impostos das alíquotas marginais – aquelas que incidem sobre os rendimentos mais altos – cuja tabela era progressiva conforme o tamanho da riqueza. Isso tudo contribuiu para o aumento da desigualdade, agravado pelo fato de que em um segundo momento houve o deslocamento da produção para regiões manufatureiras onde os salários são mais baixos.

IHU On-Line – O livro *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty, apresenta um estudo econométrico apontando que a desigualdade só aumentou desde a obra de Karl Marx. Como este trabalho é apresentado?

Luiz Gonzaga Belluzo – Piketty fez um trabalho de longuíssimo prazo, pegando alguns aspectos históricos interessantes. Em seu estudo, o que ele chama de capital não é a mesma coisa que Marx⁹ chama de capital, ain-

1 **John Rogers Commons** (1862-1945): foi um economista institucional norte-americano, historiador na Universidade de Wisconsin-Madison. (Nota da IHU On-Line)

2 **Robert Lucas Jr** (1937): nasceu em Yakima, Washington, no ano de 1937. Graduiu-se em História em 1959 na Universidade de Chicago, obtendo seu PhD em Economia pela mesma universidade. Foi professor na Universidade Carnegie-Mellon de 1963 a 1974. Desde então leciona na Universidade de Chicago. Foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia em 1995. (Nota da IHU On-Line)

3 **Simon Smith Kuznets** (1901-1985): foi um economista russo naturalizado estadunidense que recebeu o Prêmio de Nobel de economia em 1971. O prêmio foi recebido pela sua famosa “curva de Kuznets”, que relaciona ‘Desigualdade de Renda’ ao ‘Crescimento do Produto’ de uma Economia. (Nota da IHU On-Line)

4 **Karl Polanyi** (1886-1964): economista austríaco. Sua obra principal é *A Grande Transformação - as origens de nossa época*

(Rio de Janeiro: Campus, 2000), escrita nos Estados Unidos de 1940 a 1943. Sobre o economista a IHU On-Line 147, de 27-06-2005, dedicou o tema de capa *A grande transformação. As origens de nossa época. Os 60 anos da obra clássica de Karl Polanyi*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon147>. (Nota da IHU On-Line)

5 **New Deal**: nome dado às reformas executadas por Roosevelt nos EUA a partir de 1933, que consagrava certa intervenção do Estado nos domínios econômico e social. (Nota da IHU On-Line)

6 **Franklin Delano Roosevelt** (1882-1945): 32º presidente dos Estados Unidos. Realizou quatro mandatos e morreu durante o último. Durante sua estadia na Casa Branca, enfrentou o período da Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. (Nota da IHU On-Line)

7 **Margaret Hilda Thatcher** (1925): política britânica, primeira-ministra de 1979 a 1990. (Nota da IHU On-Line)

8 **Ronald Reagan** (1911-2004): ator norte-americano formado em economia e sociologia. Foi eleito governador da Califórnia em 1966 e se reelegeu em 1970 com uma margem de um milhão de votos. Conquistou a indicação à presidência pelo Partido Republicano em 1980, e os eleitores, incomodados com a inflação e com os americanos mantidos há um ano como reféns no Irã, o conduziram à Casa Branca. Antes de ocupar a presidência, passou 28 anos atuando como ator em 55 filmes que não entraram para a história, mas que lhe deram fama e popularidade. Sua carreira no cinema terminou em 1964, em *“The Killers”*, único filme em que atuou como vilão. (Nota da IHU On-Line)

9 **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento

da que no fim haja uma convergência entre eles. Piketty, por exemplo, não trata das condições de produção do modo capitalista. Para ele, o capital é o estoque de riqueza acumulado por algum grupo social que lhes dá direito a um rendimento diferenciado. O autor faz uma análise muito interessante sobre as metamorfoses da riqueza e dos modos de distribuição dos patrimônios privados com base em documentos sobre a posse de terras, de rendimentos, das fábricas, dos títulos imobiliários e todos os títulos financeiros – as ações, inclusive.

Ele começa seu trabalho com o domínio da riqueza fundiária da Inglaterra, que é basicamente da terra, o declínio dessa forma de captura da renda à medida que o capitalismo vai avançando, desde o mercantilismo, do incentivo à manufatura ao capitalismo industrial. Ele vai mostrando como, do início do século XX, sobretudo depois da primeira guerra, até os anos 1980, houve uma queda na concentração da riqueza e da renda. Piketty atribui o declínio às duas guerras e à depressão. A economia de guerra era uma economia planejada que impedia que houvesse alterações muito grandes na distribuição da riqueza e da renda, era preciso fazer promover o sentimento de pertinência para obter a concordância das pessoas com o pagamento de tributos destinados a financiar a guerra ou emitir dívida pública com taxas de juro muito baixas. Isso, além do racionamento que atingia todas as camadas de renda e riqueza. Piketty trata de maneira apropriada o que aconteceu no pós-guerra, um período marcado pela execução de políticas que tentaram reduzir as diferenças de renda e riqueza por meio de repressão financeira e do controle social

social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. (Nota da **IHU On-Line**)

“Em uma sociedade democrática era preciso que os homens tivessem acesso igual à educação, à cultura”

da economia, com incentivos para que o sistema bancário e financeiro financiasse a expansão da economia. A espetacular subida das cargas tributárias em todos os países foi fundamental para promover a distribuição para os que estão na parte inferior da pirâmide. Neste momento são criados todos os direitos sociais e econômicos que garantam renda mínima para os que estão lá embaixo.

A economia cresceu a taxas elevadas com a reconstrução da Europa e dos Estados Unidos e isso foi feito com aumento de salários reais, aumento de emprego e o surgimento de uma classe média que aparece juntamente com a mudança na estrutura de controle das grandes empresas americanas, o que faz surgir o fenômeno do *White collar*. Tanto que Wright Mills¹⁰ escreve um livro chamado *White Collar: The American Middle Classes* (New York: Oxford University Press, 1969) justamente no momento em que a nova classe média americana estava surgindo. Piketty diz que a partir de 1980 houve uma desestruturação dessas formas que permitiram a redução da desigualdade, e isso tudo tem a ver até com a mudança na estrutura da empresa e o predomínio do capital financeiro que obriga a redução do sa-

¹⁰ Charles Wright Mills (1916-1962): foi um sociólogo norte-americano. Mestre em arte, filosofia e sociologia pela Universidade do Texas, doutorou-se em sociologia e antropologia pela Universidade de Wisconsin. Foi professor de Sociologia das Universidades de Maryland e Columbia. (Nota da **IHU On-Line**)

lário. Mas essa intuição não é somente de Piketty, mas de outros autores como o próprio Joseph Stiglitz¹¹, Krueger¹², Robert Hall¹³, etc. Há muitos autores que desde as décadas de 1980 e 1990 já falavam sobre isso e já alertavam sobre onde aquele modelo de capitalismo iria parar. Mais do que isso, houve autores, inclusive eu, que escreveram sobre o aumento da desigualdade e os processos que nos conduziram à crise, discutido no meu livro *O capital e suas metamorfoses* (São Paulo: Unesp, 2013).

IHU On-Line – Como o senhor avalia a importância do estudo de Piketty para pensarmos a atual conjuntura econômica mundial? Que ideias novas o autor traz para o debate?

Luiz Gonzaga Belluzo – Penso que ele tenha feito um estudo profundo e um trabalho de grande fôlego com embasamento estatístico sujeito a críticas. É importante dizer isso porque as pessoas pensam que a estatística é uma coisa exata, mas não é. A estatística existe exatamente porque certos fenômenos exigem que se dê um tratamento probabilístico, pois não têm bases fixas e necessitam de critérios e avaliações. Esse trabalho que Piketty faz é muito interessante, porque estabelece conexões entre as mudanças nas formas de riqueza, a concentração do controle do capital em nível global

¹¹ Joseph Stiglitz: ex-vice-presidente do Banco Mundial - Bird, foi chefe dos economistas no governo Clinton, Estados Unidos, e prêmio Nobel de Economia 2001. Ele é autor, entre outros, dos seguintes livros, traduzidos para o português: *A globalização e seus malefícios* (São Paulo: Futura, 2003) e *Os Exuberantes anos 90* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003). (Nota da **IHU On-Line**)

¹² Alan Bennett Krueger (1960): é um economista americano, professor de Economia e Assuntos Públicos da Universidade de Princeton e pesquisador associado no Departamento Nacional de Pesquisa Econômica. Em 7 de março de 2009, ele foi nomeado pelo presidente Barack Obama para ser secretário do Tesouro para a política econômica dos Estados Unidos. Em outubro de 2010, anunciou a sua demissão do Departamento do Tesouro, para retornar à Universidade de Princeton. (Nota da **IHU On-Line**)

¹³ Robert Ernest “Bob” Hall (1943): é um economista norte-americano e membro sênior da Universidade de Stanford Hoover Institution. Ele é geralmente considerado um macroeconomista, mas se descreve como um “economista aplicado”. (Nota da **IHU On-Line**)

sob o comando dos grandes bancos e empresas, a diferença entre a remuneração dos executivos e o aumento da desigualdade na apropriação da renda gerada pelos trabalhadores e, por exemplo, a desmobilização dos sindicatos. Claramente ele mostra que as alterações no desenvolvimento do capitalismo levaram a uma série de relações, dentre estas variáveis, que na verdade não dão dinamismo ao capitalismo. Ele demonstrou uma coisa muito importante, que a acumulação de riqueza no capitalismo não se faz ao largo dos critérios meritocráticos que muitos alegam ao justificar as diferenças de renda e riqueza. Ao contrário, uma boa parte da riqueza acumulada é gerada na herança. Isso é muito importante, pois pouca gente tinha formulado. Em geral, os ideólogos do capitalismo dizem que “quem acumulou riqueza é porque mereceu”. Não, nada disso. Boa parte de quem acumulou renda o fez porque herdou. Isso permite que eles poupem mais e, desse modo, acumulem mais riqueza financeira ou material. Porém, isso não dá dinamismo ao capitalismo, gera um efeito contrário, promove um certo “apodrecimento”, parasitismo – para usar a expressão de Piketty.

IHU – Como podemos compreender os conceitos de Rente e Revenu que Piketty traz em sua obra?

Luiz Gonzaga Belluzo – *Rente* é uma renda que decorre da propriedade. *Revenu* é um rendimento que pode advir do trabalho ou da atividade produtiva dos empresários. O *rente* decorre da simples propriedade de um ativo, enquanto o *revenu* decorre da atividade econômica normal, da criação de valor baseado na mobilização do emprego e na geração dos lucros empresariais. Nesse sentido, o primeiro termo tem uma conotação moral, pois se trata do sujeito que coloca seu dinheiro para trabalhar, é o que Marx chama dos rendimentos do capital fictício.

IHU On-Line – O capitalismo trouxe mais desvantagens ou mais vantagens à problemática da desigualdade?

Luiz Gonzaga Belluzo – O capitalismo ofereceu a oportunidade de melhoria dos padrões de vida para

“O nosso sistema tributário é uma coisa inacreditável, pois favorece o dividendo, a poupança e a acumulação de riqueza por parte dos ricos”

as populações em geral, mas de uma forma muito desigual. Não se pode comparar nem mesmo as condições de vida da classe operária no começo da Revolução Industrial com as condições de vida da classe operária hoje. Mas isso não foi oferecido a partir das próprias tendências centrais do capitalismo, isso foi conquistado pela luta social. Ou seja, o capitalismo pode abrir um espaço à medida que ele cria novos meios e novas oportunidades para que as pessoas tenham acesso aos bens da vida, aos bens que os sujeitos produzem, mas isso não foi feito automaticamente. É preciso que haja uma ação política, como foi feito nos Estados Unidos e, sobretudo, na Europa do pós-guerra, para que as oportunidades abertas sejam aproveitadas. É muito simplista responder que o capitalismo é perverso – ele não é perverso nem benevolente –, ele apenas segue suas regras. E quais são suas regras? São as de acumulação de riqueza abstrata, esse é o objetivo dele. Agora, ao acumular riqueza abstrata, ele cria oportunidade de melhoria de condições de vida que os homens têm de conquistar por sua vida política e social.

IHU On-Line – Que outras desigualdades, além da econômica, devem ser levadas em conta quando tratamos deste tema? Piketty aponta algo nesse sentido ou seu estudo se refere especificamente à questão da renda?

Luiz Gonzaga Belluzo – Há uma ultrapassagem da fronteira do econômico, como muitos pensadores já fizeram. Eu falei do Wright Mills, mas podia ter falado de Adorno¹⁴, de Marcuse¹⁵, em teóricos que viam a desigualdade não somente do ponto de vista econômico, para mostrar que em uma sociedade democrática era preciso que os homens tivessem acesso igual à educação, à cultura. Essa dimensão de desigualdade, nos últimos anos, foi muito maltratada, porque é preciso ter igual acesso à comunicação para que se possa exigir dos meios de comunicação que sejam corretos no fornecimento da informação. Então todo esse aparato que constitui o mundo da cultura precisa ser oferecido aos cidadãos, porque não basta ter uma sociedade rica e com a renda mais bem distribuída, sem que se ofereça o acesso desses bens culturais a estas pessoas. É por isso que nos Estados Unidos há pessoas que são bem de vida, mas são completamente ignorantes sobre o mundo onde vivem. Nesse sentido, faço a provocação do filósofo Bernard Stiegler¹⁶: O que vale

14 Theodor Adorno [Theodor Wiesengrund Adorno] (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de ideias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. Sobre Adorno, confira a entrevista concedida pelo filósofo Bruno Pucci à edição 386 da Revista IHU On-Line, intitulada *Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon386>. A conversa foi motivada pela palestra *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais*, proferida por Pucci dentro da programação do *Ciclo Filosofias da Intersubjetividade*. (Nota da IHU On-Line)

15 Herbert Marcuse (1898-1979): sociólogo alemão naturalizado estadunidense, membro da Escola de Frankfurt. Estudou Filosofia em Berlim e Freiburg, onde conheceu os filósofos e professores Husserl e Heidegger e se doutorou com a tese *Razão e Revolução, Eros e Civilização, O Homem Unidimensional*. (Nota da IHU On-Line)

16 Bernard Stiegler (1952): é um filósofo francês. A obra de Stiegler é influenciada por, entre outros, André Leroi-Gourhan, Gilbert Simondon, Friedrich Nietzsche, Paul Valéry, Edmund Husserl, Martin Heidegger e Jacques Derrida. (Nota da IHU On-Line)

a vida se você não sabe vivê-la? Não vale nada. É preciso saber viver a vida para curtir os bens que a população e o progresso técnico e econômico produziram.

IHU On-Line – Que impacto tem a crítica a Thomas Piketty, feita pelo *Financial Times*, de que os ajustes a “dados crus” feitos pelo economista teriam impactos nas conclusões da pesquisa?

Luiz Gonzaga Belluzo – A estas críticas outras pessoas responderam, afirmando que esses pontos não eram importantes, pois não afetavam em nada as conclusões. Tanto que ele nem respondeu, porque era uma tentativa de desqualificar um trabalho que tem problemas como todo trabalho estatístico, que pode ser melhorado ou requalificado, mas isso não incide sobre as conclusões que ele tirou. São acusações do arco da velha, como alguns críticos de Piketty fazem, de que o autor do livro teria desconhecido o esforço e o mérito daqueles que ganharam mais dinheiro, o que ele demonstra claramente não ser verdade. Em geral, no Brasil, a crítica foi triste, pois os conservadores mostraram que não estão à altura de participar de um debate destes. Não se pode querer desqualificar com argumentos muito frágeis e ideológicos, porque a discussão que ele faz não é nestes termos; Piketty vai lá e mostra como as coisas aconteceram. Ele está estudando isso há tempo, a exemplo de outros autores, tais como Edward Wolff¹⁷, Dean Baker, James Albrecht¹⁸, que diferentemente dele não fizeram um trabalho de campo com tanto fôlego e tanta solidez.

On-Line)

17 **Edward Nathan Wolff** (1946): é um economista americano cujas principais áreas de pesquisa são a distribuição de renda e riqueza e o crescimento da produtividade. Ele é professor de economia na Universidade de Nova Iorque. (Nota de IHU On-Line)

18 **James Albrecht**: professor do Departamento de Economia da Universidade de Georgetown. Tem mestrado em Estatística e doutorado em Economia pela Universidade de Berkeley. Albrecht ministra cursos em economia do trabalho, teoria microeconômica, matemática para economistas e estatísticas. Sua pesquisa atual concentra-se em economia do trabalho. (Nota da IHU On-Line)

“O capitalismo ofereceu a oportunidade de melhoria dos padrões de vida para as populações em geral, mas de uma forma muito desigual”

IHU On-Line – O próprio Piketty disse que não conseguiu dados sobre a realidade brasileira para fazer suas análises. Que países compõem o corpus de pesquisa do livro?

Luiz Gonzaga Belluzo – Ele olhou para os países europeus, como Suécia, Itália, Grécia, e também para os Estados Unidos e a Argentina. A Inglaterra, que não referi antes, é muito importante para o estudo dele. Piketty percebeu que nos países europeus havia um padrão, já no Brasil ele não usou os dados porque considerou que as informações do imposto de renda acerca da riqueza não eram satisfatórias.

IHU On-Line – O senhor acredita que a análise e as soluções propostas por Piketty podem ser aplicadas no Brasil?

Luiz Gonzaga Belluzo – As análises que ele fez sobre a desigualdade são um caso especial, porque a desigualdade não se reduziu no Brasil no período em que se está observando a redução da desigualdade na Europa. No nosso país fizemos o movimento contrário, pois agora a desigualdade se reduziu ligeiramente em um momento em que a desigualdade na Europa está aumentando, sobretudo no que se refere aos rendimentos do trabalho. O Brasil teve, anteriormente, um agravamento da desigualdade e isso não significa que as pessoas passaram a viver pior. Uma família que sai

do sertão da Paraíba e vem para São Paulo melhora seu nível de renda sem diminuir a desigualdade, embora isso não signifique, necessariamente, que ela passou a viver melhor, pois essas pessoas vêm para a cidade trazendo as marcas da desigualdade do campo. O Brasil, desde os anos 1970 até recentemente, apresentou aumento do coeficiente de Gini¹⁹, com índices de desigualdade muito impressionantes. Até porque a inflação foi perversa, pois corrói a renda dos que não têm mecanismos para se defender, e isso ocorreu ao longo dos anos 1980. Mas o nosso país tem outra trajetória, pois não se ajusta à forma da evolução da distribuição de renda e da desigualdade dos países que Piketty avalia.

A desigualdade no Brasil tem outras raízes, outras dinâmicas e outras formas. Nós jamais tivemos um estado de bem-estar, ao contrário, temos uma desigualdade estrutural e secular que agora está começando a ser corrigida na margem porque se está mudando a desigualdade dentro da escala de salários. É por isso que Piketty não fez um estudo sobre o Brasil, porque não há os dados das pessoas mais ricas, e os dados que existem acerca de renda e riqueza não são confiáveis. Mesmo no caso dos países que o autor trata, ele avisa: “eu posso estar minimizando as diferenças de renda e riqueza porque há muita gente que tem suas fortunas nos paraísos fiscais”.

IHU On-Line – Que desafios estão postos ao cenário brasileiro com relação à desigualdade?

Luiz Gonzaga Belluzo – Piketty faz uma sugestão radical propondo

19 **Coeficiente de Gini**: é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento “Variabilità e mutabilità” (“Variabilidade e mutabilidade” em italiano), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (português brasileiro) ou rendimento (português europeu) (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda (português brasileiro) ou rendimento (português europeu), e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100). (Nota da IHU On-Line)

um aumento sobre o imposto e a riqueza. Ele mesmo sugere que é uma solução radical e que se vá ao limite, mas eu não acho que isso seja possível, dadas as circunstâncias políticas, sociais e econômicas que existem atualmente. Mas ele propõe um imposto global sobre a riqueza como a única forma de reduzir a desigualdade ou, pelo menos, impedir que ela continue a avançar.

Gosto do capítulo em que ele fala da taxa sobre o capital. Piketty diz claramente que a taxa sobre o capital pode produzir efeitos que diminuam a desigualdade de renda. Ele faz uma defesa muito clara, e eu diria utópica, do imposto sobre o capital, porque isso exigiria um esforço político muito grande daqueles que na verdade estão sentindo os efeitos da desigualdade. Entretanto, quais seriam os argumentos dos mais ricos? Eles ficariam desestimulados a acumular e, portanto, isso causaria, em última instância, prejuízos aos próprios defensores desta tese. Precisamos lembrar que no pós-guerra isso era possível porque as atrocidades e as perdas de vidas foram tão grandes que mesmo conservadores como De Gasperi²⁰ e De Gaulle²¹ impuseram as regras de distribuição de renda dos impostos com relação aos mais ricos.

IHU On-Line – Piketty propõe como solução para o problema da desigualdade a tributação das grandes riquezas. Como o senhor avalia tal hipótese? Essa é uma alternativa viável aos desafios à desigualdade no Brasil?

Luiz Gonzaga Belluzo – O sistema tributário brasileiro é um dos mais desiguais do mundo. Se considerarmos o assalariado que ganha até três salários mínimos, ele paga de imposto aproximadamente 52% de sua renda. Quem é proprietário de ativos – por exemplo, um proprietário de empresa ou um médico –, que cria uma empresa para fazer a administração tributária, tem seus recursos gerados como

dividendos, não como salário, e por isso não paga imposto de renda. Se alguém recebe como dividendo R\$ 50 mil ou R\$ 100 mil, não paga um tostão de imposto de renda, nem na fonte nem na declaração. Então, o nosso sistema tributário é uma coisa inacreditável, pois favorece o dividendo, a poupança e a acumulação de riqueza por parte dos ricos e, assim, pensa-se que vai beneficiar os pobres em alguma medida.

IHU On-Line – Considerando a perspectiva econômica, como podemos pensar o desenvolvimento da desigualdade ao longo da história do Brasil? Qual o papel de programas como Brasil sem Miséria e Bolsa Família para o combate à desigualdade?

Luiz Gonzaga Belluzo – O Bolsa Família tem uma função que é tirar um contingente da população da miséria absoluta e o efeito distributivo dele é bastante modesto. O que melhorou a distribuição de renda foi a política de reajuste do salário mínimo, foram as políticas previdenciárias, que na verdade estão indexadas ao salário mínimo. São esses aspectos que melhoraram bastante a condição de vida e a distribuição de renda, permitindo que muitos ascendessem à condição de assalariados capazes de ter um padrão de consumo razoável com relação ao resto da população. Mas o resto são ações muito limitadas. É preciso começar de alguma maneira, e no Brasil as resistências são muito grandes, enormes. No período que precedeu o golpe de 1964, tentou-se o estatuto do trabalhador rural, e houve, nas usinas e nas fazendas, trabalhadores que foram fuzilados. O que aconteceu não foi brincadeira. Aqui as elites não estão dispostas a ceder nada. É uma luta política que vai levar anos e o pouco que se conseguiu avançar já produziu uma revolta e uma indignação despropositada e assustadora, alegando-se que quem recebe Bolsa Família é vagabundo. Isso é tão pouco no que representa o total de gastos do governo e é tão importante para as famílias que recebem, apesar de ser pouco, que eu tenho a impressão de que o grau de crueldade das pessoas é muito maior do que a gente pode imaginar.

Leia mais...

- “Desembrulhar o pacote de 2015 não vai ser fácil”, Artigo de Luiz Gonzaga Belluzo publicado nas **Notícias do Dia**, 23-04-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1qKO94B>;
- A alegria do Evangelho. Artigo de Luiz Gonzaga Belluzo publicado nas **Notícias do Dia**, 03-12-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/Wkc2qL>;
- “Precisa ser muito ruim para errar no Brasil”. Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzo, publicada na edição 356 da **IHU On-Line**, de 04-04-2011, disponível em <http://bit.ly/1liSo43>;
- O momento neoliberal do capitalismo terminou. Qual será o novo momento? Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzo, publicada nas **Notícias do Dia**, de 23-05-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1wAgah6>;
- “Será difícil que o padrão que prevaleceu até hoje possa sobreviver”. Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzo, publicada na edição 276 da **IHU On-Line**, de 06-10-2008, disponível em <http://bit.ly/1ml0nwp>;
- “Nós não temos uma definição exata nem da profundidade nem da extensão da crise”. Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzo, publicada nas **Notícias do Dia**, de 02-03-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1qKPjNt>;
- “Nós fomos ultrapassados pelos outros, o que não quer dizer que isso seja um fenômeno insuperável”. Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzo, publicada na edição 218 da **IHU On-Line**, de 07-05-2007, disponível em <http://bit.ly/1p0hvMW>.

²⁰ Alcide De Gasperi (1881-1954): político italiano que, junto com Konrad Adenauer, Robert Schuman e Jean Monnet, é considerado um dos pais da União Europeia. (Nota da **IHU On-Line**)

²¹ Charles de Gaulle (1890-1970): general e presidente da França de 1958 a 1969. (Nota da **IHU On-Line**)

A ecologia econômica como alternativa às desigualdades

Economista Gaël Giraud aborda os desafios à desigualdade econômica e social a partir de uma perspectiva ecológica

POR PATRICIA FACHIN E RICARDO MACHADO | TRADUÇÃO: PAULO DUARTE

“**A** ecologia econômica parece estar atualmente numa via mais promissora. Ela não é nem marxista, nem neoliberal. O seu objeto é a realidade de um planeta que nós estamos em vias de destruir. E não temos outro. A maior parte dos economistas dos dias de hoje já compreendeu que a transição ecológica é inseparável de uma transição social”, sustenta o professor doutor Gaël Giraud em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Para o economista, os mais ricos, independentemente dos países, são os que mais poluem o planeta, causando, portanto, a destruição do clima e da biodiversidade, o que resulta em um processo de desumanização. “A miséria afunda os mais pobres num inferno e a ultrarriqueza isola os mais ricos num gueto separado do resto da humanidade, em pânico de perderem o seu conforto, incapazes de participar de um projeto histórico e político que ultrapasse as dimensões que são próximas da sua vida de luxo. Praticar a justiça é uma libertação não somente das vítimas como também dos carrascos”, aponta.

Na avaliação do pesquisador, o principal entrave aos avanços em termos de igualdade é a vontade política. “Um economista do Fundo Monetário Internacional – FMI, Michael Kumhof, mostrou recentemente que uma reforma será bastante benéfica para todo o mundo – menos, talvez, para os banqueiros. As soluções existem. O que falta é a vontade política”, destaca. “Essa falta se deve ao fato de que grande parte dos políticos nos governos, na Europa, nos Estados Unidos, no Japão,

provém de classes favorecidas, que não têm interesse na reforma financeira de modo a reduzir as desigualdades e assegurar a prosperidade de todos”, complementa.

Ao olhar para o futuro, Gaël Giraud sugere ser necessário que os países ricos ponham em prática uma transição energética. “A passagem de uma economia essencialmente fundada sobre as energias fósseis (gás, carvão, petróleo) para outros tipos de energia: as renováveis e/ou nucleares. Sem estas, tenho receio de que, nos anos próximos, a fratura social mais importante será aquela que vai separar as populações com acesso à energia das que não têm acesso. Não excluo a possibilidade de uma terrível regressão social: qualquer coisa como um retrocesso à Idade Média. Sem contar com as múltiplas guerras que já começamos (nomeadamente no Médio Oriente) para garantir o acesso aos recursos energéticos”, avalia.

Gaël Giraud é diretor de pesquisa do *Centre national de la recherche scientifique* – CNRS, membro do Centro de Economia da Sorbonne e da Escola de Economia de Paris e professor associado na ESCP-Europe. Jesuíta, faz parte do conselho científico do Laboratório sobre Regulação Financeira e do Observatório *Europeu Finance Watch*. Além disso leciona no *Centre Sèvres*, dos jesuítas, e é membro do conselho científico da Fundação Nicolas Hulot para a Natureza e o Homem. O trabalho de Gaël Giraud pode ser visto em seu sítio na internet www.gaelgiraud.net.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que o senhor entende por desigualdades e como fundamenta esse conceito?

Gaël Giraud – Na atualidade, uma pequena centena de pessoas no mundo possui uma riqueza equivalen-

te à metade da humanidade. Possivelmente, nunca tínhamos esperado tal nível de desigualdade no planeta. As desigualdades de rendimentos e de patrimônio, mas também de acesso à educação, aos direitos, à internet, são

fenômenos extremamente graves, pois são um obstáculo à prosperidade econômica. Não somente para os mais pobres – é evidente –, mas também para os mais ricos. De fato, aumentar indefinidamente a riqueza de

uma porção de indivíduos não facilita, de todo, o crescimento: a tese de que a opulência dos ricos será benéfica para todos é uma impostura intelectual. O aumento da desigualdade penaliza mesmo os mais ricos na sua vida e na sua própria saúde. É o que mostra, por exemplo, uma excelente obra de Pickett¹ et Wilkinson², *The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better* (London: UK Hardback edition, 2009). Também é preciso considerar que os mais ricos são aqueles que mais poluem o planeta. Sejam chineses, norte-americanos ou brasileiros, são eles que carregam a mais forte responsabilidade da destruição do clima e da biodiversidade. Enfim, o aumento das desigualdades provoca a desumanização: a miséria afunda os mais pobres num inferno e a ultrariqueza isola os mais ricos num gueto separado do resto da humanidade, em pânico de perderem o seu conforto, incapazes de participar de um projeto histórico e político que ultrapasse as dimensões que são próximas da sua vida de luxo. Praticar a justiça é uma libertação não somente das vítimas como também dos carrascos.

IHU On-Line – A discussão acerca da maneira de enfrentar as desigualdades sociais, a partir de uma perspectiva econômica, deve considerar a acumulação financeira e o funcionamento do mercado financeiro de modo geral e não mais o modo de produção capitalista?

Gaël Giraud – De fato, a desregulamentação financeira, iniciada nos anos 1980, tem a responsabilidade essencial da explosão das desigualdades nestes últimos 30 anos. Os Trinta Gloriosos (1945-1975) na Europa e

1 **Richard Gerald Wilkinson** (1943): epidemiologista social britânico, escritor e advogado. É professor emérito de epidemiologia social na Universidade de Nottingham, tendo se aposentado em 2008. Também é professor honorário de Epidemiologia e Saúde Pública da University College London e professor visitante na Universidade de York. (Nota da IHU On-Line)

2 **Kate Pickett**: epidemiologista britânica, professora de Epidemiologia do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade de York. É co-autora, com Richard G. Wilkinson, de *Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better and is Director of The Equality Trust*. (Nota da IHU On-Line)

nos Estados Unidos mostraram que é possível ter uma prosperidade de massa, em um contexto capitalista, com pouca desigualdade. Isso supõe que os mercados financeiros jogam um papel mínimo na nossa economia. É completamente falso pretender que os mercados financeiros sejam eficientes. Sabe-se, em economia, depois dos anos 1980 que, mesmo estando repletos de senhores hiperacionais, os mercados financeiros geriram de maneira bastante ineficaz o risco e o capital. Na verdadeira vida, os mercados financeiros servem essencialmente para captar a renda produzida pelo trabalho dos cidadãos, monopolizados por uma minúscula minoria de jogadores: quando estes ganham as suas apostas, retiram os benefícios privados e, quando perdem, é o contribuinte quem tem de pagar as dívidas.

IHU On-Line – O que o senhor tem evidenciado em suas pesquisas sobre a crise financeira desde 2008 e as desigualdades sociais no mesmo período?

Gaël Giraud – A bolha *subprime* foi tolerada pelas autoridades econômicas e monetárias dos Estados Unidos, entre 2001 e 2007, na esperança de permitir a um grande número de famílias norte-americanas pobres se tornarem proprietárias das suas casas. Há menos proprietários nos Estados Unidos em 2008 que em 2001. Tentar manter o mercado imobiliário pela dívida privada é uma falência completa. Na Europa, uma grande parte dessa dívida privada tornou-se insolvente e afundou numerosos bancos. Muitos acabaram por ser salvos ou nacionalizados pelos Estados, que, de um dia para o outro, viram a sua dívida pública rebentar. Ora, as classes médias europeias pagam em geral mais impostos que os mais ricos. São, então, as classes médias que vão pagar a fatura da crise financeira. As desigualdades continuam, assim, a aumentar.

IHU On-Line – O senhor dá a entender que os bancos são, hoje, os grandes vilões da atual situação social e os responsáveis pela crise. Como mudar esse cenário? O que é possível fazer para frear essa situação?

Gaël Giraud – Sim, o setor bancário, na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, adquiriu um poder de perturbação considerável. Alguns bancos têm um balanço que pesa mais que o Produto Interno Bruto – PIB de um Estado desenvolvido. Além disso, a desregulamentação financeira volta a dar-lhes um poder considerável. Está claro que é possível mudar tudo isso. Já expliquei em diversas obras como isso pode ser possível. Grosso modo, no meu ponto de vista, é necessário cortar os bancos mistos em dois, ou seja, voltar a colocar o Glass Steagall Act³ que nos permitiu desfrutar, nos anos 1960, um período de serenidade, sem uma maior crise bancária. Depois, é preciso colocar o Banco Central sob o controle de um poder político democrático. Atualmente, a independência do Banco Central é um eufemismo para dissimular o fato de que ele obedece unicamente aos desejos do setor bancário privado. Enfim, há que retirar dos bancos privados o direito de criar a moeda: é o famoso “plano de Chicago” que tinha sido proposto pelos grandes economistas norte-americanos nos anos 1930. Um economista do Fundo Monetário Internacional – FMI, Michael Kumhof⁴, mostrou recentemente que uma reforma será bastante benéfica para todo o mundo – menos, talvez, para os banqueiros. As soluções existem. O que falta é a vontade política. Essa falta se deve ao fato de que grande parte dos políticos nos governos, na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, provém de classes favorecidas, que não têm interesse na reforma financeira de

3 **Lei Glass-Steagall ou Glass Steagall Act de 1933**: foi um estamento US ‘Banking Act’ (Pub. L. No. 73-66, 48 Stat. 162) que estabeleceu a Federal Deposit Insurance Corporation, ou agência garantidora de créditos. Esta lei foi promulgada pela administração de Franklin Roosevelt para, basicamente, evitar um colapso financeiro sistêmico como o ocorrido em 1929. (Nota da IHU On-Line)

4 **Michael Kumhof** (1962): é um pesquisador alemão e economista conhecido por suas pesquisas sobre o sistema financeiro, as desigualdades de renda e da oferta de petróleo. Em seu trabalho no Fundo Monetário Internacional - FMI, ele é responsável pelo desenvolvimento do *International Monetary Fund’s Global Integrated Monetary and Fiscal Model*, usado para as análises políticas do FMI. (Nota da IHU On-Line)

modo a reduzir as desigualdades e assegurar a prosperidade de todos.

IHU On-Line – Quais as razões da falência do estado de bem-estar social na Europa?

Gaël Giraud – Há imensas razões para esta falência. Espero que não seja definitiva. Uma das razões é a inversão do projeto político europeu em uma máquina de destruição do Estado-Providência. A Europa tornou-se, há vinte anos, a Europa dos financeiros: estes destruirão o nosso continente até que os políticos deem um “murro na mesa”.

IHU On-Line – Os que defendem uma proposta neoliberal argumentam que se trata de um modelo que garante a liberdade. Os que argumentam que é preciso maior interferência do Estado sustentam que é necessário mais igualdade. Esses conceitos e essas visões são suficientes para entender a complexidade que se vive hoje? Há uma terceira via?

Gaël Giraud – Parece-me que o debate tradicional “liberdade versus igualdade” já não é a melhor maneira de compreender o nosso mundo. Na realidade, o neoliberalismo destrói as nossas liberdades. É uma economia essencialmente fundada sobre a dívida, e tal já vem desde 5000 anos atrás, como muito bem demonstrou David Graeber⁵. Quando se tem muitas dívidas, acaba-se por se tornar escravo (no sentido literal e figurado) do credor. Se queremos sair do servilismo, temos de sair do neoliberalismo.

IHU On-Line – O período recente parece demonstrar que o neoliberalismo

gera crises, inclusive a crise financeira, pela falta de controle do mercado, mas, por outro lado, o Estado parece não dar conta nem de garantir um estado de bem-estar social para a população, nem de exercer uma política de gestor do mercado. Qual é sua proposta para diminuir as desigualdades sociais e garantir acesso a bens básicos, tendo em vista esse cenário e a falência das propostas das esquerdas em todo o mundo?

Gaël Giraud – Penso que é necessário ter em consideração a importância vital da energia e das matérias naturais (nomeadamente os minerais) nas nossas economias. A maior parte dos economistas negligencia completamente este ponto. Ora, os recursos naturais não são extensíveis ao infinito. E as últimas notícias do GIEC⁶ no Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas – IPCC referentes ao clima são literalmente catastróficas. Então, é extremamente importante, se queremos garantir um mínimo vital para todos, que o conjunto dos países ricos (onde se inclui o Brasil) ponha em prática, de modo voluntário, a transição energética: a passagem de uma economia essencialmente fundada sobre as energias fósseis (gás, carvão, petróleo) para outros tipos de energia: as renováveis e/ou nucleares. Sem estas, tenho receio de que, nos anos próximos, a fratura social mais importante será aquela que vai separar as populações com acesso à energia das que não têm acesso. Não excluo a possibilidade de uma terrível regressão social: qualquer coisa como um retrocesso à Idade Média. Sem contar com as múltiplas guerras que já começamos (nomeadamente no Médio Oriente) para garantir o acesso aos recursos energéticos. A social-democracia ocidental não compreendeu ainda a importância da transição energética. As indústrias do mundo inteiro, elas, sim, compreenderam muito bem e esperam com impaciência que os políticos saiam da sua fascinação pelas finanças e desbloqueiem finalmente as soluções de financiamento para começarem a transição.

⁶ GIEC: grupo de especialistas intergovernamentais sobre a evolução do clima. (Nota do Entrevistado)

IHU On-Line – Recentemente, ao falar da crise da esquerda na França, o senhor mencionou a criação do Partido Nouvelle Donne como uma possibilidade promissora. Por quais razões? A esquerda ainda tem algo a oferecer para as discussões econômicas, políticas e sociais? Aqui no Brasil há uma expectativa em relação aos movimentos que surgem sem lideranças no sentido de propor algo novo, mas na Europa já há sinais de que movimentos como esse também não conseguiram mudanças e avanços, a exemplo do 15M. O que fazer?

Gaël Giraud – O exemplo dos “Indignados” na Espanha parece-me revelador. Os espanhóis saíram à rua aos milhões, durante meses e meses. No imediato, de forma estrita, não deu nada no plano político, e até foi o Partido Popular que acabou por ser eleito, mesmo quando este partido, no tempo de Aznar⁷, no princípio dos anos 2000, foi altamente responsável pela entrada da Espanha na bolha *subprime*. A razão da falência de um movimento social de multidões na Espanha é a incapacidade da classe política espanhola em articular a indignação social com um verdadeiro programa político. A social-democracia tornou-se neoliberal e, de pronto, deixou de pensar. Atualmente, os partidos socialistas europeus têm um eletroencefalograma plano. É por isso que a criação do partido *Nouvelle Donne*⁸ me parece uma excelente notícia: aí está um partido de centro-esquerda que formula um verdadeiro diagnóstico sobre a situação atual, que quer regulamentar as finanças, reduzir as desigualdades (pelo imposto sobre o crédito e sobre o capital), lançar a transição energética.

IHU On-Line – Em que consiste o Tratado de Livre Comércio em negociação entre a União Europeia e os Estados Unidos, e como o senhor o avalia tendo em vista o atual cenário

⁷ José Maria Alfredo Aznar López: é um político espanhol. Foi o quarto primeiro-ministro do governo da Espanha do período democrático posterior a 1978, exerceu o mandato entre 5 de maio de 1996 e 17 de abril de 2004, pelo Partido Popular. (Nota da IHU On-Line)

⁸ Nouvelle Donne: partido político francês, fundado em 2013. (Nota do Entrevistado)

⁵ David Graeber (1961): é um anarquista, antropólogo e professor de antropologia social, no Colégio Goldsmith da Universidade de Londres. Anteriormente foi professor associado na Universidade de Yale, instituição que, anteriormente, se negou a recontratá-lo após o término de seu contrato em junho de 2007, assunto em torno do qual se apresentam controvérsias e cartas de apoio ao professor e de repúdio à decisão da diretoria da universidade. Graeber participa ativamente em movimentos sociais e políticos, protestando contra o Fórum Econômico Mundial de 2002 e o movimento Occupy Wall Street. Ele é membro do Industrial Workers of the World e faz parte do comitê da Organização Internacional para uma Sociedade Participativa. (Nota da IHU On-Line)

político, econômico e social do mundo, ou seja, este momento de crise?

Gaël Giraud – O Tratado Transatlântico é uma catástrofe, aumentada pela soberania política dos Estados da linha do Atlântico Norte. De fato, este Tratado de livre-troca vai autorizar uma empresa norte-americana ou europeia a processar um país, levando-o a adotar as leis que estão de acordo com os interesses da empresa. O tribunal *ad hoc* que regulamentará o litígio apenas se apoiará no direito comercial internacional e no tratado. De modo particular, até mesmo a constituição de um país não entrará em linha de consideração. Se assinarmos um tratado assim, é o fim do Estado na Europa. Os verdadeiros governantes serão os donos das empresas. Eu penso que, se assinarmos um tratado assim, a reação das populações será idêntica à da população dos anos 1930. Acabarão por eleger os ditadores neofascistas para lhes salvar da ditadura das multinacionais. Tudo isso é bastante perigoso.

IHU On-Line – O senhor leu o livro do economista Piketty? O livro tem recebido críticas positivas e negativas. Do ponto de vista econômico, quais são as propostas do livro, seus erros e acertos, inclusive no que se refere à análise das implicações econômicas na atual conjuntura das desigualdades sociais?

Gaël Giraud – O principal interesse do livro de Piketty é o de colocar na dianteira o escândalo da explosão das desigualdades nos Estados Unidos e na Europa. Ele não é, evidentemente, o primeiro a fazê-lo: Galbraith⁹ já o tinha feito nos anos 1990. A dificuldade está na construção e no tratamento dos dados, ambos com falta de rigor, como foi recentemente sublinhado por diversos colegas e mesmo alguns estudantes. Mas essa falta de rigor não põe em causa a conclusão fundamental, que é verificada por numerosos outros trabalhos, mais rigorosos, em que todos iluminam as desigualdades

9 John Kenneth Galbraith (1908-2006): economista norte-americano. Em seus livros *A sociedade da opulência* (1958), *O novo estado industrial* (1967) e *A ciência econômica e o interesse geral* (1974) faz um requisitório contra a sociedade de consumo. (Nota da IHU On-Line)

de forma impressionante. A outra dificuldade do livro, no meu ponto de vista, é ainda mais grave: não tem teoria econômica. Ou mais especificamente: a teoria subjacente é a da escola neoclássica norte-americana mais conservadora. Em particular, o conjunto das ideias repousa sobre aquela ficção de que não existiria algo como “o” capital. Marx¹⁰, tal como outros economistas conservadores, fez o mesmo erro: “o capital? Isso não existe”. Se é assim, ninguém poderá, por exemplo, definir o seu rendimento. O que existe são as máquinas, as infraestruturas, a energia, os recursos naturais, os ativos financeiros, a moeda... Cada qual com uma lógica própria. Perpetuar a ilusão de que se pode emaranhar todas essas realidades numa categoria única é manter a economia numa imensa confusão. O paradoxo está presente quando se constata, por exemplo, que na teoria de Piketty a moeda não existe... Para um livro que passa 900 páginas falando de capital, é bastante estranho, não é?

Não acredito, então, de todo, que o livro de Piketty renovará a pesquisa econômica. No entanto, o partido democrata dos Estados Unidos parece ter decidido torná-lo a sua nova bíblia. O sucesso de livreria da obra sugere que, possivelmente, seja uma boa estratégia, que poderá permitir que se reinstale no debate público norte-americano a questão das desigualdades. Infelizmente, tanto do lado das propostas políticas como do lado da análise, o livro é igualmente pobre: Piketty contenta-se em propor um imposto mundial sobre o capital,

10 Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos *Cadernos IHU ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. (Nota da IHU On-Line)

quando ele sabe muito bem que nunca verá o dia que isso aconteça, ou em todo o caso, não acontecerá antes de bastante tempo passar. Além disso, tenho um forte receio de que a maior parte das pessoas que compraram o livro não o lerá... Então, não será nesse livro que se encontrará o meio de saída da paralisia intelectual da social-democracia ocidental.

IHU On-Line – Entre as escolas econômicas existentes, alguma dá conta de propor soluções?

Gaël Giraud – A ecologia econômica parece estar atualmente numa via mais promissora. Ela não é nem marxista, nem neoliberal. O seu objeto é a realidade de um planeta que nós estamos em vias de destruir. E não temos outro. A maior parte dos economistas dos dias de hoje já compreendeu que a transição ecológica é inseparável de uma transição social: em particular, não chegaremos a iniciar esta transição de forma eficaz enquanto uma minoria muito pequena continue a monopolizar o essencial da riqueza e dela servir-se para destruir o ambiente e esgotar os nossos recursos.

Leia mais...

- *Gaël Giraud: o jesuíta que enfrenta os bancos*. Entrevista com Gaël Giraud publicada nas **Notícias do Dia**, de 04-06-2014, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1qmafvd>;
- *Economista jesuíta critica proposta de reforma bancária*. Entrevista com Gaël Giraud publicada nas **Notícias do Dia**, de 29-01-2013, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1kUXB0r>;
- *Além da moral dos bancos*. Entrevista com Gaël Giraud publicada nas **Notícias do Dia**, de 13-01-2012, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1plTFKq>.

O conseqüente casamento entre a desigualdade e a pobreza

Flávio Comim amplia o debate sobre as condições da desigualdade, abrangendo aspectos que vão da economia à educação, da questão de gênero ao acesso à saúde

POR RICARDO MACHADO

“Modelos de crescimento que concentram renda não geram desenvolvimento”, enfatiza o professor doutor Flávio Comim em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Para ele, os indicadores de renda são sempre imperfeitos do ponto de vista do desenvolvimento. “Governos que se financiam por uma carga tributária regressiva (baseada em impostos indiretos) cobram mais proporcionalmente de quem ganha menos. Se, além disso, eles gastam mais com quem é mais rico, como parece ser um padrão mundial, em que melhores escolas e hospitais não estão onde os mais pobres vivem, então crescimento também não é sinônimo de desenvolvimento por essa via”, explica.

Um dos temas mais delicados deste debate gira em torno da pobreza. “Precisaríamos discutir o mínimo, se consideramos importante um conceito de pobreza absoluta (relacionado à insegurança alimentar) ou pobreza relativa (exclusão social) ou as características de tipos distintos de pobreza, como a rural e a urbana, ou a dos idosos ou das crianças. Ao invés, embarcamos em um programa de pobreza no nosso país em que a renda pela

renda é o principal parâmetro, sem nenhuma base conceitual ou empírica que possa justificar a escolha da linha de pobreza utilizada”, sustenta. Ao fazer as relações entre infância e a questão de gênero, o pesquisador aponta que as políticas educacionais deveriam ter um foco no longo prazo. “Vivemos em um país que não valoriza a infância, que não a protege e que não investe para estimulá-la o máximo possível. Nossa política educacional é sempre de curto prazo, o que é um grande erro. Não existem programas na televisão aberta que crianças na primeira infância podem ficar assistindo sem serem bombardeadas por um comercialismo deturpador de caráter e por valores superficiais”, argumenta.

Flávio Vasconcellos Comim possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo – USP e pela Universidade de Cambridge e doutorado em Economia pela Universidade de Cambridge, onde também realizou o pós-doutorado. Atualmente, é professor de Economia da UFRGS e professor visitante da Universidade de Cambridge.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Por que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento?

Flávio Comim – Por várias razões. A mais óbvia é que depende de como o crescimento é distribuído. Via de regra, nos países mais desiguais do mundo, os 10% mais ricos se apropriam de metade da renda gerada anualmente. Modelos de crescimento que concentram renda não geram desenvolvimento. Também é verdade que a renda é um indicador imperfeito de desenvolvimento, pois depende de como os governos traduzem impostos

em benefícios para suas populações. Governos que se financiam por uma carga tributária regressiva (baseada em impostos indiretos) cobram mais proporcionalmente de quem ganha menos. Se, além disso, eles gastam mais com quem é mais rico, como parece ser um padrão mundial, em que melhores escolas e hospitais não estão onde os mais pobres vivem, então crescimento também não é sinônimo de desenvolvimento por essa via. Também cabe mencionar que o crescimento pode se dar em regiões e setores diferentes. Por último, a razão

principal para crescimento não ser sinônimo de desenvolvimento é que a renda é apenas um meio para atingir os fins de uma boa vida, e como tal ela é condição necessária, mas não suficiente.

IHU On-Line – Por que a pobreza não se reduz à renda? Que outros fatores estão em jogo?

Flávio Comim – A nossa sociedade tem evitado uma discussão séria sobre o significado da pobreza. Isso é paradoxal, dada a ênfase na pobreza enquanto uma aparente ênfase na po-

lítica pública nacional. Como tal, deve refletir o que se considera uma vida que não é decente segundo alguns princípios civilizatórios considerados básicos em nossa sociedade. O espaço mais importante deveria ser o espaço dos fins. Precisaríamos discutir o mínimo, se consideramos importante um conceito de pobreza absoluta (relacionado à insegurança alimentar) ou pobreza relativa (exclusão social) ou as características de tipos distintos de pobreza, como a rural e a urbana, ou a dos idosos ou das crianças. Ao invés, embarcamos em um programa de pobreza no nosso país em que a renda pela renda é o principal parâmetro, sem nenhuma base conceitual ou empírica que possa justificar a escolha da linha de pobreza utilizada.

IHU On-Line – De que forma as políticas públicas de transferência de renda, ainda que relevantes, são insuficientes no sentido de garantir maior igualdade? Que desafios estruturais estão postos para além da questão econômica?

Flávio Comim – Elas são insuficientes em três sentidos básicos. Primeiro, as políticas de transferência condicionada de renda são políticas de estímulo à demanda por bens públicos (como educação e saúde) para que se possa quebrar no longo prazo o ciclo intergeracional de transmissão de pobreza. Como tal, elas nada falam sobre o acesso ou a qualidade da oferta. No entanto, não se pode tomar a oferta como dada, pois dela depende o êxito do programa. Os pais podem estar desejosos de enviar seus filhos ou filhas à escola, mas se não houver escola ou se essa escola for de péssima qualidade, eles podem não ter como dar uma educação adequada aos seus filhos. Segundo, para que a pobreza seja reduzida no longo prazo é importante que as crianças tenham não somente um bom preparo, mas que, quando esteja na época de ingressar no mercado de trabalho, elas tenham boas oportunidades de emprego ou de continuarem estudando. Infelizmente, muitos programas de transferência condicionada de renda não atingem sustentabilidade, pois não têm um bom programa de estímulo ao trabalho dos jovens. Por último, essas políticas devem trabalhar a

“Governos que se financiam por uma carga tributária regressiva cobram proporcionalmente mais de quem ganha menos”

base motivacional de seus beneficiários para que não vejam a transferência como um ‘intitamento’, mas sim como um apoio para seu desenvolvimento, caso contrário há o fantasma da dependência e da manutenção da pobreza entre os pobres sem conseguir modificar nenhum parâmetro estrutural.

IHU On-Line – Em que medida as políticas públicas não se resumem às ações do Estado? Qual é o nosso papel dentro deste contexto?

Flávio Comim – Estamos acostumados a um conceito anacrônico de política pública que coloca todas as responsabilidades da ação pública no Estado. O que acontece, frequentemente, é que as políticas e leis não são obedecidas pela população e o Estado insiste dentro do mesmo modelo de cima para baixo promovendo ações *para* os cidadãos. Ao invés disso, o Estado precisa trabalhar mais o meio da ação *com* os cidadãos, informando e convencendo em vez de impondo; facilitando e empoderando em vez de executando diretamente; discutindo e aperfeiçoando seus planos em vez de implementando sua visão parcial. Há muito que evoluir nessa área. Cabe ao Estado promover a cidadania. Nosso papel é demandar um novo Estado e estar preparados para novos modos de engajamento e atuação.

IHU On-Line – De que maneira a desigualdade de gêneros, desde a infância, gera ao longo do tempo desigualdades sociais no âmbito da educação, da saúde, da violência, etc.?

Flávio Comim – A infância é um período decisivo para o desenvolvimento. Recentemente coordenei o Relatório de 2014 de Desenvolvimento Humano para a ONU do Panamá sobre o tema da infância e juventude. Vimos nessa pesquisa que as capacidades comunicativas das crianças são consolidadas desde os três anos de idade, que sua inteligência cognitiva começa a estabilizar aos 10 anos e que sua inteligência emocional se desenvolve até os 21 anos. Ou seja, existem janelas de desenvolvimento cognitivo e psicoemocional das crianças que devem ser aproveitadas. Caso contrário, criamos desigualdades que depois não conseguimos arrumar através de políticas públicas posteriores.

Vivemos em um país que não valoriza a infância, que não a protege e que não investe para estimulá-la o máximo possível. Nossa política educacional é sempre de curto prazo, o que é um grande erro. Não existem programas na televisão aberta que crianças na primeira infância podem assistir sem serem bombardeadas por um comercialismo deturpador de caráter e por valores superficiais. Você entra em uma livraria para comprar um livro infantil e o vendedor ou vendedora lhe pergunta: “livro de menino ou de menina”? Como? Não há livro somente ‘de criança’? Desde muito cedo as crianças são forçadas a incluir o gênero como um aspecto marcante de suas identidades. Aqui está a raiz dos problemas que encontramos depois. Isso é reproduzido depois nas escolas, na mídia, nos espaços públicos. Para muitos pais a tarefa de educar seus filhos respeitando e valorizando os demais é uma tarefa inglória.

IHU On-Line – De que maneira maior igualdade de educação, saúde e renda significa maior liberdade para as pessoas?

Flávio Comim – De certo modo, a educação, a saúde e até mesmo a renda representam tipos diferentes de liberdades, instrumentais e constitutivas, para as pessoas. O problema que surge é que a vida começa muito desigual no nosso mundo. Enquanto alguns têm de tudo, outros sofrem inúmeras privações que comprometem até mesmo suas capacitações mais básicas de raciocínio e de afeto

(de sentirem-se amados e de amar). A desigualdade tem um impacto psicológico muito grande para os excluídos. De um lado, ela reafirma um sistema de poder e de privilégios de uma classe dominante. De outro, ela excluiu injustamente muitos daqueles que nada tiveram a ver com a configuração do que está aí. Vivemos em uma sociedade comandada por comportamentos de consumo que exclui milhões de pessoas daqueles padrões que promove.

IHU On-Line – Como Amartya Sen nos ajuda e pensar os complexos desafios impostos ao ser humano no século XXI no sentido de buscarmos uma sociedade menos desigual?

Flávio Comim – No seu livro *A Ideia de Justiça* (São Paulo: Companhia das Letras, 2014), o professor Amartya Sen¹ fundamenta a luta por um modelo de sociedade que combate injustiças, contrapondo-se ao filósofo John Rawls², que, segundo Sen, defende um modelo de justiça transcendental (baseada em uma noção idealizada de justiça). Desse modo, ele justifica uma cidadania que combate pontualmente desigualdades à medida que elas se impõem e motivam os indivíduos a lutarem contra elas. O fato é que o século XXI começou com uma crise econômica de sé-

rias proporções para o mundo desenvolvido que afeta também os países em desenvolvimento. O contexto é de concentração não apenas de renda, mas de riqueza, como nos mostra Thomas Piketty em seu livro *O Capital no século XXI*. Essa próxima década será repleta de discussões sobre desigualdades e injustiças impostas por modelos excludentes de crescimento. Prevê-se também muita tensão social, a menos que haja controles sobre o capital financeiro e uma atuação mais equitativa do Estado.

IHU On-Line – Como podemos compreender que bancos sejam ‘salvos’ de quebrar enquanto a desigualdade na distribuição de renda seja tão avassaladora em todo o mundo?

Flávio Comim – Vivemos em uma sociedade onde o 1% mais rico faz prevalecer suas vontades e poder sem que os demais 99% tenham sequer consciência disso. As leis e políticas públicas se dão de acordo com as necessidades do capital. O desenvolvimento humano conquista progressos significativos, mas não consegue alterar as estruturas produtivas que geram a concentração de renda e riqueza que vemos. As políticas de austeridade europeias e norte-americanas salvaram primeiro os bancos para a manutenção do *status quo* e do poder político-econômico dessas sociedades. Os ajustes, em forma de recortes em gastos sociais, foram feitos em cima de populações com pouco poder político, como os idosos, famílias com muitas crianças, pessoas recebendo benefícios, etc. Mas pior que a desigualdade de renda é a de riqueza. E sobre essa sabemos pouco. A população sabe muito pouco. E tudo concorre para que continue sabendo pouco, enquanto seus interesses são capturados por um modelo consumista e superficial que a mantém ocupada pensando na sua próxima compra enquanto um mundo poderoso que elas desconhecem manda na ordem do dia. Vários filósofos como Michael Sandel³

ou Martha Nussbaum⁴ já teorizaram sobre as políticas de austeridade. Muitos economistas já se pronunciaram contra. Mas o que segue é a vitória dessa ‘classe própria’, como definiu Dani Rodrik⁵, esse 1% mais rico que comanda não somente a riqueza, mas também as estruturas econômicas e políticas nas sociedades em que vivemos. Para sair dessa ‘armadilha da riqueza’, há que se investir em educação & tecnologia para que novas oportunidades econômicas e um novo poder político-social seja criado para este novo século.

Leia mais...

- *Sem miséria, mas com fome*. Artigo de Flávio Comin reproduzido no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, nas **Notícias do Dia**, de 15-05-2014, disponível em <http://bit.ly/UQ2P7S>;
- *O IDH e o conto do imperador sem roupa*. Artigo de Flávio Comin reproduzido no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, nas **Notícias do Dia**, de 17-03-2013, disponível em <http://bit.ly/1m5a1o9>;
- *Amartya Sen, o ser humano e a alternativa do diferente*. Entrevista com Flávio Comin publicada na edição 379 da **IHU On-Line**, de 07-11-2011, disponível em <http://bit.ly/1AH1i5e>;

(Londres: Belknap Press, 1999). Em 2002 foi integrado à *American Academy of Arts and Sciences*. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Martha Craven Nussbaum** (1947): é uma filósofa estadunidense particularmente interessada em filosofia grega, romana, filosofia política e ética. Em setembro de 2005, Nussbaum foi relacionada entre os 100 intelectuais mais influentes do mundo numa enquete feita pela *Foreign Policy*. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Dani Rodrik** (1957): economista e professor universitário turco. Nascido em Istambul, formou-se no Robert College de sua cidade natal. É professor no Rafiq Hariri de Política Econômica Internacional na Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard, onde leciona no programa de Master de Administração Pública (MPA). De acordo com o IDEAS/RePEc, Rodrik é considerado um dos 100 economistas mais influentes do mundo. (Nota da **IHU On-Line**)

1 **Amartya Sen** (1933): Economista indiano autor do livro *Desenvolvimento com liberdade* (São Paulo: Cia das Letras, 2000). Em 1998, a Real Academia da Suécia conferiu o prêmio Nobel de Economia a Sen “por devolver uma dimensão ética ao debate dos problemas econômicos vitais”. Foi galardoado com o prêmio em memória de Alfred Nobel das Ciências Econômicas, pelas suas contribuições ao *Welfare Economics*. Confira a entrevista *Amartya Sen e uma nova ética para a economia* publicada na edição 175 da **IHU On-Line**, de 10-04-2006. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **John Rawls** (1921-2002): filósofo, autor de *Uma teoria da justiça* (São Paulo: Martins Fontes, 1997), *Liberalismo Político* (São Paulo: Ática, 2000) e *O Direito dos Povos* (Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001), além de *Lectures on the History of Moral Philosophy* (Cambridge: Harvard University Press, 2000). A **IHU On-Line** número 45, de 02-12-2002, dedicou seu tema de capa a John Rawls, sob o título *John Rawls: o filósofo da justiça*, disponível em <http://bit.ly/ihuon45>. Confira, ainda, a primeira edição dos Cadernos **IHU Ideias**, *A teoria da justiça de John Rawls*, de autoria de José Nedel e disponível em <http://bit.ly/ihuid01>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Michael J. Sandel** (1953): professor na Harvard University, onde é um dos mais reconhecidos professores na área do Direito. É também conhecido por ser crítico à obra de John Rawls, *A teoria da Justiça*

O direito à igualdade como o direito à felicidade

Roberto Romano traça um perfil sobre os conceitos de igualdade no ocidente e debate os desafios a esta questão a partir da filosofia política

POR MÁRCIA JUNGES E RICARDO MACHADO

A dificuldade de se estabelecer a definição clássica do conceito de igualdade exige que pensemos o termo a partir de um paradigma genealógico. “Com os tempos, a noção variou muito, de acordo com a hegemonia social, política, econômica, filosófica e mesmo teológica que balizaram a formulação do problema. Dar uma definição com base na experiência democrática grega, por exemplo, com o termo ‘isonomia’, é esquecer que o regime democrático de Atenas, o mais liberal se comparado ao de Esparta, tem como base a desigualdade na ordem econômica e política. Só eram iguais os homens, os de nascimento grego comprovado pela genealogia, os proprietários e os ainda não desonrados pela lei da ‘atimia’, uma das piores práticas jurídicas e políticas definidoras da humanidade. Falar da igualdade a partir de Platão e Aristóteles, então, é mais do que problemático. Basta recordar o etnocentrismo que norteia suas concepções do ser humano”, explica o professor Roberto Romano, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

De acordo com Romano, o movimento filosófico que mais contribuiu para a noção moderna de igualdade encontra-se nas Luzes do século XVII. “A corrente de pensamento que mais obstáculos apresentou às teses igualitárias é o romantismo, sobretudo na sua vertente conservadora liderada por Edmund Burke, Novalis, os

irmãos Schlegel e outros”, aponta. “O aristocracismo romântico nega a igualização em todos os sentidos, sobretudo na política”, complementa. Para o professor, até mesmo as teses neoliberais fracassaram no sentido de alcançar um convívio com maior justiça social. “O neoliberalismo julga ser possível a liberdade sem os seus correlatos. E o resultado é a catástrofe vivida pela humanidade em nossos tempos. Acrescento outro elemento, muito defendido pelas Luzes e na Revolução Francesa e também norte-americana: o direito à felicidade. Num mundo desgraçado onde reina o frio lucro e onde o genocídio é constante, parece tolice defender o direito à felicidade. Se escutarmos Spinoza, o mundo político onde reina a infelicidade, longe de ser uma Civitas, é um hospício de loucos”, destaca.

Roberto Romano cursou doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, França, e é professor de Filosofia na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Escreveu, entre outros, os livros *Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico* (São Paulo: Kairós, 1979), *Conservadorismo romântico* (São Paulo: Ed. UNESP, 1997) e *Moral e Ciência. A monstruosidade no século XVIII* (São Paulo: SENAC, 2002), *O desafio do Islã e outros desafios* (São Paulo: Perspectiva, 2004) e *Os nomes do ódio* (São Paulo: Perspectiva, 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é a definição clássica de igualdade na filosofia política moderna? Quais são suas principais ambiguidades e complexidades?

Roberto Romano – Uma definição clássica, eu diria, é quase impossível de ser indicada isoladamente, porque a igualdade é conceito que, já ao nascer, implica em múltiplas e complexas dificuldades. Prefiro partir, algo arbitrariamente, da mensagem evangélica, a Boa Nova de Jesus. Ao

criticar o farisaísmo, ele mostrou que as diferenças externas do culto, o rigorismo moral, as precedências, não evidenciariam a verdadeira essência das pessoas no trato com Deus. Episódios como o da pecadora prestes a ser apedrejada (João 8, 3-11) mostram uma igualdade de todos perante o mal e algo, da parte do Cristo, que os gregos denominam *epikeia*, a justiça efetiva. Para estabelecer a igualdade de todos no bem, a tarefa é mais difícil, acon-

selhando o mesmo Jesus um segredo rigoroso quando atos bons forem praticados. Mesmo o gesto da mulher que unge seus pés com perfume (Lucas: 7, 36-50), criticado pelos fariseus, mostra uma dimensão importante, o da beleza sem débitos nem créditos, sem propriedade, sem cálculos de igualdade ou desigualdade. Temos aí os primórdios das fórmulas posteriores sobre a graça, o pecado, a redenção. Lembremos a parábola do filho

pródigo (Lucas: 15, 11-32). Na lógica do herdeiro “correto”, a medida das recompensas e penas deveria ser única. Cristo ensina que, além do aspecto quantitativo, vigora a misericórdia, o amor gratuito paterno e fraternal.

A comunidade nascente do cristianismo segue vigorosamente os ensinamentos do Mestre, mas se adapta ao mundo que envolve o minúsculo coletivo. Paulo¹, que traz universalidade à vida cristã, contra a tendência judaizante liderada por Pedro², de certo modo molda a doutrina, em seus aspectos sociais, à prática grega e latina da ordem social e do direito. Com o helenismo, ocorre a junção do pensamento aristotélico³

ao platônico⁴, com várias correntes dos Padres. Estoicismo, neoplatonismo, são formas de pensar o mundo humano que estabelecem escalas diferenciais de ordem cósmica e social entre os homens. No caso estoico, o Logos a tudo produz segundo a ordem racional. Loucos os indivíduos que desobedecem tal ordem, sendo inferiores aos sábios. Já na vertente neoplatônica, têm muita importância nas inovações cristãs as doutrinas recolhidas sob o nome de Dionísio⁵, o Pseudo-Areopagita. Tanto na Hierarquia celeste quanto na Hierarquia eclesiástica se estabelece uma escala de perfeição cósmica e social. Quanto mais próximo o ente da luz divina, mais perfeito e superior aos demais. No máximo da escala estariam os anjos, arcanjos, potestades. Abaixo deles, os clérigos e os governantes. No mais baixo da escala, os leigos. Seria um pecado um indivíduo recusar o seu lugar na escala fixa, dada para toda a eternidade. Dionísio está presente nos grandes padres medievais como Tomás de Aquino⁶. O exame

das citações do Pseudo-Areopagita nos textos tomistas comprova o seu peso nas Summas e demais escritos do Doutor Angélico.

Esse edifício teológico-político subsiste até a demolição dos escritos de Dionísio por Lorenzo Valla⁷. No caso, haveria uma “fraude piedosa” tão grave quanto a Doação de Constantino⁸, também evidenciada por Valla.

Erasmus⁹ e Lutero¹⁰, modernos pensadores cristãos, levam adiante a filologia e a hermenêutica de Valla. Erasmo recua em pontos de disciplina eclesiástica, mas Lutero conduz ao máximo a subversão da hierarquia eclesiástica e radicaliza a tese do sacerdócio comum dos fiéis, funda uma nova maneira de ser na Igreja com

Seu maior mérito foi a síntese do cristianismo com a visão aristotélica do mundo, introduzindo o aristotelismo, sendo redescoberto na Idade Média, na escolástica anterior. Em suas duas “Summae”, sistematizou o conhecimento teológico e filosófico de sua época: são elas a *Summa Theologiae* e a *Summa Contra Gentiles*. (Nota da IHU On-Line)

7 Lorenzo Valla (1407-1457): foi um escritor, humanista, retórico e educador italiano. Célebre por sua aplicação dos novos padrões humanistas de crítica a documentos usados pelo Papado em apoio de seu poder temporal. Em 1440 publicou o seu panfleto contra a Doação de Constantino, que provou efetivamente que o famoso documento, pelo qual a autoridade imperial romana teria sido transmitida ao Papado, era espúrio. (Nota da IHU On-Line)

8 Doação de Constantino (*Constitutum Donati Constantini* ou *Constitutum domini Constantini imperatoris*, em latim): foi um documento apresentado na Idade Média como um édito imperial romano. Sua validade foi questionada por motivos históricos. A legitimidade do domínio da Igreja Católica sobre os territórios ainda é aceita historicamente, embora esse domínio fosse devido a outras razões. A própria Igreja Católica considera o documento sem validade. (Nota da IHU On-Line)

9 Erasmo de Rotterdam (1466-1536): teólogo e humanista neerlandês, conhecido como Erasmo de Roterdã. Seu principal livro foi *Elogio da loucura*. (Nota da IHU On-Line)

10 Martinho Lutero (1483-1546): teólogo alemão, considerado o pai espiritual da Reforma Protestante. Foi o autor da primeira tradução da Bíblia para o alemão. Além da qualidade da tradução, foi amplamente divulgada em decorrência da sua difusão por meio da imprensa, desenvolvida por Gutenberg em 1453. Sobre Lutero, confira a edição 280 da IHU On-Line, de 03-11-2008, intitulada *Reformador da Teologia, da igreja e criador da língua alemã*. O material está disponível para download em <http://bit.ly/ihuon280>. (Nota da IHU On-Line)

1 Paulo de Tarso (3-66 d.C.): nascido em Tarso, na Cilícia, hoje Turquia, era originariamente chamado de Saulo. Entretanto, é mais conhecido como São Paulo, o Apóstolo. É considerado por muitos cristãos como o mais importante discípulo de Jesus e, depois de Jesus, a figura mais importante no desenvolvimento do Cristianismo nascente. Paulo de Tarso é um apóstolo diferente dos demais. Primeiro porque, ao contrário dos outros, Paulo não conheceu Jesus pessoalmente. Era um homem culto, frequentou uma escola em Jerusalém, fez carreira no Templo (era fariseu), onde foi sacerdote. Educado em duas culturas (grega e judaica), Paulo fez muito pela difusão do Cristianismo entre os gentios e é considerado uma das principais fontes da doutrina da Igreja. As suas Epístolas formam uma seção fundamental do Novo Testamento. Afirma-se que ele foi quem verdadeiramente transformou o cristianismo numa nova religião, e não mais numa seita do Judaísmo. Sobre Paulo de Tarso a IHU On-Line 175, de 10-04-2006, dedicou o tema de capa *Paulo de Tarso e a contemporaneidade*, disponível em <http://bit.ly/ihuon175>; edição 32 dos Cadernos IHU em formação, *Paulo de Tarso desafia a Igreja de hoje a um novo sentido de realidade*, disponível em <http://bit.ly/ihuem32>; edição 55 dos Cadernos Teologia Pública, *São Paulo contra as mulheres? - Afirmação e declínio da mulher cristã no século I*, disponível em <http://bit.ly/ihuteo55>. (Nota da IHU On-Line)

2 São Pedro ou São Pedro Apóstolo (século I a.C. - Roma, cerca de 67 d.C.): foi um dos 12 apóstolos de Jesus Cristo, segundo o Novo Testamento. A igreja católica considera Pedro como o primeiro Bispo de Roma, sendo por isso o primeiro Papa (Nota da IHU On-Line)

3 Aristóteles de Estagira (384 a.C.-322 a.C.): filósofo nascido na Calcídia, Estagira, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas - por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega - acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética,

política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

4 Platão (427-347 a.C.): filósofo ateniense. Criador de sistemas filosóficos influentes até hoje, como a Teoria das Ideias e a Dialética. Discípulo de Sócrates, Platão foi mestre de Aristóteles. Entre suas obras, destacam-se *A República* (São Paulo: Editora Edipro, 2012) e *Fédon* (São Paulo: Martin Claret, 2002). Sobre Platão, confira a entrevista *As implicações éticas da cosmologia de Platão*, concedida pelo filósofo Marcelo Perine à edição 194 da revista IHU On-Line, de 04-09-2006, disponível em <http://bit.ly/pteX8f>. Leia, também, a edição 294 da revista IHU On-Line, de 25-05-2009, intitulada *Platão. A totalidade em movimento*, disponível em . (Nota da IHU On-Line)

5 Pseudo-Dionísio [Dionísio o Areopagita]: nome dado ao autor de uma série de escritos que exerceram grande influência sobre o pensamento medieval. Acreditou-se por muito tempo que o autor desses escritos foi discípulo de São Paulo. Hoje se considera que as obras de referência foram redigidas no final do século IV ou começos do V sob a influência neoplatônica e especialmente a base de fragmentos de Proclo. Por tal motivo costuma-se chamar a seu autor o Pseudo-Dionísio, e às vezes Dionísio, o místico. (Nota da IHU On-Line)

6 São Tomás de Aquino (1225-1274): padre dominicano, teólogo, distinto expoente da escolástica, proclamado santo e cognominado *Doctor Communis* ou *Doctor Angelicus* pela Igreja Católica.

princípio da igualdade de todos perante Deus, sem a mediação das autoridades visíveis. Tal princípio igualizaria a todos no plano espiritual, ou seja, no invisível, lugar da consciência.

Thomas Münzer¹¹ e seus apoiadores tentam conduzir a revolução luterana, a igualização espiritual, aos planos sociais e políticos. Lutero nega semelhante democratização do mando secular. Ele apoia a repressão feroz contra os revoltosos. Com setores calvinistas radicalizados, a referida passagem se estabeleceu em momentos críticos do Estado absolutista, como é o caso dos monarcômacos franceses e os “niveladores” (Levellers) na França e na Inglaterra do século XVII. Mas nenhum desses movimentos retomou a radicalização de Münzer ou dos Diggers¹², movimento periférico mas atuante na Inglaterra que chegou à negação da propriedade privada, etc.

Na Revolução Francesa, a hegemonia maior não reside nos radicais que negam a propriedade privada, a família nos moldes tradicionais, etc. Apenas na Comuna Insurrecional de Paris¹³, em 1792, se esboçam algumas ideias de igualdade econômica. Jacobinos e girondinos mantêm a tese da

igualdade política, mas fundamentada na defesa da propriedade desigual. Com o Termidor¹⁴, se radicalizam as teses que negam mesmo a igualdade jurídica e política. Termidorianos como Boiysy d’Anglas¹⁵ afirmam que o governo sendo matéria séria, os não proprietários irresponsáveis não poderiam aspirar ao comando. No Termidor a Revolução Francesa deixa o campo dos valores igualitários e passa ao plano do interesse econômico como base política. As filosofias do século XVIII, incluindo as de Rousseau¹⁶, as de Diderot¹⁷ e mesmo as de um aristocrata como Voltaire¹⁸, insistiam

14 Termidor: foi uma revolta na Revolução Francesa contra os excessos do Terror. Ela foi desencadeada por uma votação do Comitê de Salvação Pública para executar Robespierre, Saint-Just e vários outros membros da liderança do Terror. Após esta fase iniciou-se o governo dos girondinos e terminou a fase mais radical da Revolução Francesa. (Nota da IHU On-Line)

15 François-Antoine ou Boiysy d’Anglas (1756-1826): letrado e político francês. Filho de um médico protestante Ardèche, Boiysy d’Anglas estudou Direito e se estabeleceu em Paris, onde era um advogado do Parlamento. Ele se tornou conhecido por sua crítica do absolutismo e sua luta em defesa dos protestantes. (Nota da IHU On-Line)

16 Jean Jacques Rousseau (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. Sobre esse pensador, confira a edição 415 da IHU On-Line, de 22-04-2013, intitulada *Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política*, disponível em <http://bit.ly/ihuon415>. (Nota da IHU On-Line)

17 Denis Diderot (1713-1784): filósofo e escritor francês. A primeira peça importante da sua carreira literária é *Lettres sur les aveugles à l’usage de ceux qui voient*, em que resume a evolução do seu pensamento desde o deísmo até ao ceticismo e o materialismo ateu, o que o leva à prisão. Mas a obra da sua vida é a edição da *Encyclopédie* (1750-1772), que leva a cabo com empenho e entusiasmo apesar de alguma oposição da Igreja Católica e dos poderes estabelecidos. (Nota da IHU On-Line)

18 Voltaire (1694-1778): pseudônimo de François-Marie Arouet, poeta, ensaísta, dramaturgo, filósofo e historiador iluminista francês. Uma de suas obras mais conhecidas é o *Dicionário Filosófico*, escrito em 1764. (Nota da IHU On-Line)

na virtude cidadã como garantia do governo não tirânico, doutrina reforçada no período jacobino, sobretudo sob Robespierre¹⁹. Após o Termidor ela foi afastada na teoria e na prática políticas.

Permitam que eu cite um luminoso estudo de Alain Badiou²⁰: “o ponto central é que ao princípio da Virtude se substituiu o princípio do interesse. O termidoriano exemplar (...) é certamente Boiysy d’Anglas. Seu grande texto canônico é o discurso do 5 Messidor ano 3. Citemos: ‘Devemos ser governados pelos melhores (...) ora, com poucas exceções, só encontraremos semelhantes homens entre os que, tendo uma propriedade, são apegados ao país que a contém, às leis que a protegem, à tranquilidade que a conserva’”. A virtude, comenta Badiou, “é uma prescrição subjetiva incondicionada, que não remete para qualquer determinação objetiva. É por este motivo que Boiysy d’Anglas a recusa. Não se exigirá do dirigente que ele seja um político virtuoso, mas que seja um representante governamental dos ‘melhores’. Estes não constituem uma determinação subjetiva. É uma categoria definível condicionada absolutamente pela propriedade.

As três razões evocadas por Boiysy d’Anglas para entregar o Estado aos ‘melhores’ são essenciais e tiveram grande futuro:

- Para um termidoriano, o país não é, como para o patriota jacobino, o lugar possível das virtudes republicanas. Ele é o que contém uma propriedade. O país é uma objetividade econômica.
- Para um termidoriano, a lei não é como para o jacobino, a máxima derivada do nexa entre princípios e situação. Ela é o que protege, e singularmente o que protege a propriedade. Assim, sua universalidade

19 Maximilien François Marie Isidore de Robespierre (1758-1794): advogado e político francês, foi uma das personalidades mais importantes da Revolução Francesa. (Nota da IHU On-Line)

20 Alain Badiou (1937): filósofo, dramaturgo e romancista, leciona filosofia na Universidade de Paris-VII Vincennes e no Collège International de Philosophie. É autor, entre muitos outros, do livro *Saint Paul. La fondation de l’universalisme* (Paris: PUF, 1997), várias vezes reeditado na França e traduzido em diversas línguas. (Nota da IHU On-Line)

11 Thomas Münzer (1490-1525): um dos primeiros teólogos alemães da era da Reforma, tornou-se um líder rebelde durante a Guerra dos Camponeses. Münzer virou-se contra Lutero com vários escritos contra este, e apoiou os anabatistas. Na Batalha de Frankenhausen, Münzer e seus seguidores foram derrotados. Ele foi capturado, torturado e decapitado. (Nota da IHU On-Line)

12 Diggers ou escavadores: movimento de trabalhadores rurais pobres, liderado por Gerrard Winstanley, entre os anos de 1649 e 1650 na Inglaterra, e que pretendia substituir a ordem feudal, recentemente derrotada na Guerra civil inglesa, por uma sociedade socialista, agrária e cristã anticlerical. Eles também se denominavam os True Levellers, ou Verdadeiros Niveladores, por pretender levar a igualdade política proposta pelos Levellers também à esfera econômica. (Nota da IHU On-Line)

13 Comuna Insurrecional de Paris (1789-1795): o nome dado ao governo revolucionário de Paris, estabelecido em 14 de julho de 1789 após a Tomada da Bastilha, marco inicial da Revolução Francesa. Seu primeiro prefeito foi Jean-Sylvain Bailly e teve suas sessões do Hôtel de Ville (em francês). Transformada em Comuna Revolucionária a partir de 10 de Agosto de 1792, porta-voz dos elementos revolucionários do movimento parisiense, ela será personagem dos movimentos mais dramáticos vividos pela Revolução. (Nota da IHU On-Line)

de é totalmente secundária. Conta a função.

- Para um termidoriano, a insurreição não poderia ser, como o é para o jacobino quando a universalidade dos princípios é pisoteada, o mais sagrado dos deveres. Pois a reivindicação principal e legítima do proprietário é a tranquilidade.

Encontramos, assim, o tripé fundamental de uma concepção objetiva do país, de uma concepção conservadora da lei, e de uma concepção securitária das situações. Uma primeira descrição do conceito de termidoriano nele vê a nuvem do objetivismo, do status quo 'natural' e da segurança". (Alain Badiou, "Qu'est-ce qu'un thermidorien?" in Kintzler, Catherine et Rizk, Hadi: La république et la terre. Paris, Kimé, 1995, pp. 56-57).

No século XIX, as insurreições liberais e socialistas, a partir de 1848, aproximam a igualização política e jurídica e as bases de uma sociedade economicamente igualitária. As propostas de Saint-Simon²¹, por exemplo, seguem rumo à propriedade em parâmetros diferentes dos estabelecidos pela tradição. Com os anarquistas e comunistas, as bases mesmas da propriedade privada, vistas como a origem de todas as desigualdades, serão questionadas. A Comuna de 1870²² radicaliza tais propostas, mas o Estado francês, unido ao exército de Bismarck²³, a esmaga. Ela dura 72 dias. No século XX, experiências políticas como a da União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas – URSS e das soberanias comunistas seguem a via da coletivização da propriedade, sendo não raro obrigadas a recuar em instantes de crise, como acontece com a Nova Política Econômica (NEP) conduzida por Lenin²⁴.

Essa pequena história, resumida com certo arbítrio por mim, mostra a dificuldade de se enunciar um conceito clássico da igualdade: com os tempos, a noção variou muito, de acordo com a hegemonia social, política, econômica, filosófica e mesmo teológica que balizaram a formulação do problema. Dar uma definição com base na experiência democrática grega, por exemplo, com o termo "isonomia", é esquecer que o regime democrático de Atenas, o mais liberal se comparado ao de Esparta, tem como base a desigualdade na ordem econômica e política. Só eram iguais os homens, os de nascimento grego comprovado pela genealogia, os proprietários e os ainda não desonrados pela lei da "atimia", uma das piores práticas jurídicas e políticas definidoras da humanidade. Falar da igualdade a partir de Platão e Aristóteles, então, é mais do que problemático. Basta recordar o etnocentrismo que norteia suas concepções do ser humano.

IHU On-Line – Quais são os filósofos centrais e suas ideias para esse debate na filosofia?

Roberto Romano – Eu diria que o movimento filosófico que mais contribuiu para a noção moderna de igualdade encontra-se nas Luzes do século XVIII. A corrente de pensamento que mais obstáculos apresentou às teses igualitária é o romantismo, sobretudo na sua vertente conservadora liderada por Edmund Burke²⁵,

Novalis²⁶, os irmãos Schlegel²⁷ e outros. Os autores das Luzes, com suas diversas leituras da igualdade, tendem à abstração geométrica quando determinam o conceito. Os românticos acentuam o aspecto orgânico do cosmos e da sociedade, reinstaurando um ideário mais próximo de Dionísio Pseudo-Areopagita. O aristocratismo romântico nega a igualização em todos os sentidos, sobretudo na política. Como ressaltai em meu livro *Conservadorismo romântico* (São Paulo: Ed. UNESP, 1997), pensadores como Novalis tendem a apresentar um poder paternal do monarca, acima de todos os homens. No mesmo passo, ele apresenta o povo como simples problema pedagógico: o povo seria eterna criança que não terá jamais maturidade para assumir a igualdade face aos dominantes. Não por acaso Novalis apresenta as Reflexões sobre a Revolução Francesa de Edmund Burke, um dos mais virulentos panfletos opostos à ideia e à prática de igualdade, como "um livro revolucionário contra a Revolução".

IHU On-Line – Como podemos compreender o princípio da igualdade e quais são os principais limites

sófica sobre a origem de nossas ideias do Sublime e do Belo), publicado em 1757. O livro atraiu a atenção de autores como Denis Diderot e Immanuel Kant. Iniciou a carreira política em 1761, como primeiro-secretário particular do governador da Irlanda. Em 1765, foi nomeado secretário do primeiro-ministro britânico. Seria depois eleito para a Câmara dos Comuns, onde tornou-se conhecido por suas posições economicamente liberais e politicamente libertárias. Mostrava-se favorável ao atendimento das reivindicações das colônias americanas e à liberdade de comércio, era contra a perseguição aos católicos no Reino Unido e denunciou as injustiças praticadas pelos ingleses na Índia. Criticou os excessos cometidos pela Revolução Francesa na obra *Reflexões sobre a revolução na França*, de 1790 - Burke considerava a revolução um marco da ignorância e da brutalidade, tendo em vista o terror colocado em marcha pelos revolucionários. (Nota da IHU On-Line)

26 Novalis (1772-1801): pseudônimo de Georg Friedrich Philipp Freiherr von Hardenberg, poeta e filósofo alemão. Foi um dos mais importantes representantes do romantismo alemão de finais do século XVIII. (Nota da IHU On-Line)

27 August Wilhelm von Schlegel (1767-1845): crítico, tradutor, filólogo e professor universitário alemão, irmão do também filólogo Friedrich von Schlegel. (Nota da IHU On-Line)

21 **Claude Henri de Rouvroy (Conde de Saint-Simon, 1760-1825)**: filósofo e economista francês, teórico do socialismo utópico. (Nota da IHU On-Line)

22 **Comuna de Paris**: é um período insurrecional na história de Paris, que durou pouco mais de dois meses, de 18 de março de 1871 até a "Semana Sangrenta" de 21 a 28 maio de 1871. Esta insurreição contra o governo foi uma reação à derrota francesa na guerra franco-prussiana de 1870. (Nota da IHU On-Line)

23 **Otto von Bismarck (Otto Leopold Eduard von Bismarck-Schönhausen, 1815-1898)**: quando primeiro-ministro do reino da Prússia (1862-1890), unificou a Alemanha, depois de uma série de guerras, tornando-se o primeiro chanceler (1871-1890) do Império Alemão. Tornou-se conhecido como o "Chanceler de Ferro". A política de Bismarck pautou-se pelo nacionalismo e pelo militarismo. As guerras com a Dinamarca e depois com a França asseguraram a unificação da Alemanha em torno de um regime militarista. (Nota da IHU On-Line)

24 **Lênin (Vladimir Ilyitch Lenin, 1870-1924)**: originariamente chamado de Vladimir Ilyitch Uliánov. Revolucionário russo, responsável em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do Partido Comunista e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Influenciou teoricamente os partidos comunistas de todo o mundo. Suas contribuições resultaram na criação de uma corrente teórica denominada leninismo. (Nota da IHU On-Line)

25 **Edmund Burke (1729-1797)**: filósofo, político e advogado irlandês. Escreveu o tratado de estética *A Philosophical Inquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful* (Investigação filo-

e desafios em praticá-lo em nosso tempo?

Roberto Romano – Para o caso, cito o verbete “igualdade”, da Encyclopédie coordenada por Denis Diderot, escrito por Jaucourt²⁸, mas revisado por Diderot. O verbete define a noção mesma de igualdade abstrata: “uma semelhança de quantidade descoberta pela operação do intelecto. Assim, quando o entendimento mede o mais e o menos de dois objetos, acha que a mesma ideia que lhe fornece o mais ou o menos de um, ou seja, os graus de sua quantidade, lhe manifesta também o mais e o menos, ou seja, a quantidade do outro. Tal conformidade de ideias das quais o intelecto se utiliza para medi-las faz conceder a esses dois objetos o nome de iguais. Mas não se deve confundir a relação de igualdade com a semelhança e a proporção”. Note-se que o ponto de partida, aqui, é o mais abstrato possível, o mais geral e indeterminado. A seguir, o verbete anota o conceito de igualdade na astronomia, na geometria, na proporção da igualdade ordenada (ex oequo ordinata), na álgebra, até chegar ao ponto explosivo do tema, a questão da igualdade natural, no Direito. Ou seja, a reflexão vai do mais abstrato (a quantidade) para o concreto humano, a vida social, jurídica, econômica, etc. Note-se que o procedimento é o exato contrário do que denuncia Edmund Burke, que enxerga nas Luzes e na Revolução Francesa o triunfo do puramente quantitativo. A má-fé do conservadorismo burkeano salta à vista. Assim, eu diria que os maiores desafios é bem aplicar a medida, algo prudencial por excelência. Há um estudo muito útil, que aborda os problemas da medida e que pode servir para pensar a questão da igualdade para além do puramente

28 Chevalier Louis de Jaucourt (1704-1779): foi um erudito francês e um dos mais prolíficos contribuidores para a Encyclopédie. Escreveu por volta de 18 mil artigos sobre assuntos envolvendo fisiologia, química, botânica, patologia, e história política, ou cerca de 25% de toda a enciclopédia, tudo feito voluntariamente. Nas gerações após a Encyclopédie's, principalmente por sua ascendência aristocrática, seu legado foi largamente ocultado por filósofos tais como Denis Diderot, Jean-Jacques Rousseau e outros, mas na metade do século XX acadêmicos voltaram a prestar atenção à sua contribuição. (Nota da IHU On-Line)

quantitativo. (Jean Claude Beaune: La Mesure, instruments et Philosophies, Seyssel, Ed. Champ Vallon, 1994).

O pensamento de Hegel²⁹ ajuda muito, sobretudo na Grande Lógica, a pensar os problemas da medida na ordem física e humana. Mas no meu modesto parecer, Karl Marx³⁰ determinou muito bem o problema da medida e da igualdade no modelo de texto analítico que é a Crítica do Programa de Gotha³¹. Perdoem a longa citação, necessária para bem situar o ponto de vista marxista, esquecida pelos defensores do materialismo histórico e dialé-

29 Friedrich Hegel (Georg Wilhelm Friedrich Hegel, 1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sobre Hegel, confira no link <http://bit.ly/ihuon217> a edição 217 da IHU On-Line, de 30-04-2007, intitulada *Fenomenologia do espírito, de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1807-2007)*, em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. Veja ainda a edição 261, de 09-06-2008, *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <http://bit.ly/ihuon261> e *Hegel. A tradução da história pela razão*, edição 430, disponível em <http://bit.ly/ihuon430>. (Nota da IHU On-Line)

30 Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos Cadernos IHU ideias, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. (Nota da IHU On-Line)

31 *Crítica ao Programa de Gotha (em alemão, Kritik des Gothaer Programms)*: é um documento baseado numa carta de Karl Marx, escrita, no início de 1875, para o grupo da social-democracia alemã em Eisenach, com quem Marx e Friedrich Engels eram próximos. Oferecendo talvez um dos pronunciamentos mais detalhados de Marx sobre assuntos revolucionários, em termos de programação e estratégia, o documento discute a revolução socialista, a “ditadura do proletariado” - o período de transição do capitalismo para o comunismo; o internacionalismo proletário e o partido da classe operária. (Nota da IHU On-Line)

tico posterior. Não por acaso, a Crítica do Programa de Gotha foi engavetada por Engels³² e pela social democracia, por bom tempo e por razões óbvias. Atacando a noção de Lassalle³³ sobre o “direito igual”, Marx apresenta as luminosas observações seguintes:

“O direito igual é aqui, portanto, sempre ainda – segundo os princípios – o direito burguês, se bem que princípio e prática já não se andem a puxar os cabelos, enquanto a troca de equivalentes na troca de mercadorias só existe em média e não para o caso individual. Apesar deste progresso, este igual direito está ainda constantemente carregado com uma limitação burguesa. O direito dos produtores é proporcional ao seu fornecimento de trabalho; a igualdade consiste em que ele é medido por uma escala igual: o trabalho. Mas um [indivíduo] é física ou espiritualmente superior a outro; fornece, portanto, mais trabalho no mesmo tempo ou pode trabalhar durante mais tempo; e o trabalho, para servir de medida, tem que ser determinado segundo a extensão ou a intensidade, senão cessaria de ser escala [de medida]. Este igual direito é direito desigual para trabalho desigual. Não reconhece nenhuma diferença de classes, porque cada um é apenas tão trabalhador como o outro; mas reconhece tacitamente o desigual dom individual – e, portanto, [a desigual] capacidade de rendimento dos trabalhadores como privilégios naturais. E, portanto, um direito da desigualdade, pelo seu conteúdo, como todo o direito. O direito, pela sua natureza, só pode consistir na aplicação de uma escala igual; mas os

32 Friedrich Engels (1820-1895): filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Ele foi coautor de diversas obras com Marx, e entre as mais conhecidas destacam-se o *Manifesto Comunista* e *O Capital*. Grande companheiro intelectual de Karl Marx, escreveu livros de profunda análise social. (Nota da IHU On-Line)

33 Ferdinand Lassalle (1825-1864): considerado um precursor da social-democracia alemã. Foi contemporâneo de Karl Marx, com quem esteve junto durante a Revolução Prussiana de 1848. Combativo e ativo propagandista dos ideais democráticos. Proferiu conferência em 1863, que serviu de base para um livro importante para o estudo do direito constitucional (editado e traduzido para o português com nome “A Essência da Constituição”). (Nota da IHU On-Line)

indivíduos desiguais (e não seriam indivíduos diversos se não fossem desiguais) só são medíveis por uma escala igual, desde que sejam colocados sob um ponto de vista igual, desde que sejam apreendidos apenas por um lado determinado, por exemplo, no caso presente, desde que sejam considerados como trabalhadores apenas e que se não veja neles nada mais, desde que se abstraia de tudo o resto. Além disso: um trabalhador é casado, o outro não; um tem mais filhos do que o outro, etc. Com um rendimento de trabalho igual – e, portanto, com uma participação igual no fundo social de consumo – um recebe, pois, de fato, mais do que o outro, um é mais rico do que o outro, etc. Para evitar todos estes inconvenientes, o direito, em vez de igual, teria antes de ser desigual”.

Mente lúcida, digna das maiores genialidades humanas, Marx toma o problema no seu ponto lógico e ontológico mais agudo: definir a igualdade, segundo padrões abstratos (como é o caso do direito burguês) significa cair na armadilha da classe dominante. Assim, exigir “igualdade” sem questionar suas bases é limitar de forma grave o escopo de libertação humana no mundo do mercado, lugar da igualização abstrata de tudo e de todos. Estranho modo de pensar para um pensador dito “coletivista”! Quase sempre se “esquece” que Marx valoriza o indivíduo acima de tudo e que, justamente, o pior aspecto da sociedade mercadológica que reduz os corpos humanos à força igual de trabalho é o fato de que nela somem as individualidades. João não é mais João, mas simples operador mecânico a serviço do capital, integrado à força de trabalho, mercadoria a ser negociada segundo os princípios da igualdade quantitativamente considerada.

Outro elemento estratégico na Crítica do Programa de Gotha é a questão do trabalho, suposta fonte de toda riqueza. Marx evidencia que a fonte de toda riqueza é o mundo natural, apropriado sem cerimônias pelo capitalista. Num instante em que a natureza é esgotada pelo capitalismo sem peias, tanto no plano alimentar (a Monsanto e derivados têm muito a admitir no crime de lesa-natureza) quanto no vestuário (a quantidade de tecidos tóxicos é inacreditável) e em

todos os sentidos (as advertências de Hans Jonas³⁴ apresentam terrível atualidade), a exploração do trabalho humano acrescenta, ao crime dos que buscam lucro, uma crueldade super-humana. Igualdade, portanto, é problema que exige muita cautela. O estudo mais profundo que conheço sobre o tema das individualidades em Marx, sublinho minha fraqueza, a qual pode ser corrigida, é o de Michel Henry³⁵, Marx (Paris, Gallimard, 1976).

IHU On-Line – É possível pensar que dos ideais da Revolução Francesa restou apenas o conceito de liberdade? Por que a igualdade e a fraternidade caíram por terra?

Roberto Romano – Christopher Hill³⁶, em momento lúcido de suas pesquisas, faz a seguinte pergunta: “liberdade para quem e para fazer o quê?”. Ele recorda as alfinetadas de Marx sobre o inglês que defende seu direito de chicotear seu criado, em nome da liberdade. Sendo a flor do sistema democrático, a liberdade exige as duas outras palavras da Revolução, a igualdade e a fraternidade como sua raiz e caule. Mas como ela não está unida imediatamente à posse da natureza e das coisas artificiais, não foi tragada pela voragem conservadora que imperou no mundo após o Termidor. O neoliberalismo julga ser possível a liberdade sem os seus correlatos. E o resultado é a catástrofe vivida pela humanidade em nossos tempos. Acrescento outro elemento, muito defendido pelas Luzes e na Revolução Francesa e também norte-

-americana: o direito à felicidade. Num mundo desgraçado onde reina o frio lucro e onde o genocídio é constante, parece tolice defender o direito à felicidade. Se escutarmos Spinoza³⁷, o mundo político onde reina a infelicidade, longe de ser uma Civitas, é um hospício de loucos.

IHU On-Line – A que constatações chegamos ao analisar a liberdade hoje convertida em sinônimo de liberdade econômica?

Roberto Romano – Prejudicada, visto as respostas anteriores. Em que medida é possível conciliar a igualdade com a diversidade que caracteriza a pós-modernidade? Será mesmo que a pós-modernidade se caracteriza pela diversidade? Que outra coisa seria, senão igualdade ensandecida, a violência testemunhada nas redes da internet como o Facebook? Tenho muitas dúvidas acerca de algumas ideias sobre a pós-modernidade.

IHU On-Line – Nietzsche criticava a democracia liberal do século XIX porque, em seu ponto de vista, esta promovia um nivelamento por baixo e uma mediocrização da política. Para ele, tal concepção igualitária provinha da “sistematização” do cristianismo por Paulo de Tarso. Qual é a pertinência dessa análise para examinarmos a democracia em nosso tempo?

Roberto Romano – Tentei encaminhar o ponto na primeira resposta. Creio que uma questão assim seria mais adequadamente respondida pelo meu colega e amigo, Oswaldo Giacoia³⁸. Quanto a mim, desconfio

34 Hans Jonas (1902-1993): filósofo alemão, naturalizado norte-americano, um dos primeiros pensadores a refletir sobre as novas abordagens éticas do progresso tecnológico. A sua obra principal intitulada *O princípio de responsabilidade* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2006). Confirma a edição 371 da revista IHU On-Line, de 29-08-2011, intitulada *Tudo é possível? Uma ética para a civilização tecnológica*, disponível em <http://bit.ly/ihuon371>. (Nota da IHU On-Line)

35 Michel Henry (1922-2002): filósofo e escritor francês. (Nota da IHU On-Line)

36 John Edward Christopher Hill (1912-2003): foi um historiador marxista britânico. Sua produção está ligada a um grupo de historiadores marxistas ingleses dos quais se destacam Eric Hobsbawm e Edward Palmer Thompson. A maior parte de sua pesquisa concentra-se na compreensão da Revolução Inglesa, ocorrida no século XVII. (Nota da IHU On-Line)

37 Baruch Spinoza (ou Espinosa, 1632-1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século XVII dentro da Filosofia Moderna e o fundador do criticismo bíblico moderno. Confirma a edição 397 da IHU On-Line, de 06-08-2012, intitulada *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <http://bit.ly/RPZqOi>. (Nota da IHU On-Line)

38 Oswaldo Giacoia Junior: filósofo brasileiro, professor na Unicamp. Confirma algumas entrevistas concedidas ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU: *Sobre técnica e humanismo*. Edição nº 20, Cadernos IHU ideias, de 21-07-2004, disponível em <http://migre.me/65uYP>; *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência*. Edição nº 330, revista IHU On-Line, de 24-05-2010, dispo-

que tanto Marx quanto Freud³⁹ e Nietzsche⁴⁰ não aceitavam o princípio da

nível em <http://bit.ly/a20L4m>; *Superar a condição humana, uma fantasia antiga*. Edição nº 344, revista IHU On-Line, de 21-09-2010, disponível em <http://migre.me/62jRT>; *Perfil*. Edição nº 345, revista IHU On-Line, de 27-09-2010, disponível em <http://migre.me/62jTC>; *Independência do pensamento: prerrogativa máxima da filosofia*. Edição nº 379, revista IHU On-Line, de 07-11-2011, disponível em <http://bit.ly/vv9gH4>. (Nota da IHU On-Line)

39 **Sigmund Freud (1856-1939)**: neurologista e fundador da Psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudava pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da Psicanálise. Freud, além de ter sido um grande cientista e escritor, realizou, assim como Darwin e Copérnico, uma revolução no âmbito humano: a ideia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam muito debatidos hoje. A edição 179 da IHU On-Line, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível para consulta no link <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 04-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível em <http://bit.ly/ihuon207>. A edição 16 dos Cadernos IHU em formação tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível em <http://bit.ly/ihuem16>. (Nota da IHU On-Line)

40 **Friedrich Nietzsche (1844-1900)**: filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da IHU On-Line, de 13-12-2004, intitulada *Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo*, disponível para download em <http://bit.ly/HU7xwP>. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela IHU On-Line edição 175, de 10-04-2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na *Université Catholique de Louvain*, intitulada "Nietzsche e Paulo", disponível para download em <http://bit.ly/dyA7sR>. A edição 15 dos Cadernos IHU em formação é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche* e pode ser acessada em <http://bit.ly/HdcqQB>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://bit.ly/162F4rH>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode*

igualização quantitativa, que reduz o mundo humano ao seu aspecto abstrato. Quando Nietzsche diz que as palavras, no mundo moderno, se reduziram a moedas gastas, sem valor, imagino que ele alertava tanto para o desgaste semântico quanto para o fato de que o dinheiro vira o padrão básico de uma sociedade vulgar. Lembremos a invectiva, em *Assim Falava Zaratustra*, contra o Estado e seus operadores:

"Cada povo tem seu idioma do bem e do mal e o povo vizinho não o entende. Mas o Estado sabe mentir em todas as línguas do bem e do mal e, em tudo o que ele diz, mente e tudo o que possui, roubou. Tudo nele é falso; ele morde com dentes falsos, até suas entranhas são falsas. (...) O Estado é o lugar onde todos estão intoxicados, bons e maus, onde todos se dissolvem (...) onde o lento suicídio de todos é chamado 'vida'. (...) Vede estes supérfluos: eles adquirem riquezas e apenas se tornam mais pobres. Eles querem o poder (Macht) e, antes, a alavanca do poder, muito dinheiro – esses impotentes! Vede como eles sobem, estes macacos ágeis. Eles sobem uns sobre os outros e se fazem mutuamente cair na lama e no abismo. Todos querem ganhar o trono. Com frequência é a lama que está sobre o trono, e não raro o trono está plantado na lama. Todos loucos... seu ídolo fede, este monstro frio; eles também fedem, os idólatras..."

IHU On-Line – Por que a obra de Thomas Piketty está provocando tanto alvoroço?

Roberto Romano – Ela vem após o vagalhão neoliberal que varreu o mundo depois da Segunda Guerra e, sobretudo, após o predomínio imperial dos Estados Unidos. Aquela po-

ser minimizado, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosóficos da diferença - **Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana**. Na edição 330 da revista IHU On-Line, de 24-05-2010, leia a entrevista *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência*, concedida pelo Prof. Dr. Oswaldo Giacoia e disponível para download em <http://bit.ly/nqUxGO>. Na edição 388, de 09-04-2012, leia a entrevista *O amor fati como resposta à tirania do sentido*, com Danilo Bilate, disponível em <http://bit.ly/HzaJpJ>. (Nota da IHU On-Line)

tência enviou aos países dominados, para golpear a democracia, dois exércitos: o dos truculentos armados e o dos truculentos armados de planilhas, os economistas deformados na escola de Chicago. O autor leva a uma visão nova do mundo capitalista, sem a voracidade dos que defendem apenas e tão somente interesses privados. Ele não é contra o capitalismo, mas apresenta defeitos gravíssimos do sistema. Vale por tal motivo.

Leia mais...

- *Roberto Romano, uma vida atravessada pela história*. Perfil de Roberto Romano publicado na **IHU On-Line**, edição 435, de 16-12-2013, disponível em <http://bit.ly/1jie8fo>;
- *A gênese golpista da Constituição*. Entrevista com o professor Roberto Romano à **IHU On-Line**, edição 428, de 30-09-2013, disponível em <http://bit.ly/1qw6LpZ>;
- *"Somos absolutistas anacrônicos. Vivemos sempre sob o regime do favor, dos privilégios, da não república"*. Entrevista com o professor Roberto Romano à **IHU On-Line**, edição 398, de 13-08-2012, disponível em <http://bit.ly/1dDYNEv>;
- *Filosofia não é, necessariamente, sistema*. Entrevista com o professor Roberto Romano à IHU On-Line, edição 379, de 07-11-2011, disponível em <http://bit.ly/v0Ujxe>;
- *Niilismo e mercadejo ético brasileiro*. Entrevista com o professor Roberto Romano à **IHU On-Line**, edição 354, de 20-12-2010, disponível em <http://bit.ly/e6WHhp>;
- *De ditadores a imperadores com pés de barro*. Entrevista com o professor Roberto Romano à **IHU On-Line**, edição 269, de 18-08-2008, disponível em <http://bit.ly/19tKNtU>;
- *O governo do Brasil retoma a ética conservadora e contrária à democracia, o que exige da Igreja o papel vicário*. Entrevista com o professor Roberto Romano publicada nas **Notícias do Dia**, de 14-01-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1furl4Y>.

Igualdade e justiça, uma construção constante

Professor André Luiz Olivier da Silva debate a temática da desigualdade desde a perspectiva jurídico-filosófica, estabelecendo atravessamentos com o conceito de justiça

POR RICARDO MACHADO

“**A**s formulações do imperativo categórico (de Kant) apontam para prescrições universais e absolutas, que alcançam a todos os seres humanos (que são iguais em dignidade) ao considerá-los como fins em si mesmos, e nunca como meio para qualquer outro objetivo ulterior. Tais formulações se resumem à regra “faça aos outros o que queres que façam a ti mesmo”, uma regra de reciprocidade, mutualidade, isto é, uma regra que, se cumprida, traz igualdade para os indivíduos que se encontram em uma determinada comunidade moral”, aponta o professor doutor André Luiz Olivier da Silva, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Na opinião do entrevistado, o mundo contemporâneo é repleto de exemplos de grupos que exigem maior igualdade e justiça, ao suscitarem uma postura crítica de seus concidadãos. “Por incrível que pareça, até os animais tendem a rosnar quando outros animais da mesma espécie ganham mais comida do que ele próprio – o que contraria a tese de que a justiça seria um artifício em oposição ao natural. As crianças também costumam olhar o prato de comida das outras crianças e, mesmo quando não estão com fome, costumam querer a mesma quantidade de alimento que foi servida ao prato das outras crianças de mesma idade. Portanto, a justiça parece estar presente desde sempre nas relações humanas e

independe de instituições estatais”, descreve. O professor argumenta que em um Estado Democrático de Direito não há direito absoluto. “Por mais fundamental que seja um direito, ele sempre poderá ser flexibilizado ao se relacionar com outros direitos. Isso significa dizer que todos os seres humanos são iguais para usarem as suas liberdades do modo como bem entenderem, desde que não interfiram na igual liberdade dos outros”, explica.

“No caso concreto, a ‘justiça’ está em permanente construção, sendo manipulada e produzida não só pelas mãos de instituições burocráticas do Estado, mas, principalmente, por meio de sua inserção nas relações sociais, morais e políticas dos seres humanos”, sustenta André Olivier. “O mais justo e correto é, então, perceber, no caso concreto, que a igualdade pode ter variações e chegar ao ponto de diferenciar as pessoas, impondo um tratamento diferente para determinados grupos de pessoas, como as crianças”, complementa.

André Luiz Olivier da Silva é graduado em Direito e em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. É mestre e doutor em Filosofia por essa mesma instituição, com a tese Direitos Humanos e Exigências Morais por Direitos. Leciona no curso de Direito e de Relações Internacionais da Unisinos.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como podemos pensar a igualdade e a desigualdade desde a perspectiva do conceito de “justiça”?

André Olivier – A igualdade é um elemento constitutivo da justiça e está vinculada àquelas relações que todo ser humano realiza ao comparar duas coisas, dois objetos, duas pessoas, enfim, ao comparar e relacionar dois polos diferentes entre si. A igualdade é,

pois, uma relação de proporção entre duas partes não idênticas, duas partes que são diferentes, na medida em que se diferenciam no que tange a algum aspecto, como, no mínimo, a sua localização no espaço e no tempo.

A discussão sobre a “igualdade” – ou termos semelhantes, como “iguais” ou “igualmente” – provoca indagações importantes para compreendermos o conceito de justiça.

Nesse diapasão, podemos levantar as seguintes perguntas: igualdade sobre o quê? Igualdade de quem e para quem? No anseio de responder a essas indagações, a tradição filosófica costuma abordar a igualdade a partir de uma perspectiva normativa, no sentido de que as teorias sobre igualdade e justiça estão mais preocupadas em dizer como os homens “devem” agir para a efetivação da igualdade do que

em explicar a maneira como realmente viabilizam a igualdade no seu dia a dia. As teorias normativas sobre a justiça tentam dizer quais coisas ou pessoas “devem” ser tratadas como iguais ou diferentes, por tais e quais razões, mas esquecem que, na prática, a pressão por igualdade nem sempre funciona do mesmo modo que os argumentos elencados por uma teoria da justiça.

IHU On-Line – Aliás, baseado em que autores o senhor fundamenta tais conceitos?

André Olivier – Penso que a tradição filosófica pode nos ajudar a refletir sobre a relação entre igualdade e justiça, embora não ache que essa tradição, ou melhor, essas tradições filosóficas consigam colocar um ponto final na discussão da justiça. As tradições filosóficas que se vinculam ao Direito Natural e ao Contrato, por exemplo, apontam alguns caminhos para pensarmos como legitimar uma noção de justiça condizente a uma igualdade racional entre coisas e pessoas que são tomadas como objetos de uma relação. Se, na Antiguidade, Aristóteles¹ relaciona a justiça à desigualdade natural entre os homens, na Modernidade, com Hobbes²,

1 **Aristóteles de Estagira (384 a.C.-322 a.C.):** filósofo nascido na Calcídica, Estagira, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas - por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega - acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

2 **Thomas Hobbes (1588-1679):** filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista IHU On-Line, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da IHU On-Line)

Locke³ e Rousseau⁴, a igualdade passa a ser vista como uma propriedade natural dos seres humanos. Ao contrário dos Antigos, os Modernos apontaram a hipótese metafísica do estado natural de igualdade para justificar a convenção dos valores morais, principalmente, a convenção da justiça. Nesse estado natural, os homens seriam iguais em direitos individuais, como a liberdade e a propriedade privada. Seriam iguais no que tange ao medo e à esperança, de modo que seríamos tentados a inventar toda uma construção burocrática - como o é a construção do Estado - por meio do contrato para garantir justamente a igualdade naturalmente inata aos homens. Como seres livres e iguais, os seres humanos criariam, então, o Estado, na medida em que seriam capazes de fazer acordos e entender o que é justo e razoável para si e também para os outros.

No que tange à igualdade moral, Kant⁵ também é um pensador decisivo.

3 **John Locke (1632-1704):** filósofo inglês, predecessor do Iluminismo, que tinha como noção de governo o consentimento dos governados diante da autoridade constituída e o respeito ao direito natural do homem, de vida, liberdade e propriedade. Com David Hume e George Berkeley era considerado empirista. (Nota da IHU On-Line)

4 **Jean Jacques Rousseau (1712-1778):** filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. Sobre esse pensador, confira a edição 415 da IHU On-Line, de 22-04-2013, intitulada *Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política*, disponível em <http://bit.ly/ihuon415>. (Nota da IHU On-Line)

5 **Immanuel Kant (1724-1804):** filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo. Kant teve um grande impacto no romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, as quais se tornaram um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até en-

vo. Ele arrola o imperativo categórico e, com essa regra prática, intenta enunciar juízos prescritivos para influenciar o comportamento moral dos homens com base na dignidade humana. As formulações do imperativo categórico apontam para prescrições universais e absolutas, que alcançam a todos os seres humanos (que são iguais em dignidade) ao considerá-los como fins em si mesmos, e nunca como meio para qualquer outro objetivo ulterior. Tais formulações se resumem à regra “faça aos outros o que queres que façam a ti mesmo”, uma regra de reciprocidade, mutualidade, isto é, uma regra que, se cumprida, traz igualdade para os indivíduos que se encontram em uma determinada comunidade moral. Rawls⁶ é um desses autores contemporâneos que, ao incorporar essas tradições filosóficas, aborda problemas bem atuais, como a distribuição, com igualdade, de coisas públicas com base em algum critério de diferenciação, como cotas afirmativas para afrodescendentes em bancos escolares.

Nesse ponto, convém destacar, como aponte na resposta anterior, que a tradição filosófica está mais

tão pretendera a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas *a priori* da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A IHU On-Line número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon93>. Também sobre Kant foi publicado o **Cadernos IHU em formação** número 2, intitulado *Emmanuel Kant - Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuon02>. Confira, ainda, a edição 417 da revista IHU On-Line, de 06-05-2013, intitulada *A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios*, disponível em <http://bit.ly/ihuon417>. (Nota da IHU On-Line)

6 **John Rawls (1921-2002):** filósofo, autor de *Uma teoria da justiça* (São Paulo: Martins Fontes, 1997), *Liberalismo Político* (São Paulo: Ática, 2000) e *O Direito dos Povos* (Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001), além de *Lectures on the History of Moral Philosophy* (Cambridge: Harvard University Press, 2000). A IHU On-Line número 45, de 02-12-2002, dedicou seu tema de capa a John Rawls, sob o título *John Rawls: o filósofo da justiça*, disponível em <http://bit.ly/ihuon45>. Confira, ainda, a primeira edição dos **Cadernos IHU ideias**, *A teoria da justiça de John Rawls*, de autoria de José Nedel e disponível em <http://bit.ly/ihuon01>. (Nota da IHU On-Line)

atenta a uma abordagem prescritiva da justiça e intenta dizer como devemos dividir, com racionalidade, as coisas do mundo. Eu não sou muito afeito a essas visões. Não concordo nem com o excesso de racionalidade presente nessas teorias, nem com a abordagem prescritiva do fenômeno da igualdade e da justiça. Deixando de lado a abordagem dogmática e normativa da igualdade e da justiça, penso que ganharíamos muito se simplesmente compreendêssemos como a igualdade se faz presente nas relações humanas. Inclusive, podemos entender muitos fenômenos morais e políticos do mundo contemporâneo por meio de um procedimento descritivo do fenômeno da justiça e da igualdade. As reivindicações por direitos e por tratamento igualitário nos dão subsídios para mostrar que os seres humanos tendem a se indignar com a desigualdade, principalmente quando o desigual lhes afeta consideravelmente. A partir de então, essas pessoas passam a reivindicar os seus direitos e a exigir o mesmo tratamento que aos outros é conferido. O mundo contemporâneo está recheado de exemplos que mostram pequenos grupos de pessoas exigindo mais igualdade ao pressionarem os seus concidadãos a se comportarem de um determinado modo. Por incrível que pareça, até os animais tendem a rosnar quando outros animais da mesma espécie ganham mais comida do que ele próprio – o que contraria a tese de que a justiça seria um artifício em oposição ao natural. As crianças também costumam olhar o prato de comida das outras crianças e, mesmo quando não estão com fome, costumam querer a mesma quantidade de alimento que foi servida ao prato das outras crianças de mesma idade. Portanto, a justiça parece estar presente desde sempre nas relações humanas e independe de instituições estatais. A justiça parece estar presente na vida humana desde quando começamos a reclamar por igualdade diante dos demais, pressionando e exigindo o mesmo tratamento.

IHU On-Line – De que maneira uma espécie de totalitarismo da igualdade pode se transformar em “desigualdade”?

“A justiça parece estar presente desde sempre nas relações humanas e independe de instituições estatais”

André Olivier – A igualdade no sentido absoluto – isto é, a igualdade milimétrica e rigorosamente igual – pode provocar distorções. Aliás, a igualdade absoluta, no sentido de todos os seres humanos serem milimetricamente iguais, é insustentável. Todos os seres humanos são diferentes (não idênticos) entre si e, justamente por isso, nem sempre devem ser tratados a partir de uma igualdade rasa e absoluta. Não enxergar essas diferenças que existem em todos os seres humanos pode, sim, ocasionar graves desigualdades. O que aconteceria, por exemplo, se tratássemos crianças e adultos exatamente do mesmo modo? Não estaríamos, então, a provocar e a estimular desigualdades?

O caso das crianças e dos incapazes para a vida civil é sempre emblemático para mostrar que a igualdade não se concretiza enquanto valor absoluto. Embora os adultos sejam livres para, por exemplo, celebrar negócios jurídicos, não se pode dizer o mesmo das crianças, que dependem da liberdade dos adultos para realizar uma série de atividades, como, por exemplo, figurar como parte em um processo judicial. Se pararmos para refletir com mais vagar, veremos que crianças devem ser tratadas com diferença, com direitos específicos e tratamento diferenciado em relação aos adultos – justamente para manter e proteger a sua igualdade enquanto pessoa humana. Não faz sentido, pois, atribuir direitos na mesma medida seja para crianças, seja para adultos. Ao diferenciar, não se quer trazer desigualdade entre crianças e adultos, mas, pelo contrário, colocar as duas partes em pata-

mar de igualdade, contemplando as suas necessidades mais básicas.

Aliás, não resta dúvida de que não só precisamos estabelecer diferenciações entre as pessoas, como é justamente isso o que fazemos na vida prática. Ninguém ou nenhuma coisa é absolutamente igual a outra pessoa ou a outra coisa. Todas as coisas do mundo – o que inclui os animais humanos – têm alguma diferença entre si. Do contrário, não estaríamos falando de uma relação de igualdade entre duas coisas que são diferentes. A questão é saber se a divisão que fazemos das liberdades individuais, com base nessas diferenças, é a mais justa e equânime possível – o que não deixa de ser uma pergunta em aberto, sem resposta.

IHU On-Line – Por que o conceito de igualdade desde Aristóteles, mais alinhado à meritocracia, é insuficiente para resolver os problemas de equanimidade contemporâneos? Em contrapartida, quais são as potencialidades desta perspectiva?

André Olivier – Aristóteles aborda a justiça a partir de dois sentidos para a noção de igualdade, um sentido proporcional e outro numérico. No primeiro caso, estamos diante daquelas relações pessoais que se tornam desiguais em razão de algum ato ilícito e que, por isso, precisam retomar a igualdade que foi perdida. No segundo, estamos diante da justiça distributiva e da boa divisão dos bens públicos por parte dos governantes da pólis (cidade-estado). Em ambos os casos, a justiça é uma virtude que põe na prática dos homens o equilíbrio e a justa medida das coisas. Isto é, o meio-termo da justiça corresponde a uma proporção de igualdade, seja entre iguais (isto é, entre cidadãos), seja entre o Estado e os cidadãos.

No caso da justiça distributiva, a igualdade que se busca na relação entre o Estado e os seus cidadãos se traduz na igualdade quanto à distribuição de bens, riquezas, honrarias e cargos entre os seus cidadãos. Como melhor distribuir esses bens? Como distribuí-los com igualdade? – deve perguntar-se não só todo governante, mas também o cidadão, que tem o seu interesse vinculado à justa divisão e distribuição da coisa pública. Para

responder a esses questionamentos, Aristóteles aponta o mérito como um critério para se definir a boa divisão das coisas e justifica esse ponto de vista da igualdade a partir de uma proporção geométrica e descontínua, como a sequência numérica entre 2, 4, 8, 16, 32, 64, etc., quando se pula de um número para o outro de modo descontínuo. Quando se pula do 2 para o 4, o intervalo entre esses números soma 2; quando se pula do 4 ao 8, o intervalo amplia para 4; de 8 para 16, o intervalo é maior ainda e soma 8, e assim por diante. Reparem que os intervalos não possuem o mesmo tamanho, e um intervalo acaba sendo maior do que o outro, em uma sequência lógica e progressiva. A igualdade na justiça distributiva está atrelada à natureza dos homens, de modo que alguns merecem mais do que outros, alguns valem, inclusive, mais do que outros e, em razão disso, merecem ganhar mais na distribuição dos bens, cargos e honrarias do Estado.

Nesse ponto, cabe lembrar que na época de Aristóteles nem todos eram considerados cidadãos. Crianças, mulheres, escravos, estrangeiros e idosos não participavam do processo de deliberação da coisa pública, quando se discutia a partir de assembleias como dividir as coisas da pólis. Essa divisão se dava apenas entre aqueles que eram considerados cidadãos, de modo que a distribuição das coisas exteriores deve se dar com vistas àqueles que merecem mais, como o cidadão que nasceu em Atenas e fala o idioma grego. Deixando de lado o contexto da época, Aristóteles menciona que, em alguns casos, é mais justo distribuir as coisas com base em diferenças que, no fundo, são naturais, como a diferença que há entre uma criança e um adulto. Não se trata de ser desigual, mas, sim, de agir equanimemente ao reconhecer diferenças.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao mérito de cada cidadão da pólis, visto que, dentre aqueles que são considerados cidadãos, aquele que se tornar mais merecedor do que os outros é quem deve se beneficiar das vantagens e das benesses da coisa pública, visto que, com ela, fará melhor uso. Pensemos, por exemplo, nos concursos públicos para a Magis-

“Por mais fundamental que seja um direito, ele sempre poderá ser flexibilizado ao se relacionar com outros direitos”

trutura ou para o Ministério Público. Quem gostaríamos de ver ocupando esses cargos? Para desconstruir, pensemos na Seleção Brasileira de futebol. Quem o seu técnico deve escalar? Os melhores jogadores do país, dirão muitos de nós, pois queremos ver na seleção os jogadores do país que melhor desempenham a sua função na tática do time. Vamos a outro exemplo e vamos supor que o Estado tivesse que distribuir flautas entre os seus cidadãos. Quem deveria receber as flautas? Quem mereceria recebê-las? Diríamos que os melhores flautistas deveriam receber a flauta, até porque não faria sentido distribuir flautas para quem não irá tocá-las. Mas, estamos certos disso? Não seria o caso de distribuímos flautas àqueles que estão começando a tocar instrumentos musicais, no sentido de incentivá-los a tocar música? Não seria o caso de se convocar, na seleção de futebol, o dedicado jogador da várzea, que doa todo o seu tempo, sem a remuneração devida, aos treinamentos do pequeno time de futebol da sua cidade de interior? Por que dar a coisa sem pre e apenas para o melhor?

IHU On-Line – Como a teoria da justiça de Rawls pode garantir a igualdade nas sociedades e qual é a proposta dele acerca da sociedade capitalista?

André Olivier – A pretensão da teoria da justiça de John Rawls (1921–2002) é legitimar a adoção de um contrato social a partir de dois

princípios fundamentais: a igualdade e a diferença. Para tanto, Rawls pressupõe, como todo contratualista, uma posição original, isto é, uma situação hipotética de liberdade equitativa; uma situação onde todos os homens são iguais e livres; uma posição ideal segundo a qual os seres humanos pactuam as cláusulas do contrato que desejam para regular a sua própria vida em sociedade. Trata-se, pois, do véu de ignorância, uma situação na qual as partes contratantes escolhem, sob o véu de ignorância, os princípios de justiça que devem governar a estrutura básica da sociedade. Nesse momento inicial de igualdade, ninguém conhece o seu lugar na sociedade e, por isso, os seus pactuantes podem deliberar e escolher, em patamar de igualdade, as premissas iniciais que sustentarão as instituições sociais.

Ao pressupor essa situação ideal e hipotética, Rawls quer demonstrar que, quando as pessoas desconhecem os seus lugares e posições sociais na sociedade, elas tendem a adotar dois princípios da justiça: a igualdade e a diferença. A partir dessa pressuposição, Rawls intenta mostrar que não podemos tomar como ponto de partida sobre os princípios da justiça outra coisa que não um consenso original, e, sem saber a sua posição no mundo, os seres humanos tendem a ajustar de modo equitativo os princípios da justiça não com base em uma igualdade rasa, mas, sim, por meio da diferença.

O equilíbrio entre igualdade e diferença produz justiça entre as pessoas e sua relação com as instituições sociais, conclui Rawls. Por um lado, o princípio da igualdade provoca a atribuição das mesmas liberdades individuais aos seres humanos, outorgando direitos e respeitando as liberdades políticas, como liberdade de expressão, de imprensa, de crença, etc. Por outro, o princípio da diferença corrige as desigualdades provocadas pelo primeiro princípio. Com isso, a diferença promove “desigualdades” econômicas e sociais que, no fundo, são justas porque provocam benefícios compensatórios e garantem, de fato, a igualdade pretendida pelo primeiro princípio. A aplicação desses dois princípios promove justiça social e fomenta a distribuição igualitária da coisa pública, a atribuição igualitária

de direitos e liberdades individuais, como também a distribuição da coisa pública por meio de políticas públicas de inclusão de pessoas que não conseguem exercer, sem o auxílio de terceiros, os seus direitos.

IHU On-Line – Garantir maior igualdade pode significar certas restrições à liberdade? Por exemplo, os casos de incitação à intolerância religiosa ou de racismo cultural?

André Olivier – Para responder a essa pergunta, é preciso observar que, em um Estado Democrático de Direito, não há direito – como as liberdades públicas – que possa ser considerado absoluto. Por mais fundamental que seja um direito, ele sempre poderá ser flexibilizado ao se relacionar com outros direitos. Isso significa dizer que todos os seres humanos são iguais para usarem as suas liberdades do modo como bem entenderem, desde que não interfiram na igual liberdade dos outros.

Todos nós somos iguais no que tange às liberdades individuais. No entanto, o exercício dessas liberdades não pode servir como obstáculo para o exercício da liberdade do outro. Por isso, as liberdades precisam ser calibradas por instituições estatais, para que o seu excesso não transborde a ponto de o exercício da liberdade se transformar em abuso. Peguemos a liberdade de expressão e pensemos na regra de que todos os seres humanos são iguais na medida em que são livres para dizer tudo aquilo que pensam; são livres para se posicionar publicamente sobre ideologias políticas e práticas religiosas. Mas será que podemos levar a sério a ideia de que realmente somos ou devemos ser livres para dizer o que pensamos? Grupos neonazistas ou defensores de posturas machistas e homofóbicas estão realmente livres para propagandear a discriminação e o preconceito? Aqueles que propagam o ódio e a intolerância entre as pessoas devem ter a sua liberdade de expressão garantida pelo Estado?

IHU On-Line – Quais são os desafios postos à busca da “justiça”? Trata-se de um conceito em permanente construção? Por quê?

“O grande desafio da justiça sempre foi trazê-la à realidade das pessoas. Tirá-la do campo das ideias e trazê-la ao mundo cotidiano dos homens”

André Olivier – O grande desafio da justiça sempre foi trazê-la à realidade das pessoas, tirá-la do campo das ideias e trazê-la ao mundo cotidiano dos homens, ao caso concreto. No caso concreto, a “justiça” está em permanente construção, sendo manipulada e produzida não só pelas mãos de instituições burocráticas do Estado, mas, principalmente, por meio de sua inserção nas relações sociais, morais e políticas dos seres humanos. Embora a justiça venha a ser pensada a partir de idealizações, como uma abstração, não podemos perder de vista o fato de que a justiça está presente na vida dos homens e ocorra sempre vinculada ao caso concreto. As pessoas exigem e pressionam umas às outras; elas querem liberdade e essa liberdade acaba sendo oposta aos outros, no anseio, inclusive, de dizer que é igual aos outros, que é tão livre quanto eles.

Trazer a justiça ao caso concreto não é uma tarefa fácil. O mais comum é pensarmos a justiça como um ideal. Isso ocorre sempre com a igualdade, quando raciocinamos e pensamos que o mais correto é sempre tratar a todos como milimetricamente iguais, sem distinções. Quando nos aproximamos da realidade, a visão que tínhamos da justiça parece mudar de coloração, pois começamos a perceber que

aquele ideal de igualdade absoluto é não mais do que uma miragem inalcançável. O mais justo e correto é, então, perceber, no caso concreto, que a igualdade pode ter variações e chegar ao ponto de diferenciar as pessoas, impondo um tratamento diferente para determinados grupos de pessoas, como as crianças. No caso concreto das crianças, não serve a lógica de que a igualdade é aquilo que é igual para todos, sem exceções. O caso das políticas públicas de redução de danos mostra que fazer justiça é, às vezes, apenas diminuir determinados danos que são provocados aos seres humanos. Pensemos novamente nas crianças e na liberdade de opção sexual. No que tange a falar de sexo com crianças, muitas vezes, é melhor incentivar uma política de redução de danos do que partir para uma política proibitista. Hoje em dia, não faz mais nenhum sentido deixar de falar e conversar sobre sexo com jovens e adolescentes, inclusive com crianças, pois não podemos fechar os olhos para o fato de que crianças e adolescentes tomam contato com o sexo cada vez mais cedo; mas o que é melhor: proibirmos o sexo em todos os sentidos ou falarmos abertamente sobre ele?

Leia mais...

- *A igualdade emergente da Constituição de 1988*. Entrevista com professor André Luiz Olivier da Silva para a Revista **IHU On-Line**, edição 428, disponível em <http://bit.ly/1lvXI8F>;
- *“O poder Judiciário é exemplar quando o criminoso é pobre”*. Entrevista com professor André Luiz Olivier da Silva para a Revista **IHU On-Line**, edição 383, disponível em <http://bit.ly/vsQbH0>;
- *Os limites da razão e um ceticismo mitigado*. Entrevista com professor André Luiz Olivier da Silva para a Revista **IHU On-Line**, edição 369, disponível em <http://bit.ly/omMPLa>.

A “redescoberta” da desigualdade diante do mito neoliberal da liberdade

Joseph McCartin, pesquisador da Universidade de Georgetown, traça um panorama sobre trabalho, desigualdade e educação nos Estados Unidos

POR MÁRCIA JUNGES E RICARDO MACHADO | TRADUÇÃO: CLAUDIA SBARDELOTTO

Ao analisar a conjuntura atual dos Estados Unidos, o professor doutor e pesquisador Joseph McCartin considera que o livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI – Le capital au XXIe Siècle* (Paris: Seuil, 2013) ajudou a desfazer mitos com relação ao capitalismo estadunidense. “Piketty mostra que os padrões que ele descreve são uma realidade nos Estados Unidos, bem como em outras nações avançadas onde existem dados que provam isso. Além disso, ele mostra que as próprias políticas defendidas pelos neoliberais, incluindo a redução da regulação, apoio à previdência social e a tributação da riqueza exacerbam a tendência inata do capitalismo de produzir desigualdade”, considera Joseph McCartin, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “O livro de Piketty fornece evidências convincentes que suportam as doutrinas sociais da Igreja que apelam para uma economia a serviço das pessoas, em vez dos lucros. O Papa Francisco condena a crescente desigualdade, o que ele chama de “economia de exclusão”, e defende a função que o Estado deve desempenhar na regulação da economia de forma a ajudar os pobres”, complementa.

Ao analisar a problemática a partir do ponto de vista dos trabalhadores, McCartin recorda que a partir dos anos 1980 “os trabalhadores continuam a ser mais produtivos ao longo do tempo, mas os seus rendimentos já não sobem em proporção à sua produtividade. A riqueza criada por esse aumento da produtividade tem ido cada vez mais para as mãos de acionistas. O equilíbrio entre o crescimento da produtividade e o crescimento da renda deve ser restaurado, ou então os EUA se tornarão uma sociedade cada vez mais exploradora”, avalia. Com relação à desigualdade desde a perspectiva educacional, o pes-

quisador alerta que os custos das faculdades subiram, o que dificulta ainda mais o acesso igualitário à educação nos EUA. “Aqueles que pedem dinheiro emprestado para financiar a sua educação universitária percebem que não podem renegociar as taxas de juros de seus empréstimos da mesma forma que um proprietário de uma casa pode fazer para refinarçar sua hipoteca. As leis servem para proteger os credores e criar uma maior carga sobre os mutuários. A menos que possamos corrigir essa disparidade educacional, a desigualdade só vai crescer”, pondera. “Parte do problema é que as sociedades ocidentais têm definido a liberdade de uma forma tão estreita que se tornou antagônica à igualdade. Enquanto os países avançados são rápidos em reconhecer os direitos de propriedade, livre comércio e livre circulação de capitais, eles não têm protegido a liberdade dos trabalhadores de se organizarem e negociarem coletivamente na economia mundial, nem têm garantido o livre acesso a uma educação de qualidade até o nível universitário”, diagnostica o pesquisador.

Joseph A. McCartin é especialista em trabalho nos EUA e diretor da Kalmanovitz Initiative for Labor and the Working Poor na Universidade de Georgetown. É autor dos livros *Collision Course: Ronald Reagan, the Air Traffic Controllers, and the Strike that Changed America* (New York: Oxford University Press, 2011), *American Labor: A Documentary Collection* (New York: Palgrave-Macmillan, 2004) e *Labor’s Great War: The Struggle for Industrial Democracy and the Origins of Modern American Labor Relations, 1912-21* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são as reflexões cruciais que a obra de Piketty lança sobre a economia norte-americana no que se refere ao aprofundamento da desigualdade?

Joseph McCartin – Ao analisar os dados de uma série de países durante um longo período de tempo, Piketty demonstra de forma convincente que, sem a intervenção do governo, o capitalismo tende a produzir um aumento nos níveis de desigualdade, já que a taxa de retorno sobre o capital tende a exceder a taxa de crescimento da economia como um todo. Essa descoberta ajuda a desfazer os mitos que encobrem o capitalismo estadunidense, que seus defensores gostam de descrever como “excepcional”. Ao invés de ser excepcional, Piketty mostra que os padrões que ele descreve são uma realidade nos Estados Unidos, bem como em outras nações avançadas onde existem dados que provam isso. Além disso, ele mostra que as próprias políticas defendidas pelos neoliberais, incluindo a redução da regulação, apoio à previdência social e a tributação da riqueza exacerbam a tendência inata do capitalismo de produzir desigualdade.

IHU On-Line – Em que sentido a obra de Piketty demonstra que o neoliberalismo enquanto concepção economicista do homem e a financeirização da economia é o sistema que está em voga nos EUA e na maioria dos países?

Joseph McCartin – Piketty demonstra que os freios sobre a acumulação de riqueza no topo [da sociedade] que foram erguidos nas nações industriais avançadas em meados do século XX – como reduções acentuadas na tributação de ganhos de capital e nos rendimentos dos mais ricos – foram sendo desmontados de forma abrangente na década de 1980. A ideologia do neoliberalismo, que veio a dominar a economia mundial e as políticas econômicas da maioria dos países avançados no fim do século XX, lançou assim a base para o aumento da desigualdade documentada por Piketty.

IHU On-Line – Tomando em consideração a leitura de “O capital no século XXI” e também a Doutrina Social da Igreja, qual é o nexos entre a forma como os mercados e os sistemas financeiros são capazes de perpetuar a injustiça estrutural e o pecado social?

Joseph McCartin – O livro de Piketty fornece evidências convincentes que suportam as doutrinas sociais da Igreja que apelam para uma economia a serviço das pessoas, em vez dos lucros. Pode-se verificar uma grande ressonância entre as conclusões de Piketty, digamos, e a recente exortação do Papa Francisco¹, *Evangelii gaudium*². Piketty argumenta que, sem intervenções políticas, o capitalismo tende a produzir um aumento da desigualdade. O Papa Francisco condena a crescente desigualdade, o que ele chama de “economia de exclusão”, e defende a função que o Estado deve desempenhar na regulação da economia de forma a ajudar os pobres. O documento de Francisco é uma poderosa declaração pelo fato de apelar ao Estado que redescubra responsabilidades que começaram a encolher na era do neoliberalismo. A “responsabilidade” do Estado para promover o bem comum, diz ele, é “fundamental” e “não pode ser delegada”.

IHU On-Line – A partir da perspectiva da Doutrina Social da Igreja, como percebe a afirmação do cardeal Dolan³ de que o sistema econômico

norte-americano é um “capitalismo virtuoso”⁴?

Joseph McCartin – A recente declaração do cardeal Timothy Dolan no Wall Street Journal é intrigante, na melhor das hipóteses. Nela, o cardeal parecia indicar que as recentes críticas do Papa Francisco sobre a forma como as economias do mundo estão trabalhando atualmente não eram destinadas de forma alguma à economia dos Estados Unidos. Ele escreveu que “o que muitas pessoas ao redor do mundo experimentam como ‘capitalismo’ não é reconhecível aos estadunidenses”, e que “o que passa como capitalismo” nos “novos países industrializados” é “uma distorção explorativa em benefício dos poderosos e ricos”. Dolan parece aceitar o argumento dos “excepcionalistas”, de que os Estados Unidos são diferentes de alguma forma de qualquer outra nação. Mas a sua declaração mostra uma grande dose de ignorância sobre o funcionamento real da economia dos Estados Unidos. Como alguém pode olhar para a atividade em Wall Street ao longo da última década e não ver que a economia nos EUA também tem funcionado como uma “distorção explorativa” para o benefício de poucos em detrimento de muitos?

IHU On-Line – Qual é a exatidão da afirmação do cardeal Dolan de que o capitalismo praticado pelos EUA não é aquele criticado pelo Papa Francisco?

Joseph McCartin – O Papa Francisco não oferece uma dispensa papal especial para os Estados Unidos. Nós não somos menos culpados do que outros países pela prática de uma forma de capitalismo que fere as pessoas pobres. Com efeito, dado o poder ideológico, cultural, econômico e militar dos Estados Unidos, precisamos aceitar um maior senso de responsabilidade pelo florescimento da forma de economia que o Papa Francisco está censurando.

¹ **Papa Francisco (1936)**: argentino filho de imigrantes italianos, Jorge Mario Bergoglio é o atual chefe de estado do Vaticano e Papa da Igreja Católica, sucedendo o Papa Bento XVI. É o primeiro papa nascido no continente americano, o primeiro não europeu no papado em mais de 1200 anos e o primeiro jesuíta a assumir o cargo. (Nota da IHU On-Line)

² **Evangelii gaudium**: A exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, publicada no dia 24 de novembro de 2013, é o documento que descreve o programa do pontificado do Papa Francisco. *Evangelii Gaudium*. A alegria do Evangelho. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual é publicada, no Brasil, pelas Editoras Paulus e Loyola (São Paulo: 2013). (Nota da IHU On-Line)

³ **Timothy Michael Dolan ou Cardeal Dolan (1950)**: é um cardeal estadunidense, arcebispo católico, da Arquidiocese de Nova Iorque. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Mais informações sobre o caso podem ser lidas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, nas Notícias do Dia, de 10-06-2014, disponível em <http://bit.ly/WW5oHD>. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Em que sentido são visíveis os mecanismos de exploração e desigualdade no trabalho nos EUA?

Joseph McCartin – Uma medida básica da crescente desigualdade se destaca. Entre 1945 e 1980, grosso modo, o crescimento da produtividade do trabalho e o crescimento dos rendimentos médios reais andavam juntos. Na medida em que os trabalhadores tornaram-se mais produtivos, eles viram sua renda crescer. A partir dos anos 1980, essa relação foi rompida. Os trabalhadores continuam a ser mais produtivos ao longo do tempo, mas os seus rendimentos já não sobem em proporção à sua produtividade. A riqueza criada por esse aumento da produtividade tem ido cada vez mais para as mãos de acionistas. O equilíbrio entre o crescimento da produtividade e o crescimento da renda deve ser restaurado, ou então os EUA se tornarão uma sociedade cada vez mais exploradora.

IHU On-Line – Quais são os principais limites da igualdade numa sociedade em que esta se tornou sinônimo tão somente de liberdade de mercado?

Joseph McCartin – Um fator-chave da promoção da desigualdade é o acesso desproporcional a uma boa educação. Infelizmente, nos Estados Unidos, as escolas públicas são financiadas principalmente pelos impostos sobre a propriedade. Escolas localizadas em bairros com casas ricas tendem a ter recursos abundantes; escolas localizadas em bairros pobres sofrem de déficits graves de recursos. Os alunos com baixa qualidade de educação têm dificuldade para terminar o Ensino Médio ou para serem aceitos nas faculdades. Enquanto isso, os custos da faculdade subiram, tanto em universidades privadas quanto estatais, o que torna muito mais difícil para as pessoas com menos dinheiro obter uma educação universitária. Aqueles que pedem dinheiro emprestado para financiar a sua educação universitária percebem que não podem renegociar as taxas de juros de seus empréstimos da mesma forma que um proprietário de uma casa pode fazer para refi-

nanciar sua hipoteca. As leis servem para proteger os credores e criar uma maior carga sobre os mutuários. A menos que possamos corrigir essa disparidade educacional, a desigualdade só vai crescer.

IHU On-Line – A partir desse ponto de vista, em que medida liberdade e desigualdade se tornaram antagônicos nas sociedades ocidentais?

Joseph McCartin – Parte do problema é que as sociedades ocidentais têm definido a liberdade de uma forma tão estreita que se tornou antagônica à igualdade. Enquanto os países avançados são rápidos em reconhecer os direitos de propriedade, livre comércio e livre circulação de capitais, eles não têm protegido a liberdade dos trabalhadores de se organizarem e negociarem coletivamente na economia mundial, nem têm garantido o livre acesso a uma educação de qualidade até o nível universitário, nem têm feito o suficiente para garantir que os pobres tenham uma “liberdade de viver sem passar necessidade”, como o presidente Franklin Roosevelt⁵ afirmou certa vez.

IHU On-Line – Nos Estados Unidos, quais são as origens fundamentais da desigualdade e quais são suas expressões mais evidentes?

Joseph McCartin – Além do mercado imobiliário, que reforça a desigualdade educacional que mencionei acima, a outra principal fonte de desigualdade é a disparidade de poder que existe nos locais de trabalho. Os trabalhadores nos Estados Unidos têm pouco auxílio para o direito de organizar sindicatos e negociar coletivamente. Os empregadores que violam a lei e rompem os esforços dos sindicatos enfrentam sanções mínimas. As mudanças na natureza e organização do trabalho ao longo das últimas três décadas só aprofundaram

o desequilíbrio de poder. As empresas terceirizam cada vez mais postos de trabalho para subempregados, transformam trabalhos em tempo integral em empregos de tempo parcial, contratam trabalhadores apenas em caráter temporário e usam os computadores para rastrear implacavelmente os trabalhadores no trabalho. Tudo isso tem direcionado o poder para os empregadores e tem exacerbado a desigualdade.

IHU On-Line – Quais são os desafios fundamentais do trabalho nos EUA, a fim de dar conta de um princípio da igualdade que seja realmente aplicado aos cidadãos em suas diferentes camadas sociais?

Joseph McCartin – Acima de tudo, os trabalhadores dos Estados Unidos precisam obter o poder de organizar sindicatos e negociar coletivamente. As bases para a legislação trabalhista dos Estados Unidos foram estabelecidas em 1930 e moldadas por necessidades e premissas que agora têm quase um século de idade. Precisamos atualizar e rever as nossas leis trabalhistas de modo a restaurar algum equilíbrio na relação entre os trabalhadores e seus empregadores.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Joseph McCartin – Estou esperançoso. Nos últimos anos, tornou-se cada vez mais difícil negar o aumento da desigualdade e seus efeitos tóxicos. Em muitas nações, os debates públicos estão crescendo, e as pessoas estão discutindo sobre como corrigir as falhas profundas que estão criando economias que exploram e excluem. Essas conversas estão sendo moldadas pela obra de estudiosos como Thomas Piketty, estudantes, sindicatos, trabalhadores-ativistas, reformadores políticos e a liderança moral do Papa Francisco e de outros líderes religiosos. Embora os problemas que enfrentamos sejam enormes, eu acredito que é possível cada vez mais moldar uma vontade política para enfrentar e corrigir esses problemas.

⁵ Franklin Delano Roosevelt (1882-1945): 32º presidente dos Estados Unidos (1933-1945), o único a ser eleito mais de duas vezes presidente. É considerado uma das figuras centrais da história do século XX. Foi um dos presidentes mais populares da história americana, tendo emergido a nação da grande depressão de 1930. (Nota da IHU On-Line)

O fascismo liberal do século XXI

Para o professor e pesquisador Marcos Del Roio, o fascismo contemporâneo está manifesto na ditadura imposta pelas grandes corporações

POR RICARDO MACHADO

“Como o liberalismo é a ideologia de conforto do capital, mas a democracia é um transtorno, por conta da crise em que se encontra, a solução que aparenta ser viável para o capital é uma sorte de fascismo liberal conforme vai se mostrando na Europa”, constata o professor doutor Marcos Del Roio, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Claro que se trata de um fascismo muito diferente daquele vigente no período da guerra dos 30 anos do século XX. Aquele era baseado na incorporação da sociedade civil ao Estado por meio das corporações. Agora o fascismo se manifesta pela ditadura das grandes corporações da finança e da indústria, que vinculam os Estados às suas demandas e que resulta na geração de uma massa sempre maior de desvalidos”, complementa.

Ao tratar do tema da desigualdade desde a perspectiva de Antonio Gramsci, o pesquisador recupera o conceito de desigualdade do italiano, esclarecendo que “a concepção de desigualdade, para Gramsci, identifica-se com a crítica da dominação política e cultural da burguesia por ser essa garantia da reprodução de relações sociais fundadas na propriedade privada, na desigualdade e na hierarquia social e cultural”. Considerando os últimos 300 anos, Marcos Del Roio chama atenção para o fato de que houve um processo efetivo de unificação do gênero humano. “Isso ocorre quando o capital (a acumulação privada da riqueza) tende a se apropriar do conjunto das relações sociais de produção e a estimular o avanço da ciência e do processo produtivo. (...) Tanto para Marx como para Gramsci a superação da desigualdade social é um processo de extinção da divisão social do trabalho, ou seja, de extinção das classes sociais e do

Estado político. No processo de desaparecimento da desigualdade, o que surge no movimento? Surge a liberdade do gênero humano, uno na sua diversidade, surge uma vida social de indivíduos igualmente livres para expressar suas personalidades”, sustenta.

O tema da desigualdade, por ser complexo, exige a busca de análises mais densas, quem sabe outros modos de enfrentamento, outras racionalidades. “A construção de uma nova hegemonia é processo de largo prazo, pois demanda a organização e educação da massa de trabalhadores que os eleve da sua rebeldia espontânea a uma nova cultura, novos costumes, hábitos, saberes, uma nova sociabilidade enfim. Seria a realização de uma reforma moral e intelectual num processo de guerra de posição contra o poder capitalista na produção e no Estado, que consubstanciaria uma dualidade de poder e aproximaria o momento de ruptura revolucionária”, argumenta o entrevistado.

Marcos Del Roio é formado em História e Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP, mestre em Ciências Políticas pela Unicamp e doutor na mesma área pela USP. Especializou-se em Política Internacional na Universidade de Milão e cursou pós-doutorado na mesma universidade e na Universidade de Roma Tre. Atualmente, é professor de Ciências Políticas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp/FFC. É autor de *Marxismo e Oriente*. Quando as periferias tornam-se os centros. (São Paulo: Ícone Editora, 2009), *Os prismas de Gramsci* (São Paulo: Xamã, 2005) e *O império universal e seus antípodas* (São Paulo: Ícone, 1998).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como podemos pensar a problemática da “desigualdade” a partir do pensamento de Gramsci?

Marcos Del Roio – Gramsci¹ observa a história dos homens como um processo de unificação do gênero humano. Tendo partido de grupos sociais dispersos submetidos às condições naturais, a partir de certo momento muito determinado, que é o aparecimento da agricultura sedentária, com o excedente econômico que tem lugar, fica necessária a divisão social do trabalho, a disputa pela apropriação do excedente e o aparecimento embrionário do mercado, da política, do Estado. É assim que surge a desigualdade. Desigualdade social e desigualdade entre povos. Os milênios subsequentes expõem uma multiplicidade de conflitos entre povos e entre grupos sociais em formações sociais diferentes e desiguais. Nos últimos 300 anos, no entanto, toma corpo o processo de unificação do gênero humano. Isso ocorre quando o capital (a acumulação privada da riqueza) tende a se apropriar do conjunto das relações sociais de produção e a estimular o avanço da ciência e do processo produtivo. Esse avanço se faz com a crescente explicitação das contradições e das desigualdades sociais e culturais. Percebe-se então que somente por meio da abolição do capital, do mercado, do Estado é que a unificação do gênero humano seria e será possível.

Pode-se muito bem perguntar se esse é um raciocínio particular de Gramsci. A resposta até certo ponto óbvia é que não. Na realidade, o pensamento de Gramsci aproxima-se de modo incrível com a reflexão de Marx² na

1 **Antonio Gramsci (1891-1937)**: escritor e político italiano. Com Togliatti, criou o jornal L'Ordine Nuovo, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus Cadernos do cárcere, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da IHU On-Line, de 13-08-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon231>. (Nota da IHU On-Line)

2 **Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883)**: filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram

“O liberalismo é a ideologia de conforto do capital, mas a democracia é um transtorno”

sua concepção ontológica do ser social. Mais impressionante é que Gramsci não teve acesso a escritos como os manuscritos de Paris, a chamada Ideologia Alemã³ e os Grundrisse⁴, textos hoje essenciais pra a compreensão da obra marxiana.

maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos Cadernos IHU Ideias, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFh0>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. (Nota da IHU On-Line)

3 **A Ideologia Alemã**: primeiro livro escrito em parceria por Karl Marx e Friedrich Engels. Na origem alemã foi intitulado *Die Deutsche Ideologie*. É considerado um dos mais importantes livros escritos por estes dois autores. O objetivo da obra é fazer uma crítica aos “jovens hegelianos”, principalmente aos filósofos Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner, considerados produtores de uma ideologia alemã conservadora. (Nota da IHU On-Line)

4 **Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Elementos fundamentais para a crítica da economia política)**: conjunto de anotações e estudos realizados por Karl Marx entre 1857 e 1858. Sobre o tema, foi publicada a edição 381 da IHU On-Line, de 21-11-2011, intitulada *Os Grundrisse de Marx em debate*, disponível em <http://bit.ly/1kBlhBN>, além das entrevistas com Ricardo Antunes - *Os “Grundrisse”: uma mina para ajudar a descortinar o século XXI*, disponível em <http://bit.ly/1rDKF8w>, Antoine Artous - *O mundo do trabalho e o marxismo*, disponível em <http://bit.ly/1ua0Fx0>, e Jorge Paiva - *“Grundrisse” de Marx. Um outro paradigma teórico para os desafios contemporâneos*, disponível em <http://bit.ly/1mKnQJx>. (Nota da IHU On-Line)

Tanto para Marx como para Gramsci a superação da desigualdade social é um processo de extinção da divisão social do trabalho, ou seja, de extinção das classes sociais e do Estado político. No processo de desaparecimento da desigualdade, o que surge no movimento? Surge a liberdade do gênero humano, uno na sua diversidade, surge uma vida social de indivíduos igualmente livres para expressar suas personalidades.

IHU On-Line – De que maneira o conceito gramsciano de hegemonia nos ajuda a compreender os processos geradores de desigualdade? Que alternativa o autor propõe a esta questão?

Marcos Del Roio – Gramsci incorporou a noção de hegemonia de Lenin⁵. De início, hegemonia significava direção política e ideológica dentro de uma coalizão de forças sociais e políticas. Nos seus últimos anos de vida, Lenin se preocupava com o problema da consolidação do Estado que havia criado e precisou ampliar a noção de hegemonia para a questão do costume, dos hábitos, da cultura, do trabalho. Foi essa visão totalizante de hegemonia que Gramsci incorporou e aprofundou. A questão que Gramsci quis enfrentar era do porquê da revolução ter sido vitoriosa na Rússia atrasada e derrotada no Ocidente. Percebe então que a burguesia, notadamente na Inglaterra, França e Estados Unidos, havia construído uma sociabilidade fundada no indivíduo proprietário com alta capacidade de formulação científica e ideológica que se impôs à maioria da população de todas as camadas sociais. A visão de mundo adequada aos interesses da burguesia é o liberalismo, ainda que não haja relação de reciprocidade imediata. A hegemonia burguesa criou uma série de instituições e de leis que garantiam (e garantem) a sua dominação de clas-

5 **Lênin [Vladimir Ilyitch Lenin] (1870-1924)**: Originariamente chamado de Vladimir Ilyitch Uliânov. Revolucionário russo, responsável em grande parte pela execução da Revolução Rusa de 1917, líder do Partido Comunista e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Influenciou teoricamente os partidos comunistas de todo o mundo. Suas contribuições resultaram na criação de uma corrente teórica denominada leninismo. (Nota da IHU On-Line)

se, assim como uma massa de intelectuais que defendem seus interesses e difundem a sua visão de mundo. Trata-se ainda de uma sociedade hierarquizada e desigual, apesar de reconhecer os homens como livres e iguais por natureza, pois dividida em classes antagônicas e inconciliáveis: a classe que vive da exploração do trabalho e a classe que precisa vender a sua força de trabalho para viver. Gramsci percebe também que a hegemonia burguesa se organiza de maneira diferente segundo países e regiões. As revoluções burguesas originais criaram uma hegemonia muito sólida, onde o liberalismo se fez cultura. Mas em muitos outros países, nos quais a revolução burguesa se fez sem uma efetiva revolução, a hegemonia burguesa é mais frágil e por isso, com alguma frequência, a burguesia precisa apelar para regimes de força, como o fascismo. Não significa, porém, que esses regimes de força não possam contar com grande consenso social.

Constatada a solidez da hegemonia burguesa, ou seja, da dominação burguesa com capacidade de direção e persuasão, e assim indicada a razão da derrota da revolução socialista no Ocidente, a reflexão de Gramsci se dirige para uma estratégia adequada para desconstruir a hegemonia burguesa e construir a hegemonia das forças do trabalho. Antes de tudo é preciso conhecer e se fazer conhecer as referidas forças, observar e estimular os elementos de oposição à ordem do capital. A construção de uma nova hegemonia é processo de largo prazo, pois demanda a organização e educação da massa de trabalhadores que os eleve da sua rebeldia espontânea a uma nova cultura, novos costumes, hábitos, saberes, uma nova sociabilidade enfim. Seria a realização de uma reforma moral e intelectual num processo de guerra de posição contra o poder capitalista na produção e no Estado, que consubstanciaria uma dualidade de poder e aproximaria o momento de ruptura revolucionária.

IHU On-Line – Qual é a atualidade da concepção de desigualdade gramsciana?

Marcos Del Roio – Tenha-se claro que a concepção de desigualdade, para Gramsci, identifica-se com a cri-

“Agora o fascismo se manifesta pela ditadura das grandes corporações da finança”

tica da dominação política e cultural da burguesia por ser essa a garantia da reprodução de relações sociais fundadas na propriedade privada, na desigualdade e na hierarquia social e cultural. Como a dominação da burguesia persiste, a concepção gramsciana, em linhas gerais, é muito atual. Mas a fidelidade ao autor exige que seja analisada a fase histórica em que nos encontramos. Hoje a burguesia mundial perdeu qualquer capacidade de empreender uma ação civilizatória, algo que fez até coisa de 35-40 anos atrás, ainda que de maneira essencialmente contraditória, pois gerava civilização e barbárie ao mesmo tempo. Hoje a burguesia capitalista só é capaz de gerar barbárie, e nos encontramos numa fase de evidente regressão cultural. Esse quadro deriva da crise estrutural do capital, que se desenrola desde os anos 1970.

Mesmo que a fase histórica apresente muitas diferenças em relação àquela que Gramsci testemunhou, é sempre o capitalismo a forma social com a qual a humanidade se debate, mas com suas contradições bastante aguçadas. Pode-se dizer que também a estratégia de luta anticapitalista concebida por Gramsci continua válida, mas as dificuldades são ainda maiores. A derrota da classe operária de extração fordista, que muita esperança alimentou em Gramsci, levou o mundo do trabalho a ser submetido ainda mais ao domínio do capital. Isso aconteceu por conta de uma ofensiva na produção, na política, no direito, na cultura. Por outro lado, a massa de trabalhadores aumentou muito por todo o mundo, só que com baixo nível de organização e de consciência anticapitalista. A tarefa estratégica definida por Gramsci foi derrotada, mas,

como Sísifo⁶, é preciso recomeçar a subir a montanha, que parece agora ainda maior.

A construção de uma nova hegemonia, de um poder popular que corra o domínio do capital, desde a morte de Gramsci, em 1937, aconteceu apenas de maneira local e efêmera, quando precisa ser de caráter geral, mesmo que desigual em seu ritmo. É preciso que se crie uma massa de intelectuais com vínculos orgânicos com a classe do trabalho, que se organize uma nova cultura endereçada à emancipação do gênero humano da exploração do capital e da opressão do poder político.

IHU On-Line – Em um contexto global muito mais integrado/interligado economicamente, submetido a redes de comunicação e informação, o que explica o fato de o mundo ter-se tornado mais desigual? Por que as distâncias entre ricos e pobres aumentaram?

Marcos Del Roio – O projeto de construção de um império universal, de um domínio único sobre o mundo, é muito antigo, mas parecia estar às portas da realização no começo dos anos 90 do século passado, quando ocorreu a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. A partir daquele momento a gestão do império do capital sobre o planeta seria garantida pela força militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, sempre encabeçada pelos EUA. Caso aparecesse algum território hostil dentro do império, seria submetido por meios econômicos ou por meios militares. A destruição da Iugoslávia, do Iraque,

⁶ **Mito de Sísifo:** História de que os deuses tinham condenado Sísifo a empurrar sem descanso um rochedo até ao cume de uma montanha, de onde a pedra caía de novo, em consequência do seu peso. Tinham pensado, com alguma razão, que não há castigo mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança. Essa condenação veio em função do seguinte ocorrido: um certo dia, Egina, filha de Asopo, foi raptada por Júpiter. O pai queixou-se dele a Sísifo. Este, que estava envolvido no rapto, propôs a Asopo contar-lhe o que sabia, com a condição de ele dar água à cidadela de Corinto. Por tal foi castigado nos infernos. Sísifo vê então a pedra resvalar em poucos instantes para esse mundo inferior de onde será preciso trazê-la de novo para os cumos. (Nota do IHU On-Line)

da Somália, da Líbia, do Sudão, da Síria, do Afeganistão e agora da Ucrânia são todas partes desse desenho de poder imperial. Mas o império universal continua a ser uma utopia, pois o capitalismo é contraditório sempre e novos pontos de interposição teimam em aparecer – a China é o caso mais evidente hoje. Esses casos vistos em conjunto indicam que o caminho de uma guerra catastrófica para a humanidade está aberto e precisa ser fechado com urgência.

A interligação/integração econômica do globo, muito potencializada pelas tecnologias de informação e comunicação, é uma característica que distingue a atual fase do capitalismo, o império universal, é sua fonte de poder, mas também a sua fraqueza, pois nesse chão nascem novas formas de lutar e de fazer oposição. A contradição do movimento do capital indica que a riqueza se acumula de um lado e a miséria de outro, embora tenha havido contratendências no decorrer da história. Nas últimas décadas, exatamente por encontrar-se em crise de acumulação, o capital desencadeou violenta ofensiva contra o trabalho, com ampliação de jornada de trabalho, tolhimento de direitos, jornadas parciais, desqualificação por meio da inovação técnica com o resultado de precarizar enormemente as relações e os processos de trabalho.

IHU On-Line – Tendo em vista a complexidade da contemporaneidade, de que maneira os conceitos de liberdade e igualdade, tratados como visões antagônicas, são capazes de dar conta dos desafios do presente?

Marcos Del Roio – As noções de liberdade e igualdade surgem no seio da chamada escola do direito natural, no século XVII, exatamente quando o capitalismo começava a se formar. A ideia de que todos são iguais perante Deus – ainda que desiguais na vida terrena – foi substituída pela outra análoga de que todos os indivíduos nascem livres e iguais por natureza, ainda que não sejam iguais nem livres na vida social. Essa ideologia evoluiu para outra que anuncia que todos são livres e iguais perante o Estado. Quer dizer que todos são livres e iguais em abstrato, mas não são na realidade. De fato a liberdade que se desenvolve

“Tanto para Marx como para Gramsci, a superação da desigualdade social é um processo de extinção da divisão social do trabalho”

e que vale a pena defender, até com a força do Estado, é a liberdade proprietária, a liberdade de uma minoria. Se for assim, a igualdade só existe entre os pares, entre os proprietários. Para o pensamento liberal, que sustenta essa reflexão, a extensão da igualdade social representa um risco enorme à liberdade proprietária, correndo-se o risco de gerar o despotismo da maioria, o despotismo democrático. Certo que no século XX, até por pressão do movimento operário socialista, o liberalismo acatou a ampliação do estatuto da cidadania, mas sempre se resguardando do perigo do despotismo da democracia.

Ainda que a burguesia se sinta confortável com a visão de mundo liberal, quando sente em risco a liberdade proprietária, não tem qualquer prurido em apelar para regimes de exceção, como o fascismo ou outras variantes de ditadura de classe.

A derrota brutal da classe do trabalho nas últimas décadas permite ao capital se desfazer aos poucos das concessões democráticas que havia feito no período precedente. Como o liberalismo é a ideologia de conforto do capital, mas a democracia é um transtorno, por conta da crise em que se encontra, a solução que aparenta ser viável para o capital é uma sorte de fascismo liberal conforme vai se mostrando na Europa. Claro que se trata de um fascismo muito diferente daquele vigente no período da guerra

dos 30 anos do século XX. Aquele era baseado na incorporação da sociedade civil ao Estado por meio das corporações. Agora o fascismo se manifesta pela ditadura das grandes corporações da finança e da indústria, que vinculam os Estados às suas demandas e que resulta na geração de uma massa sempre maior de desvalidos.

Nesse cenário, a ideologia da liberdade e igualdade diante da lei não rege mais, não oferece força propulsiva na luta pela liberdade e igualdade reais. Importante que se generalize a ideia de que o capital é uma relação social e essa é que tem que ser erradicada para que surja uma sociedade de homens iguais na sua liberdade.

IHU On-Line – Em que medida a desigualdade econômica reflete um processo mais longo que se origina em uma distribuição desigual do saber?

Marcos Del Roio – As relações sociais capitalistas só se implantaram decididamente à custa da expropriação dos meios de produção e do saber operário. A concorrência intercapitalista implica uma corrida pelo aumento da produtividade do trabalho explorado e também pelo enfraquecimento da resistência operária. Dessas duas faces do mesmo processo contraditório, que é a acumulação do capital, ocorre uma constante inovação técnica e científica que tem como resultado a desqualificação do trabalho, ou seja, a expropriação do saber operário. De outro modo, tanto quanto a tendência do capitalismo é acumular dinheiro e riqueza em poucas mãos, também é a de acumular saber em poucas mentes. A crescente escolarização pode servir de prova em contrário, mas isso é uma mistificação. O extraordinário avanço da ciência nas últimas décadas coincide com a fase da crise estrutural do capital, e esse conhecimento serve para o esforço de resgatar as taxas de acumulação que teimam em estar bem baixas. Essa grande ciência é utilizada basicamente na indústria bélica ou em bens de luxo. À massa proletária é concedido apenas o saber necessário para a reprodução do que já foi acumulado como saber privado e para ser capaz de trabalhar nas condições hoje oferecidas pelo capital, além, é claro, de ser capaz de consumir mer-

cadorias que exigem um mínimo de conhecimento e destreza. Destarte que a democratização do saber, o progresso intelectual de massas só se faz efetivamente em oposição ao capital e à apropriação privada de toda a riqueza socialmente produzida.

IHU On-Line – A partir de Gramsci, como podemos explicar a relação entre a acumulação de capital intelectual e o fortalecimento das desigualdades sociais?

Marcos Del Roio – Gramsci entendia com muita clareza que a Ciência, o conhecimento científico, é também uma ideologia que contribui na reprodução da ordem do capital. Para a burguesia vitoriosa, a razão e a ciência eram um cabedal só seu. Agora não havia mais necessidade de lutar contra o poder da Igreja e contra a religião. As massas populares poderiam ficar à mercê do poder clerical e sua educação ficaria restrita às necessidades eventuais da indústria. Desse modo, as massas populares ficariam restringidas ao senso comum. A Igreja, por sua vez, aceitou o avanço da ciência e buscou harmonizar ciência e religião.

Assim se construiu e consolidou a hegemonia burguesa, que continuou o pressuposto que pensamento e ciência são para alguns e trabalho manual e tosco para a maioria. A ciência é uma forma de apropriação da realidade que só ganhou foros hegemônicos com o poder do capital e passou a ser também uma ideologia que garante esse poder. A ciência só será efetivamente humana quando for patrimônio da comunidade dos homens, e não enquanto estiver submetida à lógica da propriedade privada, da patente. A concepção alimentada por Gramsci era que trabalho e cultura,

“A construção de uma nova hegemonia é processo de largo prazo”

trabalho intelectual e trabalho manual deveriam se associar exatamente para que se tomasse a trilha da emancipação dos homens do horror da doença e da ignorância, para que a ciência viesse a ser patrimônio comum do gênero humano.

IHU On-Line – Quais são as tensões fundamentais que se apresentam na democracia a partir do “nivelemento” que esse sistema se propõe a realizar em termos políticos?

Marcos Del Roio – A noção de *democracia* teve e tem muitos significados diferentes, assim como conteúdos econômicos e sociais diferentes. Na Grécia antiga, que foi o seu berço, a democracia pressupunha a escravidão, a democracia nas cidades feudais pressupunha a servidão e a democracia no capitalismo pressupõe a propriedade privada e o trabalho assalariado. Assim, toda a democracia que veio a se consolidar pressupõe a desigualdade social, pois que brotam em ordens sociais cindidas em classes sociais, em dominantes e dominados, em dirigentes e dirigidos. São democracias a serem qualificadas, pois expressam o domínio de um grupo social. O século XX, em particular no período pós-1945, assistiu à consolidação da democracia burguesa. Claro

que na dependência da correlação de forças sociais a democracia pode ter sido mais ou menos ampla ou profunda. De maneira geral, o máximo que se pode alcançar dentro da ordem do capital é uma república democrática com direitos sociais, com liberdade de organização e expressão e com sufrágio universal, ou seja, com o estatuto da cidadania bastante ampliado. Talvez tenham sido Itália e França em 1945 e Portugal em 1974 onde essa forma democrática foi mais longe. Nunca deixaram de ser, contudo, Estados que tinham a função precípua de defender a propriedade privada ou estatal. Mesmo sendo democracias, o objetivo da classe que dominava e domina o Estado é sempre o de desorganizar a classe do trabalho e impedir que esta instaure a *sua* democracia.

De fato, a democracia do trabalho, por não ter por fundamento qualquer interesse particular – como é a propriedade privada –, é a única em condições de se afirmar como democracia em condições de se expandir e aprofundar, enquanto a democracia burguesa sofre recuos sérios conforme a classe do trabalho se debilita, como aconteceu nas décadas passadas.

Leia mais...

- *Democracia dos trabalhadores, essencial para a emancipação humana.* Entrevista com Marcos Del Roio publicada na edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-08-2007, disponível <http://bit.ly/UPYP7s>;

**LEIA OS CADERNOS IHU
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR**

A mitificação da riqueza e a desigualdade no contexto latino-americano

Antonio David Cattani debate a conjuntura socioeconômica da América Latina em perspectiva com a equidade social

POR RICARDO MACHADO

Tornamo-nos mais globalizados, integrados e interconectados. Mas o abismo que separa os mais abastados dos mais miseráveis só aumentou nos últimos três séculos. Há, claro, momentos de melhoria relativa na distribuição de renda na Europa e nos Estados Unidos, no período pós-guerra. Entretanto, a regra tem mostrado que “graças a estratégias diversas, os muito ricos conseguiram ampliar seus rendimentos em percentuais superiores aos dos setores médios e dos mais pobres. Essas estratégias estão basicamente relacionadas ao aumento da exploração do trabalho, à obtenção de privilégios tributários, à utilização de paraísos fiscais e à financeirização que favorece o rentismo especulativo. É interessante observar que isso vem ocorrendo nos mais diferentes países da Europa, da Ásia e da América do Norte”, explica o professor doutor Antonio David Cattani, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Em contraponto, na América Latina a realidade parece ser diferente. “Pela primeira vez na história recente, a exceção são alguns países da América Latina. Graças a políticas públicas, países como o Brasil, a Bolívia e o Equador conseguiram melhorar os rendimentos e as condições de vida de milhões de pessoas. Mas, caso sejam considerados apenas os ganhos do topo da pirâmide social que correspondem a menos de 0,1% da população adulta, veremos que mesmo nesses países os multimilionários estão cada vez mais ricos”, aponta. “No pensamento dominante que for-

ja o senso comum, a riqueza aparece sempre associada à competência, ao mérito ou ao talento. Segundo os princípios do liberalismo e do neoliberalismo, todos os indivíduos nascem iguais, com as mesmas qualidades e fraquezas e constroem suas vidas e fortunas livremente. Essas são falácias com consequências políticas desastrosas, pois legitimam a posse da riqueza e justificam a pobreza: o rico é rico porque se esforçou, o pobre é pobre porque não trabalhou”, complementa.

Antonio David Cattani é economista pela Fundação Educacional da Região dos Vinhedos, em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, com especialização em Economia do Desenvolvimento pelo Institut D’Etudes du Developpement Economique, na França. Realizou mestrado e doutorado também em Economia do Desenvolvimento, pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), na França. Além disso, possui três pós-doutorados, pela École de Hautes Études en Sciences Sociales e pelo Centre National des Arts et Métiers, ambos na França, e pela University of Oxford, na Inglaterra. É professor doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. É autor de diversas obras, entre elas *A riqueza desmitificada* (Porto Alegre: Marca Visual, 2014), *A construção da justiça social na América Latina* (Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013), *The Human Economy* (Cambridge: Polity Press, 2010) e *Dicionário Internacional da Outra Economia* (Coimbra: Edições Almedina SA, 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Ao olhar para as desigualdades socioeconômicas contemporâneas, que cenário se apresenta? Existe algo de específico na América Latina com relação ao restante do mundo?

Antonio David Cattani – O recente sucesso midiático do livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI – Le capital au XXIe Siècle* (Paris: Seuil, 2013), permitiu destacar um fenômeno planetário que permanecia escondido no noticiário econômico e era pouco analisado pelas Ciências Sociais: o aumento da concentração de renda. Com ajuda de séries comparativas cobrindo mais de uma centena de anos, Piketty comprova que desde meados dos anos 1980 os detentores de altas fortunas vêm ampliando os seus ganhos em percentuais superiores ao do crescimento da economia. Ou seja, depois de um período de melhoria relativa na distribuição de renda (1945-1975), graças a estratégias diversas, os muito ricos conseguiram ampliar seus rendimentos em percentuais superiores aos dos setores médios e dos mais pobres. Essas estratégias estão basicamente relacionadas ao aumento da exploração do trabalho, à obtenção de privilégios tributários, à utilização de paraísos fiscais e à financeirização que favorece o rentismo especulativo. É interessante observar que isso vem ocorrendo nos mais diferentes países da Europa, da Ásia e da América do Norte. Pela primeira vez na história recente, a exceção são alguns países da América Latina. Graças a políticas públicas, países como o Brasil, a Bolívia e o Equador conseguiram melhorar os rendimentos e as condições de vida de milhões de pessoas. Mas, caso sejam considerados apenas os ganhos do topo da pirâmide social que correspondem a menos de 0,1% da população adulta, veremos que mesmo nesses países os multimilionários estão cada vez mais ricos.

IHU On-Line – Que relação há entre pobreza, desigualdade e economia de mercado?

Antonio David Cattani – O capitalismo baseia-se na regra da apropriação privada dos resultados da produção social. Para se reproduzir

“Graças a estratégias diversas, os muito ricos conseguiram ampliar seus rendimentos em percentuais superiores aos dos setores médios e dos mais pobres”

de forma ampliada, o capital precisa aumentar a exploração do trabalho, o que resulta no alargamento das desigualdades sociais. Quanto mais acelerado for esse processo, maiores serão as diferenças entre proprietários e assalariados. A economia de mercado dificilmente conseguirá fazer justiça na distribuição, haja vista a diferença entre o poder dos proprietários e a fragmentação dos trabalhadores. De forma unânime e universal, as grandes corporações são as primeiras a não obedecerem às regras da livre concorrência. Pelo poder de escala, elas impõem preços, eliminam concorrentes menores mesmo quando esses são mais eficientes e produtivos. As grandes corporações são também as que promovem a repressão aos movimentos sindicais. O caso emblemático é o da Walmart, uma das maiores empresas do mundo, responsável pela eliminação de um sem número de pequenos e médios comerciantes e que possui uma feroz política antissindical. O resultado é bem conhecido. Caso somadas, as fortunas dos membros da família Walton ul-

trapassam a de Carlos Slim¹, Warren Buffet² ou Bill Gates³.

IHU On-Line – Em seu livro a *Riqueza Desmistificada* o senhor afirma que a mitificação da riqueza santifica seus detentores. De que maneira isso ocorre? Que estratégias e que tipos de poder estão em jogo nesse processo?

Antonio David Cattani – No pensamento dominante que forja o senso comum, a riqueza aparece sempre associada à competência, ao mérito ou ao talento. Segundo os princípios do liberalismo e do neoliberalismo, todos os indivíduos nascem iguais, com as mesmas qualidades e fraquezas e constroem suas vidas e fortunas livremente. Essas são falácias com consequências políticas desastrosas, pois legitimam a posse da riqueza e justificam a pobreza: o rico é rico porque se esforçou, o pobre é pobre porque não trabalhou. Descontadas algumas exceções, é possível dizer que não existem grandes fortunas inocentes. Na origem comum de quase todas elas estão a exploração do trabalho,

¹ **Carlos Slim Helú** (1940): empresário mexicano de origem libanesa. É conhecido no México por Midas, devido a sua habilidade em transformar empreendimentos decadentes em companhias saudáveis e lucrativas. Em 2010 Carlos Slim novamente foi colocado no topo da lista dos mais ricos, com uma fortuna estimada de US\$ 89 bilhões, um aumento de US\$ 18,5 bilhões em relação ao ano anterior e à frente dos US\$ 53 bilhões de Bill Gates e dos US\$ 47 bilhões de Warren Buffet, segundo revista Forbes. (Nota da IHU On-Line)

² **Warren Edward Buffett** (1930): é o principal acionista, presidente do conselho e diretor executivo da Berkshire Hathaway. Constantemente citado na lista das pessoas mais ricas do mundo, ocupou o primeiro lugar em 2008. Amplamente considerado o mais bem sucedido investidor do século XX, é conhecido como o Oráculo de Omaha. (Nota da IHU On-Line)

³ **William Henry Gates ou Bill Gates** (1955): mais conhecido como Bill Gates, é um magnata e autor norte-americano, que ficou conhecido por fundar junto com Paul Allen a Microsoft, uma das maiores e mais conhecidas empresas de software do mundo em termos de valor de mercado. Gates ocupa atualmente o cargo de presidente não-executivo da Microsoft, além de ser classificado regularmente como a pessoa mais rica do mundo, posição ocupada por ele de 1995 a 2007, 2009, e em 2013. É um dos pioneiros na revolução do computador pessoal. (Nota da IHU On-Line)

os privilégios indevidos, os subterfúgios fiscais e tributários, quando não a “acumulação primitiva”, conceito que remete à obtenção de recursos por formas ilegais e criminosas. A fortuna de Bill Gates não é o resultado da sua genialidade, mas sim da capacidade de patenteamento monopolista de equações que forjaram a Microsoft. Não é possível explicar os bilhões de Carlos Slim sem associá-los aos favorecimentos estatais por ocasião da privatização do patrimônio público mexicano nos anos 1980 e 1990 e, depois, pelo poder de escala. O que dizer da transmissão de heranças? É comum a existência de herdeiros cujo único esforço foi nascer, mas que desfrutaram de fortunas multimilionárias de forma parasitária e perdulária.

IHU On-Line – Em uma escala global de mercado, de que maneira podemos compreender os tensionamentos em que o mundo do trabalho está submetido, sobretudo ao considerarmos os episódios de trabalho escravo envolvendo grandes marcas em todas as partes do planeta, inclusive no Brasil?

Antonio David Cattani – A resposta a essa pergunta permite completar o raciocínio anterior. O crescimento sem precedentes das grandes fortunas está associado ao aumento da exploração do trabalho. O movimento sindical está debilitado em pra-

“Essas são falácias com consequências políticas desastrosas, pois legitimam a posse da riqueza e justificam a pobreza”

ticamente todo o mundo. A capacidade de regulação social-democrata que assegurava o estado de bem-estar também vem recuando nas principais economias do planeta. A reestruturação produtiva em escala planetária foi acompanhada pela flexibilização dos contratos coletivos que levam à precarização do trabalho. A consequência é o aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores com o trabalho escravo, sendo a situação levada ao seu paroxismo.

IHU On-Line – As políticas públicas destinadas ao combate à pobreza permitem reduzir as desigualdades?

Antonio David Cattani – Programas específicos como, por exemplo, o Bolsa Família, o benefício de prestação continuada e outros, além da política de valorização do salário mínimo, são indispensáveis, pois proporcionam melhorias imediatas e objetivas para a população vulnerável. Mas tudo isso é insuficiente se não forem atacadas as raízes que “produzem e reproduzem a pobreza”. Entre as medidas necessárias destacam-se o combate aos paraísos fiscais, o fim dos privilégios tributários que fazem com que os ricos paguem proporcionalmente muito menos impostos que os pobres e os setores médios, a maior taxação sobre heranças e doações, o desestímulo ao rentismo parasitário e predatório. A adoção dessas medidas permitirá a construção de uma sociedade mais justa, com menos violência, com mais oportunidades e com mais qualidade de vida para todos.

Leia mais...

- *Desigualdades e direitos hoje*. Entrevista com Antonio Cattani publicada nas **Notícias do Dia**, de 08-11-2007, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos-IHU, disponível em <http://bit.ly/XjYgES>.

LEIA OS CADERNOS **TEOLOGIA PÚBLICA**

NO SITE DO **IHU**

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Baú da IHU On-Line

Confira outras edições da **IHU On-Line** cujo tema de capa aborda autores e temas relacionados à perspectiva da desigualdade.

- *A economia internacional e o Brasil. A crise financeira e seus (possíveis) impactos.* Edição 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/1h7LG2b>;
- *A política econômica do governo Dilma. Continuidade ou mudança?* Edição 356, de 04-04-2011, disponível em <http://bit.ly/OrwMrC>;
- *Economia de baixo carbono. Desafios e oportunidades.* Edição 351, de 22-11-2010, disponível em <http://bit.ly/1g0BW5x>;
- *Economia brasileira. Desafios e perspectivas.* Edição 338, de 09-08-2010, disponível em <http://bit.ly/1mUcztP>;
- *Renda Básica de Cidadania, universal e incondicional. Um direito.* Edição 333, de 14-06-2010, disponível em <http://bit.ly/1hxb2Sq>;
- *A reestruturação do capitalismo brasileiro.* Edição 322, de 22-03-2010, disponível em <http://bit.ly/1e51hjs>;
- *O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes.* Edição 301, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/1eINBv6>;
- *Ecoeconomia. Uma resposta à crise ambiental?* Edição 295, de 01-06-2009, disponível em <http://bit.ly/1jnILSG>;
- *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx.* Edição 278, de 21-10-2008, disponível em <http://bit.ly/1ss1otA>;
- *Uma nova classe média brasileira?* Edição 270, de 25-08-2008, disponível em <http://bit.ly/1fWIVko>;

Confira alguns textos sobre a obra de Thomas Piketty, além de entrevistas com o autor:

- *Piketty substitui a explicação social e política pela explicação tecnológica.* Reportagem de Charles-André Udry para o sítio Sin Permiso, publicada na **Notícias do Dia** do sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU em 05-06-2014, disponível em <http://bit.ly/1pTwW8W>.
- *David Harvey, Piketty e a contradição central do capitalismo.* Artigo de Michael Roberts, publicado na **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 04-06-2014, disponível em <http://bit.ly/1iUbAnn>.
- *A utopia de Piketty.* Artigo de Slavoj Žižek, publicado na **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 03-06-2014, disponível em <http://bit.ly/UWvBDR>.
- *O capitalismo selvagem está de volta e não irá se domesticar.* Artigo de David Graeber, publicado na **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 03-06-2014, disponível em <http://bit.ly/1mfv2fQ>.
- *Leia Piketty, mas não se esqueça de Marx.* Artigo de David Harvey, publicado na **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 26-05-2014, disponível em <http://bit.ly/1pzanY2>.
- *O rock star da economia.* Entrevista com Thomas Piketty, publicada na **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 18-05-2014, disponível em <http://bit.ly/1n9FECT>.
- *Desigualdade é ameaça à democracia.* Entrevista com Thomas Piketty, publicada na **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 15-05-2014, disponível em <http://bit.ly/1oStoPg>.
- *Guia Piketty.* Reportagem de Alfredo Zaiat para o jornal Página/12, publicada na **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 13-05-2014, disponível em <http://bit.ly/1iI3PQ9>.
- *Como a esquerda dos Estados Unidos se apaixonou por Thomas Piketty.* Reportagem de Jordan Weissmann para o sítio Slate, publicada na **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 09-05-2014, disponível em <http://bit.ly/1s9CJqs>.
- *O pânico em relação a Piketty.* Artigo de Paul Krugman, publicado na **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 06-05-2014, disponível em <http://bit.ly/1lsmvpO>.
- *“O Capital” de Thomas Piketty: tudo o que você precisa saber sobre o surpreendente best-seller.* Artigo de Paul Mason, publicado na **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 05-05-2014, disponível em <http://bit.ly/1slreid>.
- *Piketty, um problema para a direita.* Artigo de J. Bradford DeLong, publicado na **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 05-05-2014, disponível em <http://bit.ly/1p4BZVR>.
- *“O Capital no século XXI” revoluciona ideias sobre desigualdade.* Artigo de Paul Krugman, publicado na **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 29-04-2014, disponível em <http://bit.ly/1s4F3E0>.
- *Occupy estava certo: o capitalismo levou o mundo ao fracasso.* Reportagem de Andrew Hussey para o jornal The Observer, publicada na **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 17-04-2014, disponível em <http://bit.ly/WWgqwr>.

Tema
de
Capa

**Destques
da Semana**

IHU em
Revista

Destques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 28-07-2014 a 1º-08-2014, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do site do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Metrópoles brasileiras carecem de governabilidade

Entrevista especial com Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do Observatório das Metr6poles
Publicada no dia 1º-08-2014
Acesse o link <http://bit.ly/1u6Szot>

“O programa Minha Casa, Minha Vida não é uma política de moradia; é uma política de impulsionamento através do setor da construção civil e da economia, pelo impacto que esse setor tem”, declara Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro à IHU On-Line. Na avaliação dele, “reformular e adaptar ‘o popular’ do brasileiro seria mais interessante do que construir novas coisas, não sei onde, de maneira que ninguém sabe e com um custo que ninguém conhece”.

O mal-estar nas metr6poles continua

Entrevista com Marcelo Castañeda, doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Publicada no dia 31-07-2014
Acesse o link <http://bit.ly/ihu310714>

As manifestações que ocorreram em junho de 2013 em várias cidades brasileiras, e que ocorrem de modo mais espaçado nos últimos meses, expressam uma insatisfação na forma como as metr6poles vêm sendo geridas e “como os serviços públicos vêm sendo prestados como um dos fatores para esse mal-estar”, avalia Marcelo Castañeda. Para ele, em nível nacional, as manifestações iniciadas em junho do ano passado evidenciam “a ausência de participação nas decisões públicas”. E critica: “O mal-estar remete à construção da democracia brasileira, com seu fechamento institucional que não abre espaço para formas de participação que vão além da mera representação”.

O modelo neoextrativista e o paradoxo latino-americano

Entrevista com Bruno Milanez, engenheiro de produção, doutor em Política Ambiental pela Lincoln University e professor na Universidade Federal de Juiz de Fora
Publicada no dia 30-07-2014
Acesse o link <http://bit.ly/ihu300714>

Para o engenheiro Bruno Milanez, a proposta do novo código mineral não é uma novidade brasileira. Foi, em verdade, copiada “com algum atraso” de outros países da América Latina. Mais do que isso, para ele, a mineração tem sido responsável pela “inserção” dos países latino-americanos no cenário internacional e, no caso do Brasil, contribui para equilibrar a balança comercial. Por outro lado, agravam-se as implicações sociais e ambientais. Na avaliação dele, “o problema principal é que a proposta do novo código somente olha para o subsolo; os tecnocratas que propuseram esse projeto parecem ter esquecido que há pessoas vivendo em cima do minério”.

Brasil: Impossível pensar o futuro sem discutir a geopolítica mundial

Entrevista com Carlos Lessa, doutor em Ciências Humanas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas e ex-presidente do BNDES
Publicada no dia 28-07-2014
Acesse o link <http://bit.ly/ihu280714>

“Há muitos anos eu já disse que nós caminhávamos imensuravelmente para a desaceleração da economia, e infelizmente tudo que imaginei aconteceu. Hoje o Brasil está tendo dificuldades imensas de manter se movendo como estava se movendo”, assinala o economista Carlos Lessa. Ao comentar as razões de ainda haver tantas desigualdades sociais no mundo, ele afirma que o sistema financeiro assumiu o comando da economia mundial. Segundo ele, se houvesse uma redução significativa do valor da dívida das famílias, das empresas e dos Estados nacionais, haveria naturalmente, sem grande trauma, uma mudança no perfil de retração da riqueza do mundo.

Conjuntura da Semana

A desigualdade brasileira no contexto mundial contemporâneo

A obra *O Capital no Século XXI – Le capital au XXIe Siècle* (Paris: Seul, 2013), do economista francês Thomas Piketty, ao evidenciar um grande aceleração nos níveis de desigualdade do mundo, desafia a narrativa de centro-esquerda, particularmente da social-democracia, que acreditou que o liberalismo poderia coexistir com a distribuição de renda. Pensando no Brasil, coloca em alerta os prognósticos ou a sensação de que se vive um momento de maior justiça social, com distribuição de renda. Como avaliar o debate sobre a desigualdade em um país fascinado com o aumento na capacidade de consumo das camadas populares, mas com tamanha concentração de renda?

A análise da Conjuntura da Semana é uma (re)leitura das **Notícias do Dia** publicadas dia-

riamente no sítio do IHU. A análise é elaborada, em fina sintonia com o Instituto Humanitas Unisinos – IHU, pelos colegas do Centro Jesuíta de Cidadania e Ação Social/Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CCIAS/CEPAT e por Cesar Sanson, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

A seguir publicamos uma breve síntese da análise que pode ser lida na íntegra no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1s4sy85>. O presente texto deve ser lido à luz da análise, de autoria de Cesar Sanson, *O Capital no século XXI: O desmonte das teses liberais e da economia neoclássica*, cuja síntese foi publicada na edição 443 da **IHU On-Line**, de 19-05-2014, disponível em <http://bit.ly/1o5OyQG>.

Das limitações às evidências de Thomas Piketty sobre a desigualdade mundial

Em consonância com a percepção coletiva de muitos movimentos sociais espalhados pelo mundo, as contribuições de Thomas Piketty só vieram reforçar a evidência de que a distância entre ricos e pobres chegou a um nível inaceitável. O Movimento Occupy¹, em 2011, já havia apontado

que o “capitalismo não está mais funcionando”. Não é exagero dizer que “a questão das desigualdades está no centro dos debates políticos e econômicos na Europa, nos Estados Unidos e até nas economias emergentes”.

Após a febre inicial em torno da obra de Piketty, vieram as críticas. Entre elas, a do geógrafo marxista David Harvey,² para quem a fragilidade de Piketty está em não relacionar o ca-

pital com a produção ou o processo de valorização no sistema capitalista, mantendo-se em uma visão equivocada do que significa capital. Para Harvey, “capital é um processo, não uma coisa. É um processo de circulação no qual o dinheiro é usado para fazer mais dinheiro, frequentemente — mas não exclusivamente — por meio da exploração da força de trabalho”, diferente da visão de Piketty, que “define capital como o estoque de todos os ativos em mãos de particulares, empresas e governos que podem ser negociados no mercado — não importa se estão sendo usados ou não”.

Outro crítico, o economista francês François Chesnais,³ considera que

1 **Occupy**: série de protestos mundiais iniciados no dia 15 de outubro de 2011, a partir da ocupação de *Wall Street*, nos Estados Unidos, dando origem ao movimento *Occupy*. O movimento se espalhou por várias cidades do mundo, organizado por coletivos locais, organizações de bairro ou movimentos sociais, os quais propunham alternativas de desenvolvimento voltadas à preservação do planeta

e ao consumo consciente de produtos, opondo-se à especulação financeira e à ganância econômica. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **David Harvey** (1935): é um geógrafo marxista britânico, formado na Universidade de Cambridge. É professor da City University of New York e trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **François Chesnais**: é professor francês

a proposta de Piketty em introduzir um imposto mundial sobre a riqueza é totalmente inviável. “A lista de problemas do capitalismo atual é muito mais abrangente e inclui queda na taxa de lucro global, crescimento da concentração industrial e avanço no grau de monopolização”.

No entanto, embora sejam críticas contundentes, o mais importante da obra de Thomas Piketty é o fato de evidenciar que a desigualdade social não é um acidente, mas uma característica inerente ao capitalismo. É o sistema funcionando normalmente. Para isso, os números ajudam muito. Segundo a conservadora publicação *The Economist*, hoje 1% da população tem 43% dos ativos do mundo. Os 10% mais ricos detêm 83%. Ao analisar a evolução de 30 países, durante 300 anos, de 1700 até 2012, Piketty se deu conta de que a produção anual cresceu em média 1,6%, ao passo que o rendimento do capital foi de 4 a 5%.

Ao evidenciar um grande aceleramento nos níveis de desigualdade do mundo, Piketty desafia a narrativa de centro-esquerda, particularmente da social-democracia, que acreditou que o liberalismo poderia coexistir com a distribuição de renda. Pensando no Brasil, coloca em alerta os prognósticos ou a sensação de que se vive um momento de maior justiça social, com distribuição de renda. Como avaliar o debate sobre a desigualdade em um país fascinado com o aumento na capacidade de consumo das camadas populares, mas com tamanha concentração de renda?

O debate sobre a desigualdade social no Brasil

As leituras sobre a redução da desigualdade no Brasil possuem diferentes enfoques, principalmente em relação às políticas de enfrentamento mais recentes, aplicadas nos últimos 12 anos. Para alguns analistas, em especial aqueles ligados ao governo,

há uma defesa das mesmas como referência internacional para a diminuição da desigualdade, enquanto, por outro lado, existem aqueles que criticam os resultados desse suposto enfrentamento.

Para Ricardo Paes de Barros,⁴ um dos idealizadores do programa Bolsa Família e atual secretário de Ações Estratégicas do Governo Federal, apesar de a queda da desigualdade ter perdido força recentemente, a tendência ainda é de redução da concentração de renda, principalmente por conta do atual aumento da escolaridade da população. Ele não acredita que o Brasil esteja no momento adequado para aumentar a carga tributária dos mais ricos como caminho para reduzir a desigualdade. “Os países ricos veem uma desigualdade crescente, a gente vê uma desigualdade declinante. Eles estão preocupados com a distribuição funcional da renda entre capital e trabalho, e a gente está ainda preocupado com questões mais básicas como a desigualdade de renda entre os trabalhadores”, aponta.

Marcelo Neri,⁵ ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR) e professor da EPGE/FGV, reforça o coro dos otimistas, ao apontar que a redução da desigualdade se deu pelo crescimento de renda do conjunto de pessoas e pela estabilidade do crescimento inclusivo brasileiro. “A queda de quase 10 pontos de Gini⁶ nos úl-

timos 12 anos, sob qualquer comparação, é espetacular”, afirma. Nesse período de 12 anos, ao comparar-se o crescimento anual de renda individual (3,06%), observa-se uma queda da desigualdade horizontal, pois cresce a renda de grupos tradicionalmente excluídos, como os negros (4,4%), analfabetos (5,8%) e os da periferia (4,4%).

Fora do coro dos entusiastas, há diversas críticas que destacam, principalmente, a ausência de dados concretos e confiáveis para se constatar a diminuição da desigualdade no país, bem como a permanência da grande concentração de renda e a falta de medidas na área fiscal, com a tendência de que a sociedade se torne cada vez mais polarizada.

O jornalista Clovis Rossi⁷ critica o fato de que “o único estudo que mostra a queda da desigualdade (a partir de 1995, portanto, no governo Fernando Henrique Cardoso⁸) é a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios), do IBGE. Os pesquisadores perguntam a renda da família. Quem vive só de trabalho ou de outro rendimento fixo diz o que ganha. Quem, além do salário ou de rendimento fixo, recebe proventos advindos de aplicações financeiras omite essa parte da renda”, afirma. Para Rossi, é ainda temerária, e não científica, qualquer

desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento “Variabilidade e mutabilidade” (“Variabilidade e mutabilidade” em italiano), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (português brasileiro) ou rendimento (português europeu) (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda (português brasileiro) ou rendimento (português europeu), e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100). (Nota da IHU On-Line)

7 **Clovis Rossi** (1943): é um jornalista brasileiro e colunista da Folha de S. Paulo. (Nota da IHU On-Line)

8 **Fernando Henrique Cardoso** (1931): Sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combater a inflação. (Nota da IHU On-Line).

de economia internacional na Universidade de Paris XIII. É um grande crítico do neoliberalismo, sendo seu livro *A mundialização do capital*, publicado no Brasil em 1996, uma de suas obras de maior repercussão no Brasil. Em 2005, a Editora Boitempo, publicou outro importante trabalho organizado por Chesnais sobre a financeirização da economia: *A finança mundializada*. (Nota da IHU On-Line)

4 **Ricardo Paes de Barros**: pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), conduzindo pesquisas no campo de desigualdade social, educação, pobreza e mercado de trabalho no Brasil e na América Latina. Entre 1990 e 1996, foi professor convidado da Universidade de Yale. Entre 1999 e 2002 foi Diretor de Estudos Sociais do IPEA. Nos anos de 1995 e 2000, recebeu o prêmio Haralampoulos Simeonidis. Em 2000 o prêmio Mario Henrique Simonsen e em 2012 o prêmio Celso-Furtado. Foi, em 2005 admitido na Ordem Nacional do Mérito Científico, na classe de comendador e em 2009 passou a integrar o corpo de cientistas da Academia Brasileira de Ciências. Atualmente é Subsecretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República SAE/PR. (Nota da IHU On-Line)

5 **Marcelo Cortês Neri**: é um economista brasileiro. É o atual presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desde setembro de 2012 e ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República desde 22 de março de 2013. (Nota da IHU On-Line)

6 **Coefficiente de Gini**: é uma medida de

afirmação sobre a desigualdade, seja em relação à sua diminuição, aumento ou estabilidade. Há, sim, um índice que pode apontar para o fato de que ela teria aumentado, uma vez que, “para os 40 milhões de beneficiários do Bolsa Família, o governo destina não mais do que 0,5% do PIB a cada ano. (...) Já os poucos milhões que recebem o ‘Bolsa Juros’ levam, no mínimo, quatro vezes mais, como em 2009, o ano em que os juros representaram 2% do PIB”, acrescenta.

Há alternativas para a desigualdade mundial?

Para o economista brasileiro Luiz Gonzaga Belluzzo,⁹ hoje há um acum-

9 Luiz Gonzaga Belluzzo: é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em Economia Industrial pelo Instituto Latino-Americano de Planificação-Cepal e doutor em Economia pela Universidade de Campinas - Unicamp. Foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e, atualmente, é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. É autor, entre outros, de *O capital e suas metamorfoses* (São Paulo: Unesp, 2013), *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global* (Campinas: Facamp, 2009) e de *Temporalidade da Riqueza - Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo* (Campi-

placiamento global das instituições financeiras com a política de interesses. Nesse sentido, elas “necessitam do apoio de condições institucionais e legais construídas sob o domínio doutrinário e ideológico do establishment, para não falar da escancarada complacência financeira dos parlamentos e dos tribunais. Sem esses apoios cruciais, não podem adestrar seus músculos na disputa pela partilha da riqueza em todos os rincões do planeta”.

Afinal, há saída para essa absolutização dos dogmas neoliberais, enraizados nas formas de convívio e organização da vida em sociedade, no momento atual? Para intelectuais como o antropólogo David Graeber¹⁰,

nas: Oficinas Gráficas da UNICAMP, 2000). (Nota da IHU On-Line)

10 David Graeber (1961): é um anarquista, antropólogo e professor de antropologia social, no Colégio Goldsmith da Universidade de Londres. Anteriormente foi professor associado na Universidade de Yale, instituição que, anteriormente, se negou a recontratá-lo após o término de seu contrato em junho de 2007, assunto em torno do qual se apresentam controvérsias e cartas de apoio ao professor e de repúdio à decisão da diretoria da universidade. Graeber participa ativamente em movimentos sociais e políticos, protestando contra o Fórum Econômico

parece que não. Em sua análise, “o período em que o capitalismo pareceu capaz de garantir uma prosperidade ampla foi também, precisamente, o período no qual os capitalistas se viram como sendo não os únicos atores em jogo: foi quando eles enfrentaram um rival mundial no bloco soviético, os movimentos revolucionários anti-capitalistas do Uruguai à China e, pelo menos, a possibilidade de rebeliões por parte dos trabalhadores locais”.

Sendo assim, o verdadeiro problema atual é o de abandonar o fascínio pelas finanças, desafio não compreendido pela social-democracia ocidental, e garantir as bases para que ocorra uma autêntica transição energética, pois “a transição ecológica é inseparável de uma transição social”. O êxito está em romper com o monopólio da riqueza nas mãos de uma minoria, que dela se serve “para destruir o ambiente e esgotar os nossos recursos”.

Mundial de 2002 e o movimento Occupy Wall Street. Ele é membro do Industrial Workers of the World e faz parte do comitê da Organização Internacional para uma Sociedade Participativa. (Nota da IHU On-Line)

Acesse o Twitter do IHU em twitter.com/_ihu

Estante

Hegel. Sistema, método e estrutura

Os filósofos Agemir Bavaresco e Danilo Vaz-Curado, prefaciadores da tradução brasileira da obra de Charles Taylor sobre Hegel, evidenciam o percurso da obra do pensador no Brasil e as contribuições que a publicação vem trazer aos estudos do iluminismo alemão no País

POR MÁRCIA JUNGES E ANDRIOLLI COSTA

Em 1975, o filósofo canadense Charles Taylor escreve a obra *Hegel*, analisando não apenas o pensamento do pensador alemão, como também sua relação com o espírito do tempo – traçando as bases de sua filosofia em três fundamentos: o movimento literário *Sturm und Drang*, o romantismo e o iluminismo. A obra chega finalmente ao Brasil em 2014 sob o título *Hegel. Sistema, método e estrutura* (São Paulo: É Realizações, 2014).

Os filósofos brasileiros Agemir Bavaresco e Danilo Vaz-Curado, responsáveis por escrever o prefácio da tradução brasileira obra, relatam, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, que mesmo diante da grande colaboração de escritores, pensadores e tradutores, ao longo das décadas a obra de Hegel sempre foi apresentada em partes aos leitores brasileiros. “Ao apresentar o filósofo na totalidade de sua reflexão, temas e problemas, Charles Taylor ainda o logra fazê-lo expondo os termos técnicos do hegelianismo numa linguagem simples e acessível.”

Ainda de acordo com eles, a obra abre espaço para a discussão de temas como *Self*, a crise do espaço e do *locus* da religião na modernidade, a crise do sentido, a desestruturação do modelo moderno da arte, a reconfiguração comunitária e seus padrões institucionais, a reorganização do espaço do político e a relação entre razão e história. “Neste sentido, pode-se dizer que Charles Taylor foi profundamente hegeliano em suas análises, pois procurou compreender, descrever e explicitar Hegel como um filho de seu tempo, oportunizando, com

as constatações e respostas hegelianas, índices para as nossas próprias constatações e respostas.”

Agemir Bavaresco possui graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas - UCPel, graduação em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e bacharelado em Direito pela UCPel. Realizou mestrado em Filosofia pela PUCRS e doutorou-se em Filosofia na Université Paris I (Pantheon-Sorbonne); seu pós-doutorado foi na Fordham University. Foi professor visitante na University of Pittsburgh e realizou pesquisa pós-doutoral na University of Sydney. Atualmente é professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS.

Danilo Vaz-Curado é graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco - Unicap, onde cursou especialização em Ciências Políticas e atualmente é professor. É mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, com a dissertação *Dialética, Religião e a construção do conceito de liberdade nos Theologische Jugendschriften de G. W. F. Hegel*. Possui ainda doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, estudando a estrutura lógica do reconhecimento na filosofia de Hegel, com pós-doutorado na mesma universidade. É um dos autores de *Carl Schmitt contra o 'Império'* (Recife: EdUFPE, 2009) e escreveu *A interrogação filosófica no pensamento de Hegel* (Munich: Grin Publishing GmnH, 2012).

Confira a entrevista.

IHU On-line – Qual é o esforço e a temática centrais na obra *Hegel. Sistema, método e estrutura* (São Paulo: É Realizações, 2014), de Charles Taylor?

Agemir Bavaresco e Danilo Vaz-Curado – A obra de Charles Taylor¹, publi-

¹ Charles Taylor (1931): filósofo canadense, autor de vários livros como *Sources of the Self. The Making of the Modern Identity*, editado em 1989 e traduzido para

o português sob o título *As fontes do self. A construção da identidade moderna* (São Paulo: Loyola, 1997). Também é autor do livro *The malaise of modernity* (Concord: Anansi, 1991). Em português podem ser conferidos, ainda, *Argumentos filosóficos* (São Paulo: Loyola, 2000), *Multiculturalismo: Examinando a política de reconhe-*

cada em português pela editora *É Realizações*, centra-se em apresentar e avaliar o potencial hermenêutico das reflexões hegelianas assumindo um princípio interno à própria reflexão de Hegel², qual seja, a *ideia de que a verdade é todo*.

Desta perspectiva, o sistema hegeliano é incitado a explicitar a produtividade de suas reflexões no contexto global da obra, sem cindir o método enquanto movimento do pensar da rede conceitual que se desvela segundo este método, a estrutura. Para atingir uma reflexão que se coloque no estágio de abarcar o todo das preocupações e traduções conceituais do tempo de Hegel, Taylor divide a obra em seis capítulos, os quais vão desde a reconstituição das demandas da razão especulativa até a interrogação acerca da atualidade de Hegel para nosso tempo.

No percurso de explicitação global do pensamento hegeliano o tema

cimento (Lisboa: Instituto Piaget, 1998) e *Uma era secular* (São Leopoldo: Unisinos, 2010). Sobre sua obra, confira as entrevistas *Em uma era secularizada o perigo de se construir um horizonte fechado é muito grande*, concedida pelo filósofo Elton Vitoriano Ribeiro e publicada na edição 297 da IHU On-Line, disponível em <http://bit.ly/dXupN9>, e *As religiões estão se tornando cada vez mais globais*, concedida pelo teólogo José Casanova e publicada na edição 388 da IHU On-Line, disponível em <http://bit.ly/L2xby8>. De 24 a 25-04-2013, Charles Taylor esteve na Unisinos como conferencista principal do debate *Liberals-comunitários: colóquio com Charles Taylor*, cujas informações podem ser conferidas em <http://bit.ly/13hyKA4>. Entre 26 e 29-04-2013, Taylor foi o conferencista do evento *Religiões e Sociedade nas trilhas da secularização*, cuja programação pode ser conferida em <http://bit.ly/XWct3k>. Leia ainda o artigo *Nem todas as reformas vêm para prejudicar*, escrito por Charles Taylor e publicado em 09-06-2009 no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/lin3ha>. (Nota da IHU On-Line)

2 Friedrich Hegel (Georg Wilhelm Friedrich Hegel, 1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sobre Hegel, confira no link <http://bit.ly/ihuon217> a edição 217 da IHU On-Line, de 30-04-2007, intitulada *Fenomenologia do espírito, de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1807-2007)*, em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. Veja ainda a edição 261, de 09-06-2008, *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <http://bit.ly/ihuon261>, e *Hegel. A tradução da história pela razão*, edição 430, disponível em <http://bit.ly/ihuon430>. (Nota da IHU On-Line)

da liberdade é focalizado em diversas perspectivas como aquela do lugar da liberdade na constituição da subjetividade, da política como *topos* da liberdade comunitariamente mediatizada mediante as instituições, da relação entre a razão e a história e do absoluto como o efetivamente livre.

Assim, a obra *Hegel* de Charles Taylor apresenta a mais compreensível meditação, seja na extensão dos temas, como na profundidade da reflexão, do pensamento hegeliano em português.

IHU On-line – Em que medida esse livro traz um esforço para que Hegel seja devidamente compreendido?

Agemir Bavaresco e Danilo Vaz-Curado – A recepção da obra hegeliana no Brasil é muito rica. Poderíamos citar as primeiras tentativas de Lívio Xavier³ em promover a recepção de Hegel ao traduzir, pela editora Athenas, a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* no ano de 1936, mesmo que de modo incompleto e sem os acréscimos e comentários de Hegel; e as originais contribuições de Cirne-Lima⁴ e

3 Lívio Xavier [Lívio Barreto Xavier] (1900-1988): jornalista e tradutor brasileiro, responsável por traduzir para o português obras de autores como Hegel, Spinoza, Maquiavel, Trotsky, Gandhi e Rosa Luxemburgo. (Nota da IHU On-Line)

4 Carlos Roberto Velho Cirne-Lima (1931): filósofo brasileiro, professor emérito do PPG em Filosofia da Unisinos. Ingressou no seminário jesuíta aos 16 anos. Nas duas décadas em que pertenceu à Companhia de Jesus, dedicou-se aos estudos de Filosofia e Teologia, ingressando em 1949 no Berchmannskolleg Pullach Bei München. A partir de 1953, cursou Teologia em Frankfurt e Innsbruck, Áustria, onde conheceu os professores Karl Rahner e E. Coreth. Doutorou-se em Filosofia, em 1959, pela Universität Innsbruck. No início da década de 1960 retornou ao Brasil, e em seguida voltou para a Europa, onde lecionou na Universidade de Viena, iniciando, então, sua segunda etapa de formação filosófica. Nesse período, iniciou seus estudos sobre Leibniz, Kant, Schelling e Hegel. Em 2006, inovou ao editar o CD-Rom *Dialética para todos*, no qual apresenta, com uma linguagem didática, suas teorias sobre dialética e sistema filosófico. Entre seus livros publicados, citamos *Realismo e Dialética. A analogia como dialética do Realismo* (Porto Alegre: Globo, 1967), *Sobre a contradição* (Porto Alegre: Edipucrs, 1993), *Nós e o Absoluto* (São Paulo: Loyola, 2001), *Dialética para Principiantes* (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002) e *Depois de Hegel. Uma reconstrução crítica do sistema neoplatônico* (Caxias do Sul: Educus, 2006). Confira suas

sua crítica centrada no reducionismo lógico que Hegel promove na liberdade, padecendo do vício do necessitarismo e que encontram atualização e ampliação em Eduardo Luft⁵.

Seguindo uma perspectiva não necessariamente histórica, poderíamos situar como fundamental na compreensão de Hegel, entre nós, a reflexão de Henrique Cláudio de Lima Vaz⁶, que busca compreender Hegel

entrevistas na 80ª edição da IHU On-Line, de 20-10-2003, intitulada *As universidades perderam a unidade do saber*, disponível em <http://bit.ly/ihuon80>, e outra na 102ª edição, de 24-05-2004, sob o título *Karl Rahner defendeu ideias, antes do tempo, cedo demais!*, disponível em <http://bit.ly/ihuon102>. Veja ainda a da edição 142, de 23-05-2005, intitulada *O ser humano como sujeito social na Teoria dos Sistemas, Auto-Organização e Caos*, disponível em <http://bit.ly/ihuon142>. Cirne-Lima foi um dos integrantes da mesa-redonda que debateu o assunto com os filósofos Karen Gloy, da Universidade de Lucerna, Áustria, e Günther Küppers, da Universidade de Bielefeld, Alemanha; concedeu a entrevista *Dialética para todos: Aristóteles com o controle-remoto na mão*, na edição 183, de 05-06-2006, em <http://bit.ly/ihuon183>. Confira ainda a entrevista à edição 217 da IHU On-Line, de 30-04-2007, com o título *Quando Hegel fala em contradição, entenda-se contrariedade*, disponível em <http://bit.ly/ihuon217>. A IHU On-Line dedicou a edição 261 ao pensamento de Carlos Roberto Velho Cirne-Lima, publicada em 09-06-2008 e disponível em <http://bit.ly/ihuon261>. (Nota da IHU On-Line)

5 Eduardo Luft: jornalista, mestre em Filosofia e doutor em Filosofia pela PUCRS e Universidade de Heidelberg, Alemanha. Autor dos livros *Para uma crítica interna ao sistema de Hegel* (Porto Alegre: Edipucrs, 1995) e *As sementes da dúvida* (São Paulo: Mandarim, 2001). (Nota da IHU On-Line)

6 Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921-2002): filósofo e padre jesuíta, autor de importante obra filosófica. A revista *Síntese* nº 102, jan.-ab. 2005, p. 5-24, publica o artigo *Um Depoimento sobre o Padre Vaz*, de Paulo Eduardo Arantes, professor do Departamento de Filosofia da USP, que merece ser lido e consultado com atenção. A IHU On-Line número 19, de 27-05-2002, disponível em <http://bit.ly/ihuon19>, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra de Lima Vaz, com o título *Sábio, humanista e cristão*. Sobre ele também pode ser consultado na IHU On-Line nº 140, de 09-05-2005, um artigo em que comenta a obra de Teilhard de Chardin, disponível em <http://bit.ly/ihuon140>. A edição 142, de 23-05-2005, publicou a editoria *Memória em homenagem a Lima Vaz*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon142>. Confira ainda a entrevista *Vaz: intérprete de uma civilização arreligiosa*, com Marcelo Fernandes de Aquino, na edição 186, de 26-06-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon186>; e *Vaz e a filosofia da nature-*

como o grande caudal no qual a metafísica ocidental se eclipsa através de seu conceito de absoluto, e têm em José Henrique Santos⁷, Joaquim Salgado⁸, Leonardo Alves⁹, entre outros, seus continuadores.

Continuando este percurso, encontramos a obra de Denis Rosenfield¹⁰ e sua inevitável meditação so-

bre a relação entre lógica e política como condição da compreensão da liberdade em Hegel, a qual se estende nas ampliações promovidas por Agemir Bavaresco, José Pertille¹¹, Inácio Helfer¹², Pedro Novelli¹³, Eduardo Chagas, entre outros; e em estreita relação com as três anteriores situamos Paulo Meneses¹⁴ e seu esforço por traduzir e apresentar Hegel em português e relacionar metafísica e cultura como elos indissociáveis da reflexão hegeliana e que atualmente encontra eco na reflexão de Alfredo Morais e Danilo Vaz-Curado.

Num mesmo processo, contudo agudizando verticalmente esta autocompreensão do hegelianismo, chega-se à recepção de Hegel no encontro com Kant como a vem efetivando o Prof. Juan Bonaccini¹⁵ e à recuperação do potencial hegeliano na reflexão de fronteira entre a filosofia e a teologia com a obra seminal de Marcelo Aquino¹⁶; desta à escola de

Campinas com Marcos Lutz Müller e seus alunos e orientandos, e mesmo dos colegas alemães que se fixaram no Brasil e deste solo refletem sobre Hegel, como Konrad Utz¹⁷, Karl-Heinz Efen¹⁸, Christian Iber¹⁹, Christian Klotz²⁰, entre outros.

Todavia, esta recepção enquanto movimento ao mesmo tempo histórico e filosófico ainda não logrou apresentar Hegel no conjunto de sua obra, temas, problemas e aporias, e se ela auxiliou e auxilia a compreensão de Hegel, entre nós, ela se fez por partes ou tematizações aporéticas, e é exatamente neste ponto que reside a grandeza da obra *Hegel* de Charles Taylor, pois ao apresentar o filósofo na totalidade de sua reflexão, temas e problemas ainda o logra fazê-lo expando os termos técnicos do hegelianismo numa linguagem simples e acessível.

IHU On-line – Em que sentido Taylor relaciona Hegel à história da filosofia que o precede e, particularmente, às principais questões intelectuais e espirituais de seu tempo?

Agemir Bavaresco e Danilo Vaz-Curado – Na obra, Charles Taylor preocupa-se principalmente em situar Hegel, sua formação e as respostas que ele elabora no desenvolvimento de sua obra na encruzilhada de três grandes processos de autogestão da modernidade, os quais são: a *Sturm und Drang*²¹, o romantismo e

humanidade absorvida pelo mundo dos objetos, hoje virtuais? Uma pergunta que não cala, disponível em <http://bit.ly/ihuon374>. (Nota da IHU On-Line)

17 Konrad Christoph Utz: teólogo com doutorado em Filosofia pela Universität Tübingen. Sua tese foi *A necessidade do acaso. A dialética especulativa de Hegel na Ciência da Lógica*. (Nota da IHU On-Line)

18 Karl-Heinz Efen: filósofo e teólogo com doutorado em Filosofia pela PUCRS. Sua tese teve o título: *O Estado democrático de direito na perspectiva da teoria do discurso de J. Habermas*. (Nota da IHU On-Line)

19 Christian Iber: filósofo alemão doutorado na Freie Universität Berlin, teve com tese o desenvolvimento da essência como reflexão e a lógica das determinações da reflexão na Ciência da Lógica de Hegel. (Nota da IHU On-Line)

20 Hans Christian Klotz: filósofo com doutorado em filosofia pela Ludwig-Maximilians-Universität München, cujo tema da tese foi a refutação do idealismo abusivo de Kant. (Nota da IHU On-Line)

21 Sturm und Drang: do alemão “tempestade e ímpeto”, foi um movimento literário romântico que ocorreu na Alemanha entre 1760 e 1780. De característica nacionalista e remetendo a um re-

za, com Armando Lopes de Oliveira, na edição 187, de 03-07-06, disponível em <http://bit.ly/ihuon187>. Veja também os artigos intitulados *O comunitarismo cristão e a refundação de uma ética transcendental*, na edição 185, de 19-06-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon185>, e *Um diálogo cristão com o marxismo crítico. A contribuição de Henrique de Lima Vaz*, na edição 189, de 31-07-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon189>, ambos de autoria do Prof. Dr. Juarez Guimarães. Inspirada no pensamento de Lima Vaz, a IHU On-Line 197, de 25-09-2006, trouxe como tema de capa *A política em tempos de niilismo ético*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon197a>. *Padre Vaz e o diálogo com a modernidade* foi o tema abordado por Marcelo Perine em uma conferência em 22-05-2007, no *Simpósio Internacional O futuro da Autonomia. Uma sociedade de indivíduos?*. Leia, também, a edição 374 da **IHU On-Line** sobre o legado filosófico vaziano, de 26-09-2011, em <http://bit.ly/ihuon374>. A 42ª edição dos **Cadernos IHU** também teve um tema dedicado ao pensador, intitulado *Ética e Intersubjetividade: a filosofia do agir humano segundo Lima Vaz*, de autoria de Antonio Marcos Alves da Silva; acesse pelo link <http://bit.ly/cadihu42>. (Nota da IHU On-Line)

7 José Henrique Santos: filósofo brasileiro, autor de *Do empirismo à fenomenologia: a crítica antipsicologista de Husserl e a ideia da lógica pura* (Livreria Cruz Braga: Portugal, 1973) e *Trabalho e riqueza na Fenomenologia do espírito de Hegel* (São Paulo: Loyola, 1993). Nesta edição, confirma o artigo *Rememorando a Fenomenologia do espírito*, enviado pelo autor à IHU On-Line. (Nota da IHU On-Line)

8 Joaquim Carlos Salgado (1939): filósofo brasileiro do Direito e do Estado, conhecido por seu esforço na divulgação do Idealismo alemão no Brasil. (Nota da IHU On-Line)

9 Leonardo Alves Vieira: filósofo brasileiro natural de Minas Gerais, doutor em Filosofia pela Universität Gesamthochschule Kassel com a tese *Liberdade enquanto culto. Aporias e limites da concepção hegeliana da liberdade*. (Nota da IHU On-Line)

10 Denis Rosenfield: filósofo brasileiro, doutor em Filosofia pela Universidade de Paris I e pós-doutor pela Ecole Normale Supérieure de Fontenay-St.Cloud. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, é autor, entre outras obras, de *Liberdade de Escolha* (Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, 2009), *Reflexões sobre o direito à propriedade* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2007) e *Hegel* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002). (Nota da IHU On-Line)

11 José Pinheiro Pertille: filósofo brasileiro, doutor em Filosofia pela UFRGS com a tese *Faculdade do espírito e riqueza material: face e verso do conceito Vermögen na Filosofia de Hegel*. (Nota da IHU On-Line)

12 Inácio Helfer: filósofo brasileiro, doutor em Filosofia pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne com uma tese sobre a filosofia da história de Hegel. Seu pós-doutorado na Université de Montréal foi na área de história da filosofia e ética. (Nota da IHU On-Line)

13 Pedro Geraldo Aparecido Novelli: filósofo brasileiro com doutorado em Educação pela Unicamp com uma tese sobre o idealismo hegeliano e o materialismo marxista. Seu pós-doutorado, na Ruhr-Universität, também envolveu a obra hegeliana. (Nota da IHU On-Line)

14 Paulo Meneses (1924-2012): filósofo brasileiro, graduado em Filosofia pela Faculdade Pontifícia de Friburgo, e doutor pela Universidade Católica de Pernambuco - Unicap, onde é professor. Entre outros, escreveu *Para ler a Fenomenologia do Espírito* (São Paulo: Loyola, 1985). (Nota da IHU On-Line)

15 Juan Adolfo Bonaccini: filósofo com doutorado em Filosofia pela Universität Freiburg, cuja dissertação abordou o conceito de coisa em si no idealismo alemão. (Nota da IHU On-Line)

16 Marcelo Fernandes de Aquino: filósofo brasileiro, reitor da Unisinos. Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Aloisianum e em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG) em Roma, Itália, é mestre em Teologia e Filosofia pela PUG, onde também cursou doutorado em Filosofia com a tese *O conceito de religião em Hegel* (São Paulo: Loyola, 1989). É pós-doutor pelo Boston College. Confirma a entrevista concedida por Aquino à **IHU On-Line** 374, de 26-09-2011, sobre Lima Vaz, intitulada *Será a*

o iluminismo. Tal perspectiva, numa primeira análise, poderia parecer óbvia, pois numa aproximação temporal são estes os movimentos que lhe são postos historicamente, mas a própria obra de Hegel ao se estruturar impõe também numa análise imediata uma aparente rejeição destes temas.

Taylor traça assim uma grande reconstituição da constelação dos temas e problemas destes três movimentos e os apresenta como a base e o solo para a razão especulativa, o modo próprio a que Hegel chegou em sua reflexão. Ao fazê-lo, Charles Taylor pode encontrar em Hegel e na sua tradução conceitual da realidade a tentativa de explicitar os problemas de sua época, os quais para Taylor, naquilo que eles expressam de fundamental, ainda são os problemas de nossa época.

Assim, temas como *Self*, a crise do espaço e do *locus* da religião na modernidade, a crise do sentido, a desestruturação do modelo moderno da arte, a reconfiguração comunitária e seus padrões institucionais, a reorganização do espaço do político, a relação entre razão e história, entre outros, são os problemas, reciprocamente na análise de Taylor, de Hegel, e nossos.

Neste sentido, pode-se dizer que Charles Taylor foi profundamente hegeliano em suas análises, pois procurou compreender, descrever e explicitar Hegel como um filho de seu tempo, oportunizando, com as constatações e respostas hegelianas, índices para as nossas próprias constatações e respostas.

IHU On-line – Como o filósofo canadense analisa os ideais de individualidade e autorrealização no sistema hegeliano?

Agemir Bavaresco e Danilo Vaz-Curado – Ao descrever como em Hegel se estruturam os temas conexos da individualidade e a autorrealização, Taylor propõe que é em Herder e não em Aristóteles que Hegel principalmente se inspira, o que conduz a uma original interpretação dos temas da individualidade e da autorrealização no seio do hegelianismo.

Na perspectiva posta por Hegel, segundo Charles Taylor, a ideia de uma teleologia do incondicionado

se esvazia, abrindo espaço para uma compreensão expressivista da individualidade e da autorrealização, pois a subjetividade não se define apenas pela efetivação de propósitos, mas como efetivação e aclaração destes mesmos propósitos enquanto concretização da vida e aclaração de significados, rompendo a clássica dicotomia entre ser e significar.

Ao conectar individualidade e autorrealização ao projeto expressivista, Taylor pôde postular uma individualidade autodefinitória sem precisar assumir uma objetivação cientificista da natureza, sem cindir humanidade e natureza, deslocando a centralidade do *logos* para a *poiesis*, reestruturando a relação linguagem e significado. Assim, Hegel, segundo Taylor, pode assumir o projeto iluminista de Kant sem precisar cindir natureza e humanidade, pode assumir as aspirações da perspectiva romântica sem cair nos unilateralismos, e mesmo incorporar as reflexões da *Sturm und Drang* sem renunciar à racionalidade filosófica moderna.

Hegel assume na reflexão tayloriana o indivíduo como dotado de uma razão ampliada que incorpora a sensibilidade e a unifica sem dissolvê-las, razão e natureza, na unidade expressiva íntima a cada individualidade em seu processo de busca de autorrealização.

IHU On-line – Qual é a importância da filosofia de Hegel no conjunto da obra desenvolvida por Charles Taylor?

Agemir Bavaresco e Danilo Vaz-Curado – Charles Taylor encontra em Hegel a mais compreensiva síntese das questões e problemas de uma conflituosa época, e no seio desta reflexão sistemática vê emergir os limites de uma compreensão unilateral dos problemas especificamente humanos como propostos pela ciência, pelo capitalismo, pela psicologia behaviorista, etc. Parece-nos que Hegel adverte a Charles Taylor que os grandes e fundamentais problemas de nossa época, a de Taylor, encontram sua gestação e estruturação na época de Hegel, de forma que o diagnóstico hegeliano está repleto de acertos, mas suas propostas necessitam ser reavaliadas à luz de nossa época. E é nesta clivagem que Charles Taylor constrói sua obra filosófica dotada de originalidade e fecundidade hermenêutica.

IHU On-line – Quais são as ressonâncias do conceito de *aufhebung*²² hegeliano enquanto discurso sistemático em movimento nas obras *Hegel. Sistema, método e estrutura de Hegel e a sociedade moderna, de 2005?*

Agemir Bavaresco e Danilo Vaz-Curado – Tanto em *Hegel*, publicado pela *É Realizações*, como em *Hegel e a sociedade moderna*, publicado pelas edições Loyola, há o desenvolvimento da dinâmica do pensar segundo o ritmo hegeliano, de modo que a *aufhebung* emerge como uma metacategoria que perpassa tanto o todo da obra hegeliana como o todo da obra tayloriana dedicada a Hegel.

Assim, Taylor apresenta em suas análises a letra e o espírito do hegelianismo, sem incorrer nas unilateralidades próprias da reflexão que apenas compreende a realidade à luz de contraposições e oposições, como aquelas que, por não refletirem segundo o ritmo da *aufhebung*, acusam Hegel de ser promotor dos totalitarismos sejam de esquerda ou de direita, ou que o acusam de ser o filósofo da identidade de indiferenciada, etc.

Leia mais...

- *O olhar de Hegel sobre a história e seus heróis*. Entrevista com Agemir Bavaresco, na edição 430 da **IHU On-Line**, de 21-10-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon430>.
- *O trabalho filosófico como síntese da tradição cristã*. Entrevista com Danilo Vaz-Curado, na edição 412 da **IHU On-Line**, de 18-12-2012, disponível em <http://bit.ly/ihuon412>.
- *Hegel. A tradução da história pela razão*. Edição 430 da **IHU On-Line**, de 21-10-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon430>.
- *Fenomenologia do espírito de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. 1807-2007*. Edição 217 da **IHU On-Line**, de 30-04-2007, disponível em <http://bit.ly/ihuon217>.

²² *Aufheben*: palavra alemã de largo uso na filosofia hegeliana que quer dizer, ao mesmo tempo, “superar” e “conservar”, na condição de tese e antítese que interagem, formando uma síntese. Também é traduzida como *suprassumir*. Nesse conceito é importante o entendimento da contrariedade como motor da dialética. (Nota da **IHU On-Line**)

gresso às raízes, surge a partir do título de uma peça de Friedrich Maximilian von Klinger publicada em 1776. (Nota da **IHU On-Line**)

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

A flexibilização da existência e do conhecimento

Para Maurício Ferreira, desde meados do século XX o modelo de pensamento hegemônico requer a formação de cidadãos “flexíveis naquilo que são e do que sabem”, de forma a melhor se adaptarem às necessidades e exigências do mercado

POR LUCIANO GALLAS

“Poucas vezes se esperou tanto dos professores quanto agora. Isso porque, também, nunca se exigiu tanto dos sujeitos. Dentro de uma lógica de tempo e espaço estáveis, previsíveis e ordenados, constituíam-se indivíduos disciplinados – úteis às linhas de produção ou aos sistemas burocráticos. Com as mudanças na ordem cultural, social e econômica, fortemente potencializadas a partir da segunda metade do século XX, novos modos de regulação passaram a organizar a vida em sociedade e a requerer outro tipo de cidadão. Não mais uma identidade para toda a vida, mas flexíveis naquilo que são e do que sabem. Parece-me que os professores assumem essa forma de participação da racionalidade neoliberal”, aponta Maurício Ferreira.

Nesta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o professor debate as práticas de poder existentes nas relações de trabalho, principalmente na atividade docente; as implicações entre educação e atividade profissional; as estratégias neoliberais de governo e a *economia da educação*, entre outras abordagens. Conforme Ferreira, na sociedade atual, o conceito de qualidade de ensino é caracterizado na forma de potência geradora da desigualdade, âmbito em que a inovação e os saberes – percíveis, na forma como administrados pelo pensamento hegemônico – orientam os sujeitos de quando e em que áreas investir nas suas próprias carreiras profissionais. “Essas formações não ocorrem por ‘simples’ decretos governamentais, por programas sociais da iniciativa privada e muito menos

por ações individuais ou coletivas do professorado. Há uma ordem, uma lógica, que racionaliza essas práticas disseminadas pela sociedade. Em termos de educação escolar, a expressão dessa racionalidade é, a meu ver, a economia da educação”, afirma o docente.

Maurício dos Santos Ferreira é pedagogo formado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS na linha de pesquisa Estudos Culturais. Atualmente, é professor e coordenador do Curso de Pedagogia da Unisinos, integrando o Núcleo de Formação Docente e o Grupo Articulador da Educação das Relações Etnicorraciais, além de professor convidado do Programa de Pós-Graduação da Aupex. A partir do eixo educação e trabalho, investiga as conexões entre governamentalidade neoliberal e os arranjos contemporâneos no campo da educação, utilizando da obra de Michel Foucault como referencial teórico para analisar as práticas de poder que sustentam as atuais configurações do trabalho docente e as relações implícitas no conceito vigente de educação de qualidade. O professor estará no Instituto Humanitas Unisinos – IHU no dia 04-09, quinta-feira, quando apresentará a conferência *O Perfil Profissional Contemporâneo: campo estratégico de investimentos, competitividade e governo da população* na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, das 17h30min às 19 horas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – No que consiste o conceito foucaultiano de governamentalidade?

Maurício Ferreira – Dentre as ferramentas analíticas que Michel

Foucault¹ nos oferece, encontramos

¹ Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido à sua

morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria

no conceito de governamentalidade de uma grade de inteligibilidade das formas de exercício do poder amplamente assimiladas pelas sociedades ocidentais a partir do século XVIII. Esse conceito é apresentado pela primeira vez na aula ministrada pelo filósofo em 1º de fevereiro de 1978 no Collège de France², definindo-o a partir de três aspectos: como o conjunto de instituições e práticas que

IHU On-Line – De que forma os conceitos de governamentalidade e de discurso servem de ferramentas analíticas das práticas de poder presentes nas relações de trabalho?

Maurício Ferreira – É importante ressaltar que os estudos foucaultianos têm contribuído para “tornar difíceis os gestos fáceis demais”⁵. No meu caso, busco no filósofo, entre outros aspectos, experiências teórico-metodológicas que me ajudem a problematizar as relações contemporâneas entre Educação e Trabalho, geralmente apresentadas como já dadas, “naturalmente” desejadas por todos, condicionantes do progresso e do bem-estar, ou seja, de pouca contestação por parte dos sujeitos. Orientado por essa desconfiança, tenho armado análises em que a governamentalidade e a análise foucaultiana de discurso entram como principais alavancas. A primeira, a governamentalidade, permitiu-me, assim, compreender os dispositivos e estratégias do mundo do trabalho não somente como ações que possibilitam certas relações entre o capital e o trabalho em uma ordem econômica. De forma mais ampla e insidiosa, diria que são práticas de poder que constituem dimensões do social, das identidades e das subjetividades. O que decorre de tal abordagem é que se pensarmos o governo das coletividades não somente como doutrina econômica e sim como um “jogo”, como prática que posiciona, estrategicamente, o Estado, as demais instituições e a população no campo social, inferimos que foi a partir da concepção de liberdade de escolha, liberdade de ofertas, naturalização dos eventos econômicos, dispositivos de seguridade que regulavam essas liberdades, que a vida emergiu como objeto do poder. Hoje, devotamos cada vez mais as nossas vidas e experiências ao projeto neoliberal.

Já o discurso, tematizado pelo filósofo, afasta-se das análises linguísticas que o veem como uma representação do mundo, uma materialização do pensamento. Foucault identifica-o não

permitem o exercício do poder sobre a população; como a tendência no Ocidente do exercício do governo, entendido como a condução das condutas dos sujeitos; e, por fim, como o resultado do processo pelo qual os Estados de Justiça da Idade Média foram, pouco a pouco, se governamentalizando, o que resultou nos modernos Estados Administrativos. Ao combinar táticas, cálculos e reflexões, surge, em meio à “crise de governo”, a governamentalidade, que não seria possível ser pensada sem a noção da população. Senellart³ comenta que a governamentalidade é definida por Foucault como as relações e técnicas que formularam o Estado moderno, mas o conceito amplia-se de tal modo que passa a ser o ponto de partida para a análise das relações de poder em geral. Tal teorização permitiu ao filósofo analisar as práticas modernas de poder sob a ótica da governamentalidade liberal, cuja ênfase dava-se na seguridade, e das estratégias contemporâneas de governo identificadas com a governamentalidade neoliberal, voltadas à competição.

Posteriormente ao Curso de 1978, Foucault retoma o conceito, em 1980, no Curso *Do Governo dos Vivos*⁴, onde explicita que a governamentalidade é o encontro entre as tecnologias de dominação (que uns exercem sobre os outros) e as técnicas de si (as quais cada sujeito opera sobre si mesmo). Em razão dessa potencialidade investigativa, tenho assumido esse conceito, articulando-o às operações da análise do discurso, como a principal ferramenta teórico-metodológica que me permite visibilizar e problematizar os “nós” de coerência entre as práticas que articulam a educação, o trabalho e suas condições de possibilidade, tanto no nível do sujeito quanto no da população.

opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura, O Nascimento da Clínica, As Palavras e as Coisas, A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas desse termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>, e edição 364, de 06-06-2011, intitulada ‘*História da loucura*’ e o discurso racional em debate, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Terres, concedida à IHU On-Line 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://bit.ly/ihuon325>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Confira a edição 343 da IHU On-Line que traz o mesmo título que o evento, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e a edição 344, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento *Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault*, que também foi tema da edição número 13 dos Cadernos IHU em formação, disponível para download em <http://bit.ly/ihuem13> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da IHU On-Line)

2 FOUCAULT, Michel. *Seguridad, Territorio, Población. Curso em el Collège de France: 1977-1978*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006. (Nota do Entrevistado)

3 SENELLART, Michel. *Situación de los Cursos*. In: FOUCAULT, Michel. *Seguridad, Territorio, Población. Curso em el Collège de France: 1977-1978*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006. p. 417-453. (Nota do Entrevistado)

4 FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos: Curso no Collège de France: 1979-1980*: excertos. 2ª Edição Ampliada. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011. (Nota do Entrevistado)

5 FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos. Ética, estratégia, poder-saber*. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4. (Nota do Entrevistado)

simplesmente como uma prática que nomeia as coisas do mundo, mas, principalmente, como produtor dos objetos de que fala. Sua análise do discurso tem me servido como “instrumento óptico” sobre o que circula a respeito do perfil profissional desejado e do tipo de saberes que sustentam as profissões alinhadas à racionalidade neoliberal⁶. Não se trata de meras descrições ou orientações profissionais, mas, acima de tudo, operações constituidoras de verdades acerca da educação, do trabalho e do trabalhador nos mais variados ramos de atividades laborais, desde o contínuo de uma empresa até professores que atuam em escolas e universidades.

IHU On-Line – Como se configuram as práticas de poder na organização atual do trabalho docente?

Maurício Ferreira – Tenho me ocupado, atualmente, com as configurações do trabalho docente na governamentalidade neoliberal. Em uma pesquisa anterior⁷, busquei compreender como as atuais exigências do mercado produzem um novo tipo de perfil profissional e que características o definiam. Agora, minha tese é de que, ao assumir o sujeito professor como trabalhador, mesmo sendo “trabalhador de um tipo especial”, conforme assevera António Nóvoa⁸, vemos a produção de certo perfil docente ideal, ou idealizado, pelo mercado. Tal lógica, ao “infiltrar-se” nas lides docentes, instala-se sob o nome de *economia da educação* – que define novos princípios, valores e metas, gerando, assim, uma espécie de *vertigem*. Desse modo, o trabalho docente passa a operar no curto prazo, de forma flexível, compe-

6 FERREIRA, Maurício dos Santos; TRAVERSINI, C. S. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. *Educação e Realidade*, v. 38, p. 207-226, 2013. (Nota do Entrevistado)

7 FERREIRA, Maurício dos Santos. *Curriculum Vitae: selecionam-se jovens que buscam, nas páginas do jornal, oportunidades de trabalho e que possuam...* - Porto Alegre, 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2009. (Nota do Entrevistado)

8 NÓVOA, António. *Para o Estudo Sócio-Histórico da Gênese e Desenvolvimento da Profissão Docente*. Teoria & Educação. Maringá, n° 4, p. 109-139, 1991. (Nota do Entrevistado)

“A qualidade da educação é reinscrita a partir do discurso neoliberal, passando a exprimir um senso, estrategicamente construído, de organização e aceitabilidade pelo mercado”

tiva e instável do ponto de vista das atribuições. Entretanto, essa reconfiguração do que é *ser professor* não se dá somente pelo fato dos seus agentes estarem na escola ou pelo simples “fruir do magistério”. Existe, sim, um processo de subjetivação por meio do que tenho chamado de *práticas formativas do trabalho docente*.

Tais práticas balizam e formam o campo de ação dos professores e suas regras de funcionamento. A esses gêneros distintos de estratégias voltadas à atividade dos professores destacam-se as ações suplementares, desenvolvidas por iniciativas privadas, público-privadas ou público-público que se atribuem a tarefa de complementar ações anteriores ou suprir a carência deixada por programas formais – das quais a formação básica de professores faz parte. Dentre as práticas suplementares encontramos programas de formação (capacitação), sistemas avaliativos e ações de reconhecimento e incentivo como premiações e títulos por bom desempenho. Vale ressaltar que, na governamentalidade neoliberal, a lógica do mercado torna-se verdade, conduzindo as condutas em meio à articulação entre os princípios da inovação e da competição.

IHU On-Line – Que premissas neoliberais estão presentes na ideia ampla contemporânea de educação de qualidade?

Maurício Ferreira – Os esforços em dar “respostas à educação”, conforme a campanha do *Grupo RBS* e tantas outras, objetivam alcançar a qualidade educacional. Eis, aí, mais um conceito no campo da educação que se tornou “fácil demais”. Vamos encontrar, já no início da década de 1990, um texto de Tomaz Tadeu da Silva, reeditado dois anos mais tarde em seu livro *Identidades Terminais*⁹, no qual o autor tensiona o aspecto da qualidade nos movimentos de reforma da educação. Teríamos, aí, uma apropriação do social, em específico da educação, por parte dos movimentos hegemônicos nomeados, à época, de “nova direita”. Essa retórica estaria apoiada em alguns deslocamentos de ênfases das quais se destaca o reposicionamento conceitual como estratégia de contestação para uma higienização e acomodação do léxico do movimento crítico. Nessa paisagem de reenquadramento dos fenômenos sociais, encontra-se o problema da qualidade da educação, que é reinscrito a partir do discurso neoliberal. Tal noção passa a exprimir um senso, estrategicamente construído, de organização e aceitabilidade pelo mercado. Compreendida no Brasil como questão técnica na década de 1990, a qualidade vai ser tratada a partir da criação da Gerência da Qualidade Total (GQT) nas empresas, tornando-se referência à educação pública. O que estava em pauta era pensar a educação a partir de parâmetros técnicos de eficiência e eficácia. Entretanto, o que não aparecia no discurso da nova direita era que essa noção de qualidade já havia percorrido os caminhos educacionais sob uma concepção sociológica e política “estritamente vinculada ao combate às desigualdades, às dominações e às injustiças de qualquer tipo. Nessa perspectiva, a qualidade é um conceito inescapavelmente político”¹⁰, oposto à forma como o mercado passou a preconizá-la.

9 SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidades Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. (Nota do Entrevistado)

10 SILVA, Tomaz Tadeu da, 1996, p. 120. (Nota do Entrevistado)

Nessa perspectiva, a excelência da qualidade educacional atribuída à determinada escola implica a superação das demais, o que garante uma comparação entre as várias instituições de ensino a fim de que os alunos e familiares, transformados em consumidores, possam optar pelas escolas com melhor classificação. Há todo um movimento de inovação pedagógica e curricular a partir dessa noção de qualidade que vai contra os esforços de diminuição da desigualdade em todos os aspectos, marcando, cada vez mais, os distanciamentos entre os sujeitos. Enfim, revindicar a qualidade da educação não é uma estratégia nova, mas a novidade está no acontecimento do seu reaparecimento, ou seja, não mais associada às lutas de democratização da escola básica e sim à gestão de recursos e processos.

Hoje, passado um pouco mais de duas décadas da análise de Silva, parece-me que as necessidades neoliberais são reafirmadas por meio da mobilização da sociedade com temas, indicadores, sistemas de avaliação de larga escala, *rankings*, distribuição de prêmios (e castigos) e implantação de processos de meritocracia nas carreiras docentes. Estaria fora da ordem do discurso quem argumentasse contra tais práticas. Como contestar essas iniciativas que buscam algo tão desejado como a qualidade da educação? A questão é que a racionalidade que sustenta tais práticas transformam a educação, e o social, em arenas competitivas que servem, exclusivamente, ao mercado. Dessa forma o papel da educação escolar é reduzido à preparação de mãos e “cérebros-de-obra”, como diria Luiz Henrique Sommer¹¹. Teríamos, assim, a partir da economia da educação, conforme anunciei anteriormente, *a qualidade da educação como estratégia competitiva que fomenta a desigualdade*.

Seria irresponsável afirmar que todos os esforços por uma educação de qualidade inscrevem-se nesse discurso, pois mesmo que haja um

11 SOMMER, Luís Henrique. *Computadores na Escola: a produção de cérebros-de-obra*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 159 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul. (Nota do Entrevistado)

“Com a criação da Gerência da Qualidade Total nas empresas, o que estava em pauta era pensar a educação a partir de parâmetros técnicos de eficiência e eficácia”

enfraquecimento do entendimento da qualidade como resultado da democratização educacional, esta significação permanece como objeto pelo qual certos grupos ainda lutam. Por fim, diria que o binômio qualidade-desigualdade parece movimentar interesses públicos e privados, estruturas curriculares, a gestão escolar, sistemas avaliativos e, sobretudo, o trabalho docente.

IHU On-Line – Este seria um exemplo de invisibilização das práticas de poder, tendo em vista que tal paradigma de educação é assumido como parâmetro de avanço e progresso?

Maurício Ferreira – Acredito que seja importante citar uma frase de Foucault que tem me auxiliado a compreender a produtividade dos discursos e a argumentar a esse respeito. O pensador diz que a vontade de verdade apresenta-se com enorme força que, ao excluir outras possibilidades discursivas, mostra a sua versão de realidade como única e incontornável. “Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal.”¹² Não se trata de pensar as práticas de poder como escondidas,

12 FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2007. 15. ed. p. 20. (Nota do Entrevistado)

ocultas na interioridade das mentes, cabendo ao pesquisador *dar* visibilidade aos processos de individualização, de sujeição ou de subjetivação às quais somos conduzidos. Cumprenos, com nossas lentes teórico-metodológicas, a tarefa de visibilizarmos tais arranjos de poder. Isso é possível porque os discursos, animados pela vontade de verdade, deixam rastros, marcas materiais, que nos permitem percorrer seus movimentos. A partir desse entendimento, diria que sim, a qualidade da educação na sua versão neoliberal constituidora de desigualdades é um discurso sedutor e que se apresenta naturalizado ou como questão puramente técnica. Os discursos (saberes) necessitam do poder para se afirmarem como verdades da mesma forma que o poder busca os primeiros como correntes condutoras de sua intencionalidade.

IHU On-Line – Como se inter-relacionam os campos da educação e do trabalho no contexto das estratégias de governo em operação na sociedade contemporânea?

Maurício Ferreira – Parece-me que um dos principais articuladores entre os campos da educação e do trabalho tem sido a concepção de capital humano, expressa por uma de suas faces que é o empreendedorismo, e não me refiro somente à educação profissional, mas ao amplo espectro de práticas educacionais. Foucault¹³, ao fazer a crítica à Teoria do Capital Humano, em seu Curso *Nascimento da Biopolítica*, argumenta que o trabalhador passa a negociar não mais horas da força de trabalho, e sim um capital que lhe é inseparável. Nessa esteira, Sylvio de Sousa Gadelha Costa¹⁴ tem argumentado que passamos a ver a nós próprios e aos outros como “microempresas”, a partir de uma cultura do empreendedorismo. Sendo assim, a educação escolar, as experiências de

13 FOUCAULT, Michel. *Nascimento de la Biopolítica. Curso em el Collège de France: 1978-1979*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. (Nota do Entrevistado)

14 COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. *Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo*. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 34, n.º. 2, p. 171-186, mai/ago. 2009. (Nota do Entrevistado)

vida, os relacionamentos, convertem-se, para o sujeito, em investimentos feitos em si que lhe propiciarão rendas futuras. Já em minha dissertação de mestrado¹⁵, desenvolvi a ideia de que essa teoria cria um novo campo de investimentos e ações por parte das empresas, dos sujeitos e dos governos, o que possibilita a emergência de um tipo específico de trabalhador e cidadão. Não teríamos mais uma separação entre capital e trabalho, pois ambos, assim preconiza a Escola de Chicago, possuem o capital de formas diferentes. Esse indivíduo empreendedor atua nas organizações, nas instâncias governamentais e na sociedade em geral, buscando desenvolver sua idoneidade a fim de negociá-la no mercado de trabalho.

A partir dessa perspectiva, podemos pensar o novo perfil profissional cujos motes de qualificação são as constantes defasagens dos saberes e os investimentos que o trabalhador faz em relação a si mesmo. Essa condição perecível não significa menos importante, pelo contrário, ela dá o tom ao ritmo da atualização¹⁶. Tanto questões comportamentais como técnicas constam no rol das capacitações necessárias.

IHU On-Line – Qual o impacto das práticas de poder sob o paradigma neoliberal na configuração da cultura existente em determinada área de exercício profissional?

Maurício Ferreira – Esta pergunta remete-me ao sociólogo Richard Sennett¹⁷ e seu livro *A Cultura*

“A qualidade da educação não estava mais associada às lutas de democratização da escola básica e sim à gestão de recursos e processos”

do Novo Capitalismo (Rio de Janeiro: Record, 2006). Partindo de um entendimento de cultura não artístico, mas antropológico, o autor indaga-se: “quais os valores e práticas capazes de manter as pessoas unidas no momento em que as instituições em que vivem se fragmentam?”¹⁸. Seus argumentos para mostrar que na cultura do atual capitalismo poucos conseguem prosperar baseiam-se na análise de que aspectos como o tempo, o talento e o grau de apego às coisas e pessoas são radicalmente alterados. Convertem-se, respectivamente, em curto prazo, capacidades potenciais e habilidade de abrir mão do que se tem e do que se é. Tal cultura fragmentada *coloca em xeque*, constantemente, o que cabe aos profissionais entregar como resultado de suas atividades.

Tomo como exemplo o Trabalho Docente. Tenho argumentado em minha pesquisa de doutoramento, sob a orientação da professora Dra. Marisa Vorraber Costa,¹⁹ que os investi-

mentos contemporâneos feitos sobre a atividade dos professores devem ser analisados a partir de dois aportes teóricos que a governamentalidade permite-nos formular. O primeiro é que opero com a noção de *docência como arte de governar*, a qual age, metódica e intencionalmente, de acordo com os princípios e valores que a orientam. Pensar na docência como uma ação metódica e intencional é algo que vem sendo gestado desde o século XVI na Europa, onde ocorre uma crise de governo da população. Entre essa proliferação de vezes que tomam a condução das condutas como tema ordinário para pensar os Estados, é importante destacar que o problema principal da pedagogia moderna desenvolve-se sob as indagações referentes ao “governo das crianças”²⁰. Essa perspectiva parece-me muito produtiva para pensar sobre os discursos em torno do trabalho docente em uma cultura fragmentada, como aponta Sennett. Como as condutas docentes são conduzidas a partir da racionalidade neoliberal? Como práticas formativas do trabalho docente são articuladas em torno da inovação competitiva? São exemplos do que ainda precisamos investigar.

O segundo aporte liga-se à crítica que mencionei anteriormente sobre o capital humano. Para Maurizio Lazzarato²¹, “as consequências da definição do capital como ‘capital humano’ são ricas de desenvolvimentos possíveis para definir uma nova teoria da acumulação e da exploração.” Diante disso, além de pensar estratégias de valorização ou desenvolvimento dos docentes, penso que seja urgente compreender e problematizar a constituição do trabalho docente a partir dos investimentos realizados sobre o capital humano dos professores com a intencionalidade de que possam, da mesma forma,

15 FERREIRA, Maurício dos Santos. *Curriculum Vitae*: selecionam-se jovens que buscam, nas páginas do jornal, oportunidades de trabalho e que possuam... - Porto Alegre, 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2009. (Nota do Entrevistado)

16 FERREIRA, Maurício dos Santos. Capacitações Perecíveis do Trabalhador: a busca de saberes comportamentais e técnicos no novo capitalismo. *Educação & Sociedade*, v. 35, n. 126, p. 197-214. (Nota do Entrevistado)

17 Richard Sennett (1943): é um sociólogo e historiador estadunidense, professor da London School of Economics, do Massachusetts Institute of Technology e da New York University. É também romancista e músico. Sua obra mais conhecida é *O declínio do homem público*. (Nota da IHU On-Line)

18 SENNETT, Richard. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 13. (Nota do Entrevistado)

19 Marisa Vorraber Costa: é professora da Universidade Luterana do Brasil e docente convidada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Suas atividades atuais em pesquisa concentram-se nos Estudos Culturais em Educação, mais especificamente na temática Cultura e Pedagogia, desenvolvendo estudos e orientando teses e dissertações que tra-

tam das relações entre poder, discurso e política cultural na educação. (Nota da IHU On-Line)

20 FOUCAULT, Michel. *Seguridad, Territorio, Población. Curso em el Collège de France: 1977-1978*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006. (Nota do Entrevistado)

21 LAZZARATO, Maurizio. *ões do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 79. (Nota do Entrevistado)

potencializar esse fator de renda em seus alunos. Essa proposição investigativa que faço ganha força diante de declarações como a do empresário Ricardo Mena Felizzola, presente no *IV Congresso Internacional de Inovação*, promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS em 2011, em que aponta a necessidade da vinculação entre a educação e o trabalho com base na lógica do mercado. Dizia o empresário: “quando se fala em capital humano, a gente tem que analisar o seguinte: como está o nosso professor?”.

IHU On-Line – Como as estratégias de governo configuram as competências profissionais?

Maurício Ferreira – O tema das competências é sempre, para mim, nebuloso. Digo isso porque durante certo tempo busquei desenvolver uma pesquisa que tratasse da emergência e circulação desse conceito. O volume de autores, obras e campos de conhecimento que tratam do assunto tornavam a investigação cada vez mais problemática. Acabei abandonando e seguindo outro caminho. Porém, abordar o tema pelo viés do talento, um dos três desafios do novo capitalismo, coloca as competências em outra ordem discursiva. Da forma como está posta a questão do talento, segundo Sennett²², é muito mais uma demonstração de possibilidades do que algo já realizado, efetivado por meio de sua aplicação no trabalho. Chamo a atenção para os programas de *trainees* e estágios que selecionam pessoas que estão iniciando suas carreiras e, por isso, são como “promessas” de que ocuparão

22 SENNETT, Richard. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006. (Nota do Entrevistado)

determinados cargos. Identificá-las e desenvolvê-las parte de um processo cada vez mais complexo de avaliação da aptidão que, no entanto, ainda não é possível ser mostrada em todo o seu “volume”. Seria como uma máquina cuja serventia e vantagens nos é descrita, até acompanhamos alguns testes controlados, mas não a vemos em pleno funcionamento, porque aguardamos, futuramente, termos demandas para ela. É um exemplo simples, mas descreve um comportamento voltado para um futuro imprevisível. Aqui, *pensar a curto prazo* e *saber abrir mão* articulam-se com o talento na definição dos conhecimentos, habilidades e atitudes esperadas. Talvez o talento em algumas situações ou em determinadas áreas ainda tenha identificação e continuidade com o seu passado ou presente – a exemplo de quando dizemos que João Gilberto é um talento. Contudo, a direção apontada pelo discurso que estou colocando em suspenso é outra. Inclina-se muito mais para o possível do que para o hoje ou o pretérito.

Construir uma carreira reconhecida no mercado não é qualquer um que consegue, devido à necessidade de realizar constantes ajustes para acompanhar as flutuações do mercado, tanto em termos de conhecimento quanto de comportamento. A definição dessas exigências ainda não está claramente traçada, pertence ao “devir imprevisível”²³. Mas, quem consegue é considerado um talento, pelo menos por um tempo.

23 SARAIVA, Karla. *Outros Tempos, Outros Espaços: internet e educação*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 275 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul. p. 70. (Nota do Entrevistado)

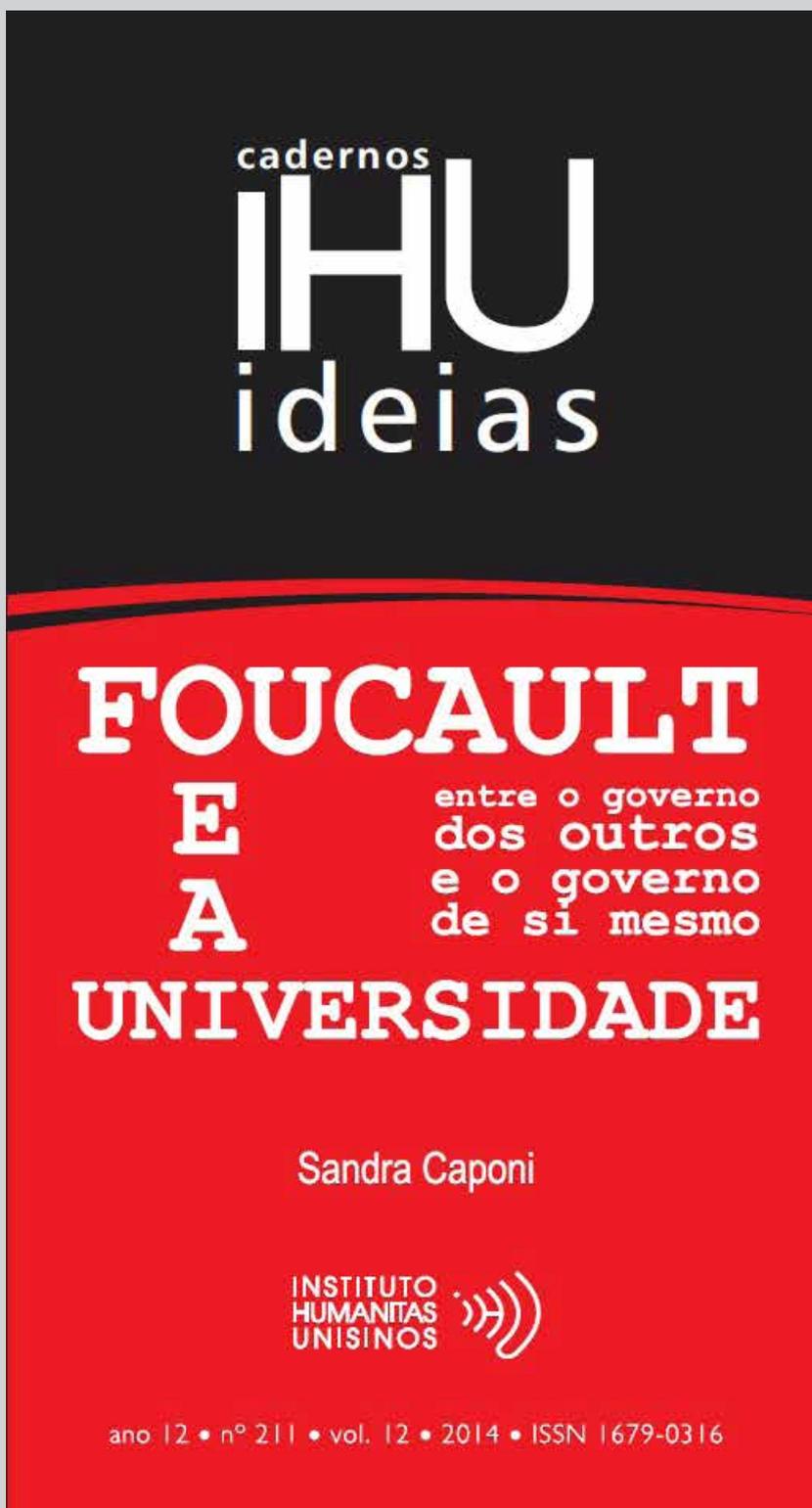
IHU On-Line – Gostaria de adicionar algo?

Maurício Ferreira – Poucas vezes se esperou tanto dos professores quanto agora. Isso porque, também, nunca se exigiu tanto dos sujeitos. Dentro de uma lógica de tempo e espaço estáveis, previsíveis e ordenados, constituíam-se indivíduos disciplinados – úteis às linhas de produção ou aos sistemas burocráticos. Com as mudanças na ordem cultural, social e econômica, fortemente potencializadas a partir da segunda metade do século XX, novos modos de regulação passaram a organizar a vida em sociedade e a requerer outro tipo de cidadão. Não mais uma identidade para toda a vida, mas flexíveis naquilo que são e do que sabem. Parece-me que os professores assumem essa forma de participação da racionalidade neoliberal. Seja na ação pedagógica na sala de aula, no planejamento de sua atividade, na elaboração do projeto político-pedagógico, na realização de cursos e publicações de trabalhos.

Temos, portanto, a caracterização da qualidade enquanto geradora da desigualdade; a inovação e os saberes precípuos orientando os sujeitos de quando e em que áreas investir; e o agente educacional apropriado de um capital humano. Essas formações não ocorrem por “simples” decretos governamentais, por programas sociais da iniciativa privada e muito menos por ações individuais ou coletivas do professorado. Há uma ordem, uma lógica, que racionaliza essas práticas disseminadas pela sociedade. Em termos de educação escolar, a expressão dessa racionalidade é, a meu ver, a economia da educação.

**LEIA OS CADERNOS IHU
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR**

Publicação em destaque



Cadernos IHU ideias

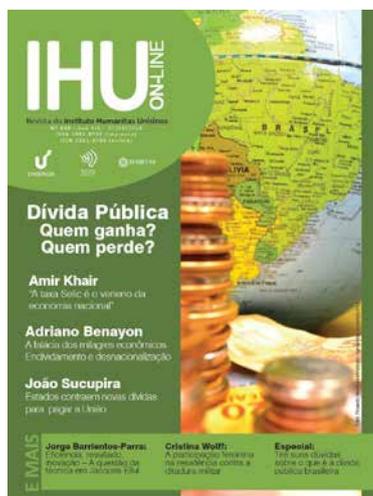
Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo

A edição nº 211 dos **Cadernos IHU ideias** articula as ideias de Michel Foucault com os dilemas contemporâneos das Universidades. O texto é de autoria da filósofa Sandra Caponi, professora do Departamento de Sociologia e Ciências Políticas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Segundo ela, muito já se falou sobre Foucault e a educação, porém são poucas as páginas efetivamente dedicadas em seus livros a tematizar esta questão, sendo que nada especificamente foi dedicado à educação universitária. “Sabemos, no entanto, que a relação saber-poder, que mais tarde se transformará numa discussão sobre os espaços de verificação e sua relação com os diversos modos que adota a governamentalidade, será uma temática que retorna nos textos de Foucault”.

Desta forma, se considerarmos que a universidade é hoje o espaço por excelência de construção, transmissão e consolidação de saberes e verdades, a filósofa se questiona sobre como pensar, nesse marco definido por Foucault, a tarefa que cabe aos professores universitários. Para tanto, propõe: “Uma rápida análise dos textos e cursos de Foucault, assim como um simples olhar para a história de sua prática concreta como docente, corrobora que a tarefa do professor não pode limitar-se ao exercício do governo sobre os outros, e que, pelo contrário, nos cabe, como aos filósofos clássicos, auxiliar nossos alunos na difícil tarefa de governar-se a si mesmos”.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU podem ser acessadas gratuitamente para download em <http://bit.ly/ihuid211>. Elas também podem ser adquiridas em versão impressa diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br ou pelo telefone 55 (51) 3590 8247.

Releia algumas das edições já publicadas da **IHU On-Line**.



Dívida pública. Quem ganha e quem perde?

Edição 440 - Ano XIV – 07-04-2014
Disponível em <http://bit.ly/ihuon440>

A dívida pública é, atualmente, um dos principais alimentos do capitalismo, favorecendo a concentração de renda no setor financeiro e aumentando ainda mais o seu poder. Nesta discussão, importa menos o tamanho da dívida e mais o da taxa de juros, que faz com que esta tenda a crescer sempre. O endividamento do Estado, suas causas e implicações é o tema em debate na edição da **IHU On-Line** desta semana. Contribuem com o debate Rodrigo Vieira de Ávila, Adriano Benayon, Amir Khair, João Sucupira, Ivo Poletto, Maria Lucia Fattorelli, Wilson Cano e Guilherme Delgado.

Economia Solidária. Uma “outra economia” ou uma economia de “pobre para pobre”?

Edição 229 - Ano VII - 30-07-2007
Disponível em <http://bit.ly/ihuon229>

A 3ª Feira de Economia Solidária do Mercosul, realizada em Santa Maria-RS, inspirou esta edição da **IHU On-Line**. Fruto de diversas confusões conceituais, muitos ainda tendem a acreditar que esta economia se trata de um apêndice da economia liberal, criada para amortecer os conflitos gerados pela crise do desemprego, da exclusão social, da fome e da miséria. De acordo com as entrevistas, mesmo o Banco Mundial na época a caracterizava como um *poor marketing*. Para discutir o assunto, a edição entrevista Benedito Anselmo Martins de Oliveira, Maria Nezilda Cultí, Pablo Guerra, Roberto Marinho Alves da Silva, Roque Spies, Vera Regina Schmitz e a irmã Lourdes Dill.



Segurança urbana e desigualdade social

Edição 182 - Ano VI - 29-05-2006
Disponível em <http://bit.ly/ihuon182>

Esta edição da **IHU On-Line** teve por base a realização do Seminário Latino-Americano de Segurança Urbana em São Leopoldo. No entanto, na mesma semana, as ações promovidas pelo crime organizado em São Paulo, Paraná e Minas Gerais tornaram ainda mais relevante e providencial a discussão sobre medo, desigualdade e segurança. Estão presentes nesta edição entrevistas com Alba Zaluar, Antanas Mockus Sivickas, Antonio Carlos Carballo Blanco, João Trajano de Lima Sento-Sé, Jorge Zaverucha, Luiz Eduardo Soares, Vera Malaguti Batista.

leia nesta edição Total de pág.: 2

Tema de capa

- Jorge Zaverucha: O caso do sistema prisional pág. 4
- Alba Zaluar: Os desafios da pesquisa sobre criminalidade pág. 8
- Vera Malaguti Batista: A criminalização da pobreza pág. 10
- Luiz Eduardo Soares: Invenções para incluir: limites da polícia brasileira pág. 15
- Antonio Carlos Carballo Blanco: "A sociedade assiste uma profunda crítica de complexidade" pág. 19
- Antanas Mockus: A cultura cidadã e a construção da violência em Bogotá pág. 22
- João Trajano: O crime organizado está fora das favelas? pág. 25

Brasil em Foco

- Joni Carlos Braga: O Brasil está região por um "novo" padrão de desenvolvimento sustentável? pág. 11
- Ricardo Carneiro: Brasil não possui um modelo de desenvolvimento pág. 18

Destaque da semana

Teologia Pública:

- Luiz José Antonio: Maria de Magdala, Jesus e a primeira apostasia pág. 42
- José José Tomazini: João e São João: Maria Madalena foi uma pecadora? pág. 44

IV Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos: territórios e políticas públicas

A Profa. Dra. Dirce Harue Ueno Koga, da Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL, realiza as conferências de abertura e de encerramento do *IV Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos – territórios e políticas públicas nos dias 29 e 30 de setembro, na Unisinos*. O seminário é organizado por um coletivo de observatórios comprometidos com a organização e democratização das informações e com o aprimoramento das políticas públicas na sociedade contemporânea, entre os quais o Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Sinos – ObservaSinos, vinculado ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU. O envio de trabalhos pode ser feito até 15-08 pelo e-mail seminarioobservatorios@gmail.com – a convocatória está disponível em <http://bit.ly/1nbOgmc>. A programação completa e o link para inscrições estão disponíveis em <http://bit.ly/1rWVHFm>.



Apresentação do livro *Psiche e Techne – O homem na idade da técnica*, de Galimberti



O Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, da Unisinos, apresenta o livro *Psiche e Techne – O homem na idade da técnica* (São Paulo: Paulus, 2006), de Umberto Galimberti, no dia 11-09-2014, quinta-feira, das 19h30min às 21h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Galimberti estará no IHU e apresentará a conferência *O ser humano na idade da técnica: niilismo e esperança*, no dia 21 de outubro de 2014, a partir das 20 horas, no Auditório Central da Unisinos. O evento integra a programação do **XIV Simpósio Internacional IHU: Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades**. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea.

Diálogo Inter-religioso na Sala de Aula

O Programa Gestando o Diálogo Inter-Religioso e o Ecumenismo - Gdirec está organizando a edição 2014 do curso de extensão *O Diálogo Inter-religioso na Sala de Aula*, dirigido a professores de Ensino Religioso das redes pública e privada, universitários e integrantes das comunidades religiosas. Por meio das aulas, os participantes terão uma oportunidade de estudo, vivência e reflexão com líderes religiosos e pesquisadores, debatendo o ensino em uma perspectiva inter-religiosa, bem como a diversidade religiosa existente no Rio Grande do Sul e no Brasil. Os encontros começam no dia 14-08-2014 e ocorrem uma vez por semana, sempre às quintas-feiras à noite. Outras informações, incluindo a programação completa do curso, podem ser obtidas em <http://bit.ly/1rP6A9W>.

